

Dissertação

Saindo de Cena:
parlamentares que desistem da disputa eleitoral no Brasil
(1990-2006)

Linha de Pesquisa: **Política, Valores e Sociedade**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

SAINDO DE CENA:
PARLAMENTARES QUE DESISTEM DA DISPUTA ELEITORAL
(1990-2006)¹

Autora: Renata Florentino de Faria Santos

Brasília, 2009

¹  Obra licenciada para uso livre não-comercial - <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/br>

RESUMO

Cansados ou excluídos? A dissertação “Saindo de Cena” busca mapear perfis de políticos já eleitos que tendem mais freqüentemente a abandonar a disputa eleitoral. A pesquisa abarca as eleições legislativas de 1990 a 2006, observando o perfil dos deputados, deputadas e senadores que recusaram a condição de candidatos natos, optaram por não disputar a reeleição e nem concorrer a cargos considerados mais altos. São incluídos na análise os que disputaram cargos considerados de menor prestígio do que os exercidos, de forma a evidenciar trajetórias mal sucedidas e as comparar com casos em que a desistência do mandato é total. Este grupo de parlamentares constituiria, à primeira vista, a exceção da conhecida formulação de que os políticos são progressivamente ambiciosos. Descobrir as condições em que políticos abrem mão da disputa eleitoral e quais políticos estão mais sujeitos a esta ação pode revelar muito dos políticos que se mantêm na disputa eleitoral e como se mantêm. A pesquisa se apoiou na construção de uma base de dados estatística com os 250 ex-parlamentares que se enquadravam nos critérios e em entrevistas semi-estruturadas com amostra reduzida. Em linhas gerais, observou-se que os políticos que recuam na disputa eleitoral, seja permanentemente, seja com pequenas estratégias de continuação, pertencem a grupos que i) já esgotaram de alguma forma sua participação e influência no jogo político (exposição em escândalos, idade avançada, participação em grupos sociais em decadência) ou que ii) ainda não conseguiram penetrar no campo político com a mesma desenvoltura de seus pares (mulheres, estreantes de primeiro mandato ou suplentes e parlamentares de bancadas muito pequenas).

PALAVRAS CHAVE:

recrutamento político, trajetória, carreira política, poder legislativo, eleições

ABSTRACT

Tired or excluded? This text maps the profile of the politicians who most frequently tend to give up the race for office. It is based on research covering legislative elections between 1990 and 2006, observing the profile of representatives and senators who refused to be considered the "natural candidates" and opted not to run for reelection nor go for higher-level offices. Politicians who ran for offices that are considered to be of lesser prestige than the ones originally occupied are also included in our analysis, in order to look at unsuccessful trajectories and compare them with cases in which a mandate has been given up completely. This group of members of parliament could, at a first glance, seem to constitute the exception to the well-known formula that politicians become increasingly ambitious. This research was made through the making of a statistic database with the 250 ex-representatives included in the category and through semi-structured interviews with a small sample of them. In general terms, we note that the politicians who step back from electoral struggle - whether permanently or maintaining some strategies to continue - belong to groups that 1) have in some way exhausted their participation and influence in political competition (for example, they may have been exposed through scandal, gotten old or belong to decadent social groups) or 2) have not yet managed to enter the political field with the same ease as their peers (as in the case of women, those who debut in a first mandate, substitutes or members of parliament who represent minority factions).

KEY WORDS:

political recruitment, trajectory, political career, legislative power, elections.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

SAINDO DE CENA:
PARLAMENTARES QUE DESISTEM DA DISPUTA ELEITORAL
(1990-2006)

Autora: Renata Florentino de Faria Santos

Orientadora: Profa. Dra. Débora Messenberg Guimarães (UnB/SOL)

Banca: Profa. Dra. Maria Francisca Pinheiro..... (UnB/SOL)
Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto..... (UFPR/DCS)
Prof. Dr. Caetano Ernesto Pereira de Araújo.....(UnB/SOL)
(Suplente)

Agradecimentos

Embora muitas vezes considerado pro forma ou clichê, elaborei cuidadosamente estes agradecimentos, pois acredito que, ao contrário do que se diga, o trabalho de pesquisa não é nunca um ato solitário. Mesmo que a publicação de artigos dentro do campo de humanidades ainda siga uma tradição de autores únicos – regra da qual ainda não consegui fugir – percebi nestes meses que na maior parte deles eu não estava só. E, nos meses em que estava, produzi pouco ou nada. Agradeço sinceramente cada uma das pessoas abaixo mencionadas que de diversas formas me estimularam ou possibilitaram realizar essa pesquisa. Espero poder contar com elas em novas jornadas.

A Alysson Alves, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que me presenteou com rico material elaborado pelo DIAP desde 1988 e se mostrou sempre disposto a dialogar sobre o andamento da pesquisa.

A Daniel Corrêa, do Tribunal Superior Eleitoral, que prontamente me forneceu os dados referentes às candidaturas dos pleitos de 1994, 1998, 2002 e 2006.

A Débora Messenberg, minha orientadora, que me propiciou a autonomia e apoio necessários para a elaboração deste texto e insistiu sabiamente no emprego de entrevistas na pesquisa.

A Jorge Chames, que conseguiu alegrar em muito minha curta vida acadêmica com seus irretocáveis roteiros de histórias em quadrinhos que têm como pano de fundo a vida de estudantes de pós-graduação, os PhD Comics: www.phdcomics.com

A Lúcio Rennó, que ofereceu críticas e pertinentes sobre as opções metodológicas desta pesquisa, quando participou da banca de qualificação do projeto.

A Maria Francisca Pinheiro Coelho, que contribuiu com críticas sinceras e relevantes para que a pesquisa fosse feita da melhor forma possível.

A Renato Monseff Perissinotto, da Universidade Federal do Paraná, que propiciou o debut do projeto (e da autora) no Encontro Anual da ANPOCS, na sua 31ª. Edição, no Seminário Temático “Elites e Instituições Políticas”.

Agradeço também a ele a abertura para publicar numa revista de renome, a “*Sociologia e Política*”, artigo escrito por pós-graduanda sem necessidade de co-autoria com pesquisador sênior, ainda que tal fato possa ser avaliado negativamente pela CAPES na sua classificação QUALIS.

Aos participantes do ST “Elites e Instituições Políticas” da ANPOCS 2007 que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho: André Marengo dos Santos (UFRGS), Igor Gastal Grill (UFMA), Ernesto Seidl (UFS) e Miguel Serna (Universidad de La República/Uruguai (Udelar)).

Aos colegas de estudos pela boa convivência, em especial Carlos Augusto Machado, Carolina Grande, Clóvis Britto, Daniel Bin, Daniel Kirjner, Danusa Marques, Eduardo Rosa, Elisa Sardão Colares, Erica Bernhardt, Fernanda Andrino, Gilvan Gomes, Illimani de Moura, Josi Paz, Maria Medrado, Mayra Resede, Pedro Macdowell, Rafael da Costa Alencar, Raquel Lima, Rita Martins, Roberto Gonzalez, Santiago Varella e Simone Lisniowski.

A Frédéric Louault, por ter ajudado a divulgar a pesquisa como “papier du mois” no site do Observatório Político da América Latina e Caribe (OPALC) do Institut d'études politiques d'Aix-en-Provence (Sciences Po Aix) no mês de julho de 2008.

Aos funcionários do Departamento de Sociologia da UnB, que sempre me facilitaram a vida nos pedidos de financiamento para encontros, configurações de conexões de internet e nas reuniões do Colegiado em que participei como representante discente: Abílio, Edilva, Evaldo, Luzia, Márcia e Rose.

A todos que me ajudaram a conseguir as entrevistas: o lebrone André Kamai, a Profa. Elizabeth Farias da Silva (UFSC), meu pai João Vianney, minha irmã cantora Julie Philippe, minha irmã dançarina Jade Philippe, minha madrastra arquiteta Márcia Philippe, o Prof. Mário Moraes e o ambientalista Pedro Ivo.

Não farei populismo acadêmico dizendo que os entrevistados são “co-autores” desse trabalho, pois de fato não são e muitos podem até discordar veementemente do que aqui é apresentado, mas agradeço aos entrevistados que gentilmente cederam seu tempo particular a favor de uma pesquisa que foge de seu interesse.

Agradeço aos idealizadores da “Parada Cultural” do açougue T-Bone e a todos que doaram espontaneamente seus livros para as “bibliotecas” dos pontos de ônibus. Fui agraciada com o exemplar “Quem é Quem na Constituinte” de Leôncio Martins Rodrigues (1987) no ponto de ônibus em frente a minha casa, num dia em que ia para o trabalho.

À equipe da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em especial Edson Pistori e Fábio Deboni, que me deram oportunidade de já mergulhar no mundo da atividade política na reta final do estudo sobre os que dela se ausentaram.

Aos cientistas sociais Ana Paula Rabelo, Bruno Gomes Arantes e Mayra Resende Costa Almeida, que contribuíram em etapas especialmente trabalhosas da pesquisa.

Aos presentes na defesa do projeto e da dissertação: Carolina Grande, Carolina Soares Mendes, João Vianney Valle dos Santos, Jonas de Oliveira Bertucci, Luísa Pontes Molina, Mateus Braga Fernandes (leitor atento do projeto inicial), Nathália Campos, Rafael Alencar e Selecina Locatelli.

A minha família de convívio mais próximo, mãe Emília, vó Luzinete, vô Mussoline e irmãs Nahari e Taily, que aguentaram o auge do meu mau-humor em algumas fases deste trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que me propiciou uma vida de pompa e regalias com a bolsa de mestrado (reajustada no período), sempre depositada pontualmente no início do mês.

Sumário

1. Introdução	6
1.1 Escopo.....	12
1.2 Objetivos	13
1.3 Estudando a exceção da regra: contribuições	14
1.4 Contribuição à literatura científica brasileira.....	16
1.5 Procedimentos metodológicos.....	20
1.6 Construção da pesquisa	22
2. Estudos sobre ambição progressiva e eleições.....	25
2.1 Desejos e vocações do “ser” político.....	27
2.2 Muitas fotos sob o mesmo ângulo.....	32
2.3 Peculiaridades do sistema e contexto políticos analisados.....	36
3. Métodos de pesquisa empregados	40
3.1 Relação Completa do Universo Pesquisado	43
3.2 Variáveis escolhidas.....	53
3.3 Matriz analítica	60
4. Entrevistas	61
5. Dados Gerais: grupos mais suscetíveis a se retirar do Congresso.....	64
5.1 Dados da Câmara dos Deputados.....	66
5.2 Idade avançada e/ou busca planejada do sucessor - “aposentadoria voluntária”.....	67
5.3 Mandato envolvido em escândalos.....	76
5.4 Avaliação prévia sobre potencial derrota	80
5.5 Senado Federal: a questão das suplências.....	82
5.6 Desgaste com processo eleitoral	83

<i>5.7 Desgaste com processo político.....</i>	<i>84</i>
<i>5.8 Mulheres saindo da disputa</i>	<i>94</i>
<i>5.9 Voltando à cena</i>	<i>96</i>
6. Considerações Finais.....	97
Referências bibliográficas	102
Anexo 1: Questionário enviado via e-mail	108
Anexo 2: Outros Cruzamentos	109
Apêndice: Relato pessoal do processo de obtenção das entrevistas	116

Índice de Tabelas

Tabela 1: Relação de candidaturas e eleitos à Câmara dos Deputados por partido e leito (1990-2006), por ordem de crescimento percentual de candidaturas apresentadas.....	85
Tabela 2: Relação pleito e partido de deputados não candidatos ou candidatos ao legislativo estadual.....	86

Índice de Gráficos

Gráfico1: Desistência completa e recuo eleitoral por pleito 1990-2006.....	66
Gráfico2: Desistência por ano e quantidade de mandatos federais exercidos.....	69
Gráfico 3: Percentual de parlamentares que desistiram de disputar eleição ou se candidataram a cargos menores, grandes partidos por eleição:.....	87
Gráfico 4: Percentual de parlamentares das bancadas eleitas que desistiram de disputar eleição ou se candidataram a cargos menores, por partido e eleição (sem PT e PDT)..	91
Gráfico 5: Percentual de parlamentares das bancadas eleitas que desistiram de disputar eleição ou se candidataram a cargos menores, por partido e eleição (só PT e PDT).....	92
Gráfico 6: Todos os partidos por pleito abandonado.....	115

Índice de Quadros

Quadro 1: Postulantes à recandidatura e reeleitos por pleito (1990-2006).....	20
Quadro 2: Pleito Abandonado por Casa Legislativa.....	67
Quadro 3: Média de Mandatos Federais exercidos por tipo de desistência.....	68
Quadro 4: Quantidade de Mandatos Federais Exercidos por Casa Legislativa entre os desistentes.....	69
Quadro 5: Média da Idade à época entre os desistentes, por Casa Legislativa.....	70
Quadro 6: Pleito Abandonado e média de idade à época..	70
Quadro 7: Envolvimento em Escândalos e opção eleitoral.....	76
Quadro 8 : Envolvimentos em Escândalos por Partido Político.....	78
Quadro 9 : Envolvimento em Escândalos e Suplência/Titularidade.....	80
Quadro 10 : Suplência/Titularidade e Opção eleitoral.....	80
Quadro 11 : Pleito Abandonado e Titularidade/Suplência.....	81
Quadro 12: Suplência/Titularidade por Casa Legislativa.....	82
Quadro 13: Casa Legislativa e Opção Eleitoral.....	83
Quadro 14: Titularidade/Suplência e reapresentação eleitoral.....	96
Quadro 15: Pleitos Abandonados por UFs	109
Quadro 16: Suplências por mandatos federais exercidos.....	109
Quadro 17: Suplências por partidos políticos	110
Quadro 18: Mandatos Federais Exercidos por Idade à época da desistência	111
Quadro 19: Mandatos Federais Exercidos por partido político	111
Quadro 20: Envolvimento em escândalos por Casa	111
Quadro 21: Partido e Sexo	112
Quadro 22: Mandatos Exercidos por Casa.....	112
Quadro 23: Familiares políticos por tipo de desistência	112
Quadro 24: Pleito abandonado por mandatos exercidos	113
Quadro 25: Pleitos abandonados por partido.....	113
Quadro 26: Envolvimento em escândalos por partido	114
Quadro 27: Suplência por tipo de desistência.....	114

Índice de Figuras

Figura 1: Estrutura da carreira política no Brasil.....	38
Figura 2: Matriz analítica.....	60

1. Introdução

Como em qualquer outro ramo de pesquisa, nos estudos que se debruçam sobre o campo político há algumas questões centrais que norteiam as discussões da área. Não enfrentar essas questões, em qualquer que seja o ramo de especialização, é realizar um trabalho pequeno, pouco relevante e à margem de seu campo. No caso desta pesquisa, a omissão dessas questões resultaria numa discussão pouco eficiente sobre a distribuição do poder político nas sociedades contemporâneas e no silenciamento de vozes que estão alijadas das esferas de poder. Dentre essas questões fundamentais para a compreensão dos fenômenos políticos estão: *quem pode fazer política? quem faz política? onde as pessoas fazem política?*

Pretende-se aqui dialogar com esses questionamentos, mesmo sabendo que eles precisam de maiores esforços para ser respondidos. Espera-se que seja possível ajudar na construção de ao menos uma pequena parte de suas respostas.

A primeira pergunta, sobre quem pode fazer política, pode ser considerada complementar à segunda, para explicar a quais grupos e como são dirigidos os meios convencionais de participação política, e não quais grupos seriam “naturalmente” participativos e quais seriam “naturalmente” alienados, erro comum em estudos sobre comportamento político. Como exemplo, pode-se pegar um dos grandes símbolos da massificação da vida política, o sufrágio universal.

Embora o voto seja uma obrigação instituída na legislação brasileira e a Constituição de 88 tenha incorporado novos grupos a essa esfera de participação eleitoral (como analfabetos e maiores de 16 anos), é necessário lembrar que diversos outros segmentos populacionais ainda não estão incluídos na categoria “eleitorado brasileiro”, tais como: estrangeiros residentes no país, população encarcerada no sistema prisional e menores de 16 anos.

Por mais que se possa argumentar contrariamente à inclusão desses segmentos no eleitorado, a menção de sua exclusão se faz necessária, pois o uso descuidado da expressão “sufrágio universal direto” pode levar a uma naturalização desta exclusão, dando a entender que para ser “universal” não é necessário dizer respeito a todos os membros de uma determinada comunidade. Essas restrições caracterizam não só os grupos populacionais excluídos do processo de participação eleitoral; ao mesmo tempo, definem o perfil do grupo incluído no processo: cidadãos nativos (ou portugueses equiparados), livres e adultos (Florentino 2007, 2-3). Mostra-se pertinente acompanhar cuidadosamente os processos que levam determinados atores a se colocar com uma atuação política mais intensa que de outros, inclusive para além de exclusões legais.

Um ponto importante para responder à segunda indagação, sobre quem de fato faz política, é que não basta focalizar no grupo dos políticos profissionais, que já seria um segmento incluído nas esferas de poder. Numa democracia concorrencial (e mais ainda em outros regimes políticos), com espaços institucionais limitados de ação política, há filtros sociais que acabam por inibir a competição (independente de intencionalidades da ação), e assegurar que determinados grupos participem mais que outros (Florentino 2008a, 211-2).

Aqueles que não possuem condições adequadas de se inserir no campo político se encontram em desvantagem para fazer que suas posições tenham impacto, seja na ação governamental ou em qualquer outro âmbito. Há uma desigualdade social inequívoca em relação ao acesso a essa atuação política, conforme a própria organização do campo político, de acordo com Bourdieu:

O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de malentendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (Bourdieu 2002, 164)

Como se vê, a noção de campo dentro da obra de Bourdieu remonta a um espaço social estruturado, hierarquizado, que possui um núcleo e uma borda periférica. Em termos de impactos práticos, quanto maior o capital econômico ou político de um indivíduo ou grupo, mais possibilidades ele tem de influenciar os rumos das ações governamentais, estimulando-se cada ainda mais a participar politicamente (American Political Science Association 2004, 6-8).

A definição de quem pode fazer a intermediação sociedade/Estado tem relação direta com a estrutura política de uma sociedade (Manin 1995). Assim, a pergunta sobre quem faz política pode jogar um pouco de luz para se perceber as divisões de trabalho dentro da sociedade, com exclusões e barreiras formais ou simbólicas que facilitam ou obstaculizam o acesso de determinados grupos sociais aos canais de intermediação política.

O terceiro questionamento, sobre onde se faz política, traz em si a discussão sobre as fronteiras da definição do conceito de política. Se Michel Foucault colocou essa discussão dentro da academia na década de 70, as transformações sociais colocaram essa questão na pauta da história muito antes de os estudiosos treinarem seu olhar para se tornarem sensíveis a essas mudanças. E em meio a essas discussões e movimentações sociais torna-se ainda mais interessante perceber a expansão dos conceitos de poder hoje usados em relação aos passados.

Para além dos já conhecidos poder econômico e militar, hoje se pautam questões relativas à divisão de tarefas domésticas, uso do tempo livre, relações intergeracionais e mais uma vasta gama de assuntos, especialmente com o debate sobre “redistribuição” de recursos e “reconhecimento” social, com as ricas polêmicas travadas entre Iris Marion Young (2006), Nancy Fraser (1995) (1997), Charles Taylor (1992) e Axel Honneth (1992) e até mesmo John Rawls (1993)².

² Os principais pontos desse debate podem ser resumidos à alteridade entre as demandas dos novos movimentos sociais, ao se trabalhar pelo reconhecimento social de suas identidades na esfera pública, assim como pela redistribuição dos recursos materiais da sociedade, assumindo desigualdades diversas que precisariam ser reduzidas. Ainda nesse debate estão os conceitos de “auto-realização”(Honneth 1992), “paridade de participação”(Fraser 1997) e “perspectiva social”(Young 2006), influenciados em certa medida por Jürgen Habermas.

Dentro do debate acadêmico mais preocupado em definir um conceito de poder, passa-se pelas palavras “dominação”, “potência”, “influência” ou “coerção”; vai-se de Max Weber (2002a) a Steve Lukes (2005). As formulações weberianas primam por uma abordagem objetiva e precisa das formas de dominação nas modernas sociedades, onde o Estado é um instrumento básico na disputa pelo poder. Abordagens mais contemporâneas, passando principalmente por Hannah Arendt, Pierre Bourdieu e com algumas doses de Louis Althusser, centram seu debate no exercício silencioso do poder, que não necessariamente passa pela violência física. Já Steve Lukes pauta sua discussão com o debate sobre a constituição dos “interesses reais”, quando o poder de convencimento e persuasão revela situações de dominação.

Um ponto importante nessa discussão é a noção contemporânea de que o “poder” constitui-se antes numa *relação* que numa *substância*. Até mesmo os super-poderes de heróis fictícios só têm valor quando usados, ou quando se ameaça usá-los. Um super-poder guardado não consegue nem mesmo reduzir os sofrimentos cotidianos enfrentados por Peter Parker e Clark Kent, identidades secretas do Homem-Aranha e Super-Homem. Já os poderes revelados ou exercidos, podem diminuir o sofrimento dos reles mortais.

Esse cuidado sugerido evoca ainda a análise do sociólogo Fábio Wanderley Reis, quando afirma que “A solução dos problemas básicos postos pela questão da distribuição do poder envolve necessariamente a produção dele.” (Reis 2002, 44), ou seja, para além de se identificar os “centros de poder”, ou agentes-chave no processo decisório, é importante também perceber as formações dessas arenas e atores.

É interessante também se contextualizar a ampliação histórica que a esfera política vem tendo no Brasil, ao longo de nossos cinco séculos de “descobrimento”. Estudar as dinâmicas dos processos internos ao campo político institucional hoje sem considerar seus aspectos históricos pode apenas contribuir na formulação de modelos abstratos de interpretação da realidade, mas sem oferecer insumos concretos para que essa interpretação

traga algo de significativo ao campo científico, no sentido de acumular conhecimento sobre nossa sociedade e sua organização social.

Há todo um histórico de proibições e exclusões que merece ser resgatado, como o processo da concessão do “título” de cidadãos e posteriormente cidadãos elegíveis a negros, mulheres, indígenas, semi-alfabetizados e jovens, feito vagarosamente, numa lenta e gradual abertura de nossa esfera pública. E, para além do estudo das barreiras formais de acesso ao poder político, vale estudar também quais barreiras simbólicas fazem efeito hoje, entre aqueles que já conseguiram garantir de alguma forma sua inserção no campo político institucional, na condição de parlamentares.

Como diria o pesquisador Fábio Wanderley Reis, a grande vantagem comparativa da sociologia em relação às demais ciências sociais reside na contribuição com o contexto social dos fenômenos, em contraposição aos modelos abstratos da teoria da escolha racional (Reis 2002, 50), opção metodológica predominante na ciência política contemporânea.

Nesta pesquisa, propõe-se trabalhar com o grupo de políticos que já conquistaram e exerceram mandato no Congresso brasileiro após a redemocratização, e decidiram sair da disputa eleitoral, não se candidatando no ano em que seu mandato findava. Também se trabalhará com o grupo que se candidatou a cargos considerados de menor prestígio do que os que estavam exercendo a época. Ao se trabalhar com a auto-exclusão desses políticos, faz-se necessário ao mesmo tempo relacioná-la com a exclusão externa, feita por barreiras simbólicas ou institucionais, presentes ao longo de nossa história. Essa relação pode determinar a análise que se faz da saída de cena de alguns perfis específicos de políticos do Congresso Nacional.

Se políticos envolvidos em escândalos tendem mais frequentemente a desistir de disputar um novo mandato, muitos militantes da área de controle social e comentaristas políticos podem respirar aliviados, com a sensação de parte de missão cumprida. Se mulheres desistem mais frequentemente, pelo espaço parlamentar não conseguir se adaptar a sua presença e assimilá-la, vários ativistas da equidade de gênero precisam tomar um pouco mais de fôlego e recomeçar sua jornada de trabalhos sociais, pois significa que ainda

há muito para ser feito. Se políticos que iniciaram sua carreira na Arena da ditadura militar já não possuem o poder de antigamente e se sentem marginalizados das atuais esferas de poder político, desistindo de se candidatar, os historiadores podem se animar em testemunhar passos importantes na consolidação da democracia no país. Se os empresários estão desistindo de se candidatar, mas continuam em cena como os principais financiadores das campanhas políticas, é necessário não só estudar mais o fenômeno como se preocupar em transformar as regras de financiamento do jogo eleitoral no país. O presente trabalho só faz sentido se considerado juntamente com outras questões de nosso tempo, ele não é uma hipótese de trabalho acadêmico que traga uma resposta plena em si.

1.1 Escopo

Esta pesquisa busca descobrir as possíveis razões que levam parlamentares com mandato em exercício a concorrerem a cargos mais baixos ou a não disputarem mais eleições. Esse pequeno grupo de parlamentares constituiria, à primeira vista, a exceção da conhecida formulação de que todos os políticos são “progressivamente ambiciosos” (Rohde 1979, 3) (Schlesinger 1966) e desejam sempre disputar um cargo mais alto.

Dentre os objetivos da pesquisa estão averiguar (i) em que circunstâncias houve um projeto político individual mal sucedido, (ii) quando se realizou uma análise que previa uma derrota eleitoral e o político não registrou candidatura antecipando um possível resultado desfavorável, (iii) em que circunstâncias ocorreu um esgotamento pessoal com os processos políticos institucionais correntes e (iv) em que circunstâncias a decisão de não se manter na disputa foi influenciada pelo partido político/grupo social de apoio do parlamentar. Desta maneira, pode-se construir um estudo que ofereça ao menos uma visão panorâmica sobre os parlamentares que, por diversas razões, são ao menos parcialmente alijados de certas esferas do campo político. Como diria Bourdieu, a *vulnerabilidade extrema do capital político faz do ofício de homem político uma profissão de alto risco* (Bourdieu 2002, 169) e aqui se pretende evidenciar quais riscos se fazem presentes para os políticos brasileiros que estão saindo de uma esfera específica de socialização do campo político.

O foco de estudo foi o grupo de deputados federais e senadores que não buscou se candidatar a nenhum posto ou que tenha concorrido a cargos

considerados de menor projeção³ do que os que exerciam, nos pleitos de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.

1.2 Objetivos

Como objetivo geral deste projeto de pesquisa, está o de detectar panoramicamente as condições que levam a bancada minoritária da Câmara dos Deputados e do Senado a se retirar da disputa política ou a disputar um cargo menor que o seu em exercício.

Os objetivos específicos de investigação seguem abaixo:

1. Identificar em que circunstâncias houve um projeto político individual mal sucedido,
2. Inferir em que circunstâncias se realizaram diagnósticos de que a eleição já estaria perdida, nem valendo a pena se recandidatar,
3. Mapear em que circunstâncias ocorreu um esgotamento pessoal com os processos políticos institucionais,
4. Investigar se há um perfil distintivo dos parlamentares que abandonam a disputa eleitoral e dos que nela permanecem.

Foi observada a possível vinculação das diferentes estratégias de gestão da carreira política com as variáveis: sexo, geração, carreira política prévia, suplência, região, partido político ou ideologia, envolvimento em escândalos políticos, rede familiar de políticos e ocupação profissional.

³ Este texto não busca valorizar alguns postos políticos em detrimento de outros, apenas se consideram “cargos mais altos” o que a maior parte da literatura sobre carreiras políticas já analisa desta maneira. Em alguns momentos, essas análises serão problematizadas.

1.3 Estudando a exceção da regra: contribuições

A inspiração para este estudo é decorrente de uma notícia publicada no extinto caderno anual do jornal Folha de São Paulo, o “*Olho No Congresso*”, edição de 2001. Nele foi divulgada a lista de quais deputados e senadores haviam disputado as eleições municipais de 2000 e para quais cargos. Em meio às notícias sobre coligações e carreiras em ascensão, uma chamou especial atenção: um quadro político da direção da Ordem dos Músicos do Brasil, Mattos Nascimento, eleito deputado federal em 1998 pelo PL do Rio de Janeiro, que afirmava estar frustrado com o processo legislativo, pois descobrira na prática que ele não tinha perfil adequado para a vida política (seu primeiro projeto de lei fora dado como inconstitucional), acabaria por não conseguir realizar nenhuma transformação social dentro daquela estrutura política e devido a esta conjuntura ele afirmava que pensava até em renunciar ao mandato⁴ e dava como certo que não iria se candidatar nas próximas eleições, de 2002⁵.

O mencionado sociólogo francês parece ter escrito esse parágrafo especialmente para nosso caso de inspiração, adivinhando a profissão original de Mattos Nascimento:

Em matéria de política *como em matéria de arte*⁶, o desapossamento dos que são em maior número é correlativo, ou mesmo consecutivo, da concentração dos meios de produção propriamente políticos nas mãos de profissionais, que só com a condição de possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político. (...) Mas é também e sobretudo esta espécie de iniciação, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou a sua forma específica de que se revestem os seus estrangimentos e os seus controles no seio de cada partido. (Bourdieu, 2002, p.169-170)

⁴ A frase publicada é “*Eu não tenho mais ânimo, já pensei até em renunciar. Eu não vivo de política, vivo de música*”.

⁵ Logo depois, ele se candidatou a Deputado Distrital no DF, sem sucesso.

⁶ Grifo da autora.

O caso chamou a atenção por dois fatores: (i) a organização de base do então parlamentar não era uma associação civil com histórico de espaço de recrutamento de políticos, como são os sindicatos, associações patronais e organizações não governamentais (Coradini 2001) (Rodrigues 2006) e (ii) a postura do deputado efetivamente fugia a regra do que era esperado como decisão a ser tomada em véspera de ano eleitoral por quem já exerce mandato parlamentar. Desse caso específico, surgiu o interesse em fazer um levantamento mais geral sobre quais as motivações que levam políticos com mandato já em exercício a abandonar a disputa eleitoral, quais perfis de políticos estão mais suscetíveis a tomar esta decisão e em que circunstâncias esse fenômeno é mais ou menos frequente.

Um cuidado da abordagem foi o de evitar análises de trajetórias excessivamente individualizadas, para não construir dezenas de histórias de vida e apenas agregá-las, sem perceber situações históricas, relações e estruturas sociais que possuem impacto nesse fenômeno, por mais que pareça apenas uma decisão individual à primeira vista. Um dos estudos fundantes da Sociologia, a análise sobre o suicídio, feita por Durkheim (1986), traz elementos cruciais para a parte metodológica desta pesquisa: estuda-se uma decisão individual, mas numa abordagem sistemática, geral e sociológica.

Embora se possa sempre recorrer a exemplos personalizados que iriam numa outra direção, conjunturas sociais podem explicar por que determinado perfil de parlamentar está mais sujeito a se retirar da disputa eleitoral do que outro e em quais situações. Do esquema analítico de Durkheim se aproveitará seu método para encontrar as razões sociais para a ocorrência dessas desistências e então construir os perfis sociológicos e tipos de desistência.

Outra preocupação é a de perceber quais grupos incorrem mais nessa auto-exclusão, para não cair em afirmações superficiais, comuns em estudos sobre o campo político, de que alguns grupos são mais “aptos” que outros para o jogo político, como se isso fosse questão de “dom natural” e não de formação social. Relembrando Bourdieu:

Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos” e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um espaço determinado da estrutura da distribuição do capital. (Bourdieu, 2002, p. 163)

Com essa perspectiva, este estudo pode trazer contribuições ao tratar dos casos excepcionais de políticos que disputam cargos menores do que os que estão exercendo. Mesmo na literatura da Ciência Política norte-americana, considerada de ponta por grande parte dos estudiosos da área, praticamente não há abordagens sobre os políticos que disputam cargos menores. Na verdade, essa questão nem mesmo é considerada nos artigos consultados, sendo todos publicações de periódicos de renome (*American Political Science Review*, *Journal of Politics* e *American Journal of Political Science*), produzidos em diferentes épocas (do início da década de 70 ao final dos anos 90s).

Mesmo sendo uma questão numericamente marginal, trata-se de uma prática constante em diferentes períodos eleitorais, e pela sua frequência regular, merecedora de estudos. Vale lembrar que até a omissão (não ação) pode ser considerada ação social, na medida em que a elas se atribui um sentido orientado socialmente (Weber 1991). E mesmo para uma abordagem dos casos de ambição progressiva, estudar o que é em certo grau seu contraponto pode ajudar a emergência de novas interpretações e descobertas de origens para sua ocorrência.

1.4 Contribuição à literatura científica brasileira

Em relação à literatura brasileira, a contribuição pode ser mais interessante. Dado o quadro histórico dos sistemas político-partidários brasileiros, ainda há poucos estudos que tenham se debruçado sobre o panorama não só pós-ditadura, mas também com o quadro partidário atual. Algumas nuances estão se alterando com o passar dos anos e com a

chegada e consolidação de novas gerações políticas no campo político, como outras pesquisas vêm mostrando (Rodrigues 2002)(Rodrigues 2006, 12). Os estudos sobre o legislativo no Brasil têm dedicado bastante atenção ao recrutamento das elites parlamentares (Santos 2000) (Coradini 2001) (Rodrigues 2002) (Messenberg 2002), mas a gestão das carreiras políticas é um tema ainda pouco explorado.

Entre os estudos feitos, há uma semelhança de abordagens em tratar a carreira política como um aglomerado evolucionista de “etapas”, principalmente quando se trata de narrativas biográficas de políticos que já conquistaram um espaço político de relevância entre pares, como analisa Maria D’Alva Kinzo (Kinzo 2002, 162). Há, em relação a este ponto, pouca atenção tanto em relação ao grupo de políticos que tenta se eleger em cargos menores como em relação ao grupo de políticos que abandona as disputadas eleitorais.

Um ponto adicional a ser abordado é que mesmo se a literatura norte-americana estivesse disponível em português, ela não seria completamente útil, dadas as profundas diferenças nos sistemas eleitoral e partidário dos dois países. No Brasil, para a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas vigora desde os pleitos de 1982 até o presente a representação proporcional com listas abertas, com distritos eleitorais de grande magnitude (que são as próprias unidades da federação), ao passo que nos EUA os deputados são eleitos por voto majoritário em circunscrições uninominais.

Em parte por efeito do sistema eleitoral, em parte por razões culturais e históricas, no Brasil temos um multipartidarismo bastante fragmentado, que alguns autores (especialmente os chamados “brazilianistas”) consideram de “baixa institucionalização”, enquanto nos Estados Unidos a disputa política é monopolizada por dois grandes partidos (Democratas e Republicanos).

Um dos representantes dessa perspectiva mais conhecido no Brasil, Scott Mainwaring, costuma atribuir ao sistema político brasileiro (1999) (Mainwaring 1995), de maneira bastante normativa, a classificação de pouco institucionalizado, altamente fragmentado, hostil ao regime democrático e

pouco profissionalizado, inclusive em relação ao funcionamento das máquinas partidárias. Outros pontos apresentados reclamam da migração partidária (considerada alta), baixa disciplina nas votações em plenário, dentre outros itens.

De fato, o sistema político-partidário brasileiro está aquém das expectativas criadas sobre ele desde a redemocratização do país, mas o país vem conseguindo implementar, ainda que com dificuldades, seu modo de funcionamento, por vezes chamado de presidencialismo de coalizão (Abranches 1988). E diversos estudos apontam que, embora existentes, os sintomas da “baixa institucionalização” detectada por Mainwaring não são graves como apresentados, se medidos e analisados no decorrer do tempo e não se comparado num retrato estático com países do oeste europeu, a exemplo da migração partidária e disciplina em plenário (Santos 2002) (Pereira e Muller 2003) (Rodrigues 2002).

E porção do descrédito da população brasileira em relação à classe política na verdade é apenas parte conjunta do descrédito generalizado sofrido pelas democracias ocidentais em geral, devido a contextos nos quais nos inserimos, mas que vão além da realidade brasileira (Norris 1999).

É evidente que o sistema político brasileiro enfrenta uma série de desafios, que vão desde a garantia de representação de grupos subalternos no parlamento, passando pelos mecanismos de financiamento de campanha (visivelmente mal controlados pelo TSE), aos desafios culturais que enfrenta a população de um país que viveu boa parte de seu passado histórico sob regimes ditatoriais ou no mínimo autoritários. E parte expressiva dos artigos de autores brasileiros escritos sob influência dessa perspectiva centra suas energias em debates sobre detalhes minuciosos de legislação eleitoral, com vistas a contribuir para uma proposta de Reforma Política, mas sem perceber as concepções de sociedade e de política que estão por trás dessas propostas.

Essas diferenças de funcionamento dos sistemas políticos, em especial brasileiro e americano, têm implicações fundamentais no jogo político dos

países em questão. Ao passo que o sistema eleitoral e o multipartidarismo brasileiro introduzem incerteza na disputa – taxas de reeleição que ultrapassem 60% já chamam a atenção de analistas e políticos – nos Estados Unidos, a taxa de sucesso na reeleição para o Congresso é extremamente alta, girando em torno de 95%. Num ambiente em que a reeleição e vitória são dadas quase como “naturais”, vislumbrar a possibilidade de fracasso certamente afugenta políticos da disputa.

É apontada como razão recorrente, entre a literatura norte-americana, que uma das razões para um político se aposentar é quando ele se encontra em posição minoritária dentro de seu partido, sem conseguir assim influenciar seus rumos (Bullock 1972) (Hibbing 1982, 471). No Brasil, antes de desistir da vida pública, há ainda a possibilidade ou de mudar de partido, ou, até mesmo, de fundar um novo partido (Marengo 1997). Parte significativa dos estudos sobre migração partidária vem trazendo um olhar menos estigmatizador, mostrando que na verdade as trocas de partido se concentram em “blocos ideológicos”. Os casos de migração entre partidos que não possuem uma base comum de diálogo não são a regra (Nicolau 2000) (Marengo 2001), embora sejam mais “espetaculares” na cobertura midiática, dando a impressão de serem mais frequentes do que o são de fato.

Há ainda que se observar que os “rachas” partidários no Brasil foram fundamentais para o surgimento de novos partidos, como, por exemplo, o PSDB (de origem peemedebista), o Democratas/PFL (de origem arenista, linhagem mantida pelo PP), o caso histórico do Partido Comunista (hoje PPS e PCdoB) e até mesmo os nanicos PSOL e PSTU (de origem petista). À exceção do PSTU, todos os outros partidos podem ser considerados cisões bem sucedidas eleitoralmente, pois conseguiram manter representação no parlamento. Momentos de ruptura do político com seu partido, no caso brasileiro, não significam necessariamente o fim de sua carreira.

É valiosa ainda a produção de vocabulário científico em língua portuguesa, pois até mesmo alguns estudos sobre a realidade brasileira foram produzidos nos Estados Unidos, gerando textos traduzidos que mantêm

expressões anglófonas, em detrimento de expressões mais correntes de nosso vocabulário.

1.5 Procedimentos metodológicos

O propósito deste trabalho foi perceber se há um perfil social distintivo dos políticos que optam por se retirar da disputa eleitoral ou por concorrer a cargos menores; em quais circunstâncias se tornam mais propensos a tomar essas decisões, e averiguar se as respostas às duas primeiras questões ajudam a explicar porque a taxa de desistência vem caindo desde a eleição legislativa de 1990, conforme o quadro do DIAP:

Quadro 1: Postulantes à recandidatura e reeleitos por pleito (1990-2006)

Ano da eleição	Composição da Câmara no ano da eleição	Nº de candidatos à reeleição	Índice de recandidatura	Reeleitos	Índice de reeleição em relação ao nº de recandidatos	Índice de renovação em relação à composição da Câmara
1990	495	368	74,34%	189	51,35%	61,81%
1994	503	397	78,92%	230	57,93%	54,27%
1998	513	443	86,35%	288	65,01%	43,85%
2002	513	416	81,09%	283	68,02%	44,83%
2006	513	433	84,40%	267	61,66%	47,95%

Fonte: DIAP (2006)

Vale frisar que, mais importante do que apenas registrar o índice de renovação, é perceber *quais grupos* estão saindo e entrando eleitoralmente em cada legislatura, para além de sua filiação partidária. Essa mudança na composição do parlamento deve ser percebida como sintomática de mudanças maiores tanto nas fontes de recrutamento político como na estratificação da sociedade em geral.

Conjunturalmente, baseado nos dados do quadro, pode-se sugerir que após a Constituição de 88 ocorreu uma percepção do Legislativo como um centro de poder, reconquistando o prestígio perdido na ditadura, análise que tornaria um segundo mandato parlamentar uma opção mais valorizada que em outros momentos, embora isto se configure mais enquanto suposição que como realidade verificada (Santos 2000, 91).

Ainda em relação ao quadro do DIAP, pode-se observar que os anos que apresentam maior índice de recandidatura são justamente os anos nos quais ocorreram reeleições presidenciais (é necessário registrar que as duas campanhas foram vitoriosas). É valioso relacionar nesses casos os partidos onde mais políticos desistiram da disputa com os partidos que governavam no Executivo na época, pois o acesso à estrutura administrativa consistiria num incentivo eleitoral e estar na oposição poderia desestimular a participação na disputa eleitoral.

Calculando o universo pesquisado, desde as eleições legislativas de 1990, cerca de 250 políticos desistiram de tentar a reeleição ou pleitear um cargo mais alto, dentre os políticos que exerceram mandatos entre a 48^a e 52^a Legislaturas. Dos 250 políticos, 169 (67,6%) optaram por não participar da eleição imediatamente posterior ao término de seu mandato no Congresso, enquanto 81 (32,4%) participaram concorrendo a cargos considerados de menor projeção do que aqueles que exerciam. No caso dos ex-senadores, esses cargos são as suplências de senador, o de deputado federal, deputado estadual e deputado distrital. No caso dos ex-deputados federais, a lista se repete, excluindo obviamente o posto de deputado federal. Desse total, 201 eram parlamentares da Câmara dos Deputados⁷ e os outros 49 exerceram mandato no Senado Federal.

A inclusão das suplências do Senador na categoria de recuo se faz na medida em que esta é uma disputa eleitoral onde o nome do político não é

⁷ Grupo no qual se encontram as 12 mulheres presentes no universo da pesquisa. Da bancada encerrada em 1990: Maria de Lourdes Abadia (PSDB/DF). Em 1998: Cidinha Campos (PDT/RJ), Maria da Conceição Tavares (PT/RJ), Márcia Cibilis Viana (PDT/RJ), Márcia Marinho (PSDB/MA) e Sandra Starling (PT/MG). Em 2002: Esther Grossi (PT/RS). Em 2006: Ana Alencar (PSDB/TO), Edna Macedo (PTB/SP), Teté Bezerra (PSDB/MT), Zelinda Novaes (PFL/BA) e Zulaiê Cobra (PSDB/SP).

nem testado eleitoralmente⁸, não cabendo a ele estar à frente das articulações políticas com seus correligionários e o mandato só é assumido em circunstâncias especiais, se configurando muito mais como uma concessão do titular do que como uma conquista do suplente.

Para explicitar a exceção, o “desvio comportamental” dos políticos em questão, vale registrar que nas eleições legislativas de 2006 concorreram 228 candidatos as 27 vagas do Senado (8,5 candidatos/vaga), e 5.402 candidatos as 513 vagas da Câmara dos Deputados (10,5 candidatos/vaga). Abrir mão de um espaço que é em grande medida de difícil conquista seria hipoteticamente uma decisão a ser tomada em situações radicais.

1.6 Construção da pesquisa

Inicialmente, a proposta desta pesquisa era de fazer uma análise aprofundada de trajetórias apenas dos desistentes da legislatura 2003-2006. Entretanto, como este grupo se mostrou bastante avesso a ideia de ser entrevistado (de 37 parlamentares, apenas três aceitaram), se ampliou o universo estudado de maneira a compensar a ausência de informações sofrida nesse recorte inicial.

Para produzir os dados necessários a esta pesquisa, foram realizados levantamento, tabulação e a correlação estatística de dados quantitativos que permitem uma abordagem sistemática e geral da Câmara dos Deputados e Senado Federal, das eleições de 1990 a 2006⁹. Posteriormente, se percebeu

⁸Embora o TSE venha empreendendo grandes esforços em dar visibilidade ao nome do suplente durante a campanha eleitoral e no momento do voto eletrônico.

⁹As informações utilizadas neste texto foram organizadas a partir de dados gentilmente cedidos por Alysson Alves, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Daniel Corrêa, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília (IPOL/UnB), além de pesquisa em fontes oficiais (repertórios biográficos da Câmara e Senado). O levantamento sobre o envolvimento desses políticos com escândalos contou com a colaboração de Bruno Gomes Arantes, do Programa Especial de Treinamento (PET) do Departamento de Sociologia da UnB.

as frequências das variáveis mais incidentes no fenômeno, e se buscou entrevistar uma amostra de ex-parlamentares escolhidos em função destas variáveis.

Embora esteja na essência dessa dissertação uma recusa em se trabalhar com a abordagem neo-institucionalista, grande parte das variáveis aqui listadas são as mesmas dos trabalhos que seguem esta linha (partido, envolvimento em escândalos, relação oposição/situação, titularidade/ /suplência de mandato, quantidade de mandatos exercidos).

Por outro lado, evitou-se trabalhar com outros ícones da área, como “presença institucional” do mandato (medida por cargos assumidos nas comissões, projetos de lei propostos e relatos, liderança de bancada, emendas ao orçamento liberadas, etc.), embora também sejam informações fartamente disponíveis, de fácil aquisição. Essa omissão deu-se pela seguinte preocupação: imagine a situação de uma mulher parlamentar que não assumiu nenhum cargo na mesa diretora ou nas comissões da Câmara, e ao final de seu mandato desiste de disputar a eleição.

Uma falsa causalidade pode ocorrer numa análise neo-institucionalista caricata desse caso, ao se afirmar que supostamente ela não disputou a eleição, pois seu mandato foi pouco articulado, conclusão feita a partir do fato de que ela não conseguiu assumir nenhum posto de destaque. Parece lógico e sensato à primeira vista. Mas será que talvez ela não tenha assumido nenhum posto de destaque neste mandato justamente pela sua condição feminina, que é anterior e por isso determinante da expressão que seu mandato conseguirá ter?

Há ainda que se observar o fato de que não é possível indicar uma causa para cada episódio de desistência; cada fenômeno singular é, em si, fruto de múltiplas causas. Um político pode não mais disputar um mandato porque seus filhos sentem saudade da mãe que ficou no estado de origem, percebe que tem poucas chances de se reeleger e o partido não o apóia mais desde que ele foi flagrado num escândalo de corrupção. Mais à frente, ao se analisar causa a causa, se utilizará trechos diferentes das narrativas contadas

pelo mesmo entrevistado, justamente por ter ficado visível que em muitos casos se trata de um mesmo efeito para diversas origens simultâneas.

2. Estudos sobre ambição progressiva e eleições

Pretende-se aqui realizar um trabalho sob uma nova perspectiva, na medida onde - exceto alguns trabalhos de ciência política setentrional-americano - poucos autores buscam compreender o que está em jogo das saídas políticas (retiradas voluntárias ou abandonos, morte ou exclusão forçada do jogo político, etc.).

Como destacava Michel Offerlé a partir de 1996, "*se compreende bem um espaço estudando os entrantes e os retirantes. Os trens que vão são tão lindos quanto os que chegam Quanto às passagens de nível...*"¹⁰ (Offerlé 1996, 5)¹¹. Ao se referir ao espaço político, se escreveram numerosos trabalhos sobre os entrantes no espaço público. Mas as investigações sobre os retirantes e as "passagens de nível" (períodos de seleção do pessoal política como, por exemplo, a seleção dos candidatos ou as competições eleitorais) são ainda raras e vagas.

A partir do caso brasileiro, essa pesquisa contribui para a crítica de um enfoque muito linear das corridas políticas. Pode ser visto como um complemento aos trabalhos de David Samuels sobre a ambição pessoal política e a desistência no poder legislativo brasileiro. A partir de várias investigações, David Samuels (*Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil* 2003) evidencia, no começo dos anos 2000, que a natureza da ambição política no Brasil se diferencia do modelo norte-americano.

Esta característica seria uma das duas explicações (juntamente com a dinâmica própria da competição eleitoral no Brasil) da forte taxa de renovação da Câmara dos Deputados. À diferença de seus homólogos estadunidenses,

¹⁰ Todas as citações encontradas em língua estrangeira foram traduzidas pela autora dessa dissertação.

¹¹ "*On ne comprend bien un espace qu'en étudiant les entrants et les sortants. Les trains qui partent sont aussi beaux que ceux qui arrivent. Quant aux passages à niveau...*"

os políticos brasileiros teriam uma ambição política de tendência "extra-legislativa" (em particular, nos executivos oficiais, ou inclusive municipais).

Ao insistir na existência da retirada voluntária do jogo político, também se busca colocar em cheque certos preconceitos que caracterizam alguns estudos de ambição política. Raymond Aron considera, em seu livro "Democracia e totalitarismo" (1966) que a maioria dos políticos profissionais das nossas sociedades democráticas tem abraçado esta carreira muito cedo, para ali permanecer o maior tempo possível. Esta imagem dos políticos agarrados ao poder (muito divulgados em artigos da *American Political Science* dos anos 1960 e 1970) oculta a complexidade e o dinamismo da construção da carreira política. Pretende-se aqui uma abordagem com maior profundidade ao estudo da ambição política, e oferecer algumas formas de melhor compreender algumas das causas da saída voluntária.

De modo geral, este trabalho destaca a instabilidade da construção das corridas políticas, e a fragilidade das posições de poder. As épocas de eleições constituem assim pontos de rupturas ou bifurcações (também chamados de *turning points*) nas trajetórias políticas. Em nossa história recente, estão momentos de mudança e transição especialmente intensos, que dificultam o acúmulo dos mandatos eletivos. Se o controle das trajetórias passa por uma diminuição dos elementos imprevisíveis, o abandono da disputa eleitoral ou a retirada para ambições políticas a priori "menores" podem assim converter-se em eleições de carreiras, redefinições medidas em uma perspectiva a meio ou longo prazo e independente dos ciclos de decepção.

2.1 Desejos e vocações do “ser” político

Um tema recorrente dos escritos no campo das ciências humanas, não importando a época em que tenham sido escritos, é a questão do homem enquanto “ser político”. Embora se possa recorrer à grande contribuição dada pelos clássicos da filosofia, em especial Aristóteles e Platão, aqui se debruçará sobre três autores de obras mais recentes em termos históricos: o renascentista Nicolau Maquiavel (1469-1527), o filósofo do século XIX Friedrich Nietzsche (1844-1900) e o sociólogo Max Weber (1864-1920). Uma questão fundamental das discussões que cada um dos autores trava sobre como lideranças políticas entram em cena é *o que é natural e o que é despertado socialmente?*

Esse debate se dá pelas profundas diferenças nas perspectivas sobre o impacto do ambiente externo ou a predestinação natural no despertar da vontade de ser político, seja esta vontade chamada de ambição, vocação, treino, virtú, desejo de poder ou potência. Retomado por Bourdieu mais tarde, esse debate entre diferentes percepções do ser humano enquanto agente social contribui para legitimar ou desqualificar justificativas e análises sobre fenômenos do campo político.

Numa abordagem pioneira pelo seu realismo e pragmatismo, de grande contraste com a conhecida abordagem normativa dos filósofos gregos e outros ensaístas, Nicolau Maquiavel analisou como alguém ascende ao poder, justifica esse ato e conserva o poder em sua obra mais conhecida, *O Príncipe* (1987).

Partindo do princípio de que a política é uma atividade terrena e mundana, sem fundamentação divina ou “natural”, Maquiavel prima por uma abordagem realista sobre a atividade política. Afirma sem constrangimentos de redação que por vezes a hipocrisia e manipulação são o único caminho para permanecer dentro do jogo político. Ocorre que alguns se recusam e outros não sabem como fazê-lo, o que influencia suas chances de permanência no jogo.

Um ameaça real à sobrevivência dentro do jogo político pode ser a ingenuidade daqueles que se propõem a assumir posições de destaque. Um político bem intencionado mas sem habilidade política tende a ficar em desvantagem em relação a aqueles que possuem “malícia”. E essa desvantagem pode ser a diferença entre vitória e derrota (Miguel 2007, 24). Para o autor, seria fundamental possuir os meios materiais para a imposição do próprio poder, com sua formulação de que é melhor ser temido que querido.

É necessário ser um homem de bem para reformar a política e as instituições de um Estado; mas a usurpação violenta do poder pressupõe um homem ambicioso e corrupto. Assim, raramente acontecerá que um cidadão virtuoso queira apossar-se do poder por meios legítimos, mesmo com as melhores intenções; ou que um homem mau, tendo alcançado o poder, queira fazer o bem, dando boa utilização ao poder que conquistou o mal. (Maquiavel 1979, 81)

Um ponto interessante dentro da sua abordagem é que nela a realidade não se constituiu como desvio do ideal. Seria apenas a realidade. Dentro desse escopo, um homem de virtú (característica com a qual se nasce com) saberia aproveitar oportunidades melhor que demais. É capaz de trabalhar para criar contextos favoráveis a si, superando adversidades externas.

Filósofo que ficou famoso pelo seu papel questionador da herança iluminista e também da moral cristã, Friedrich Nietzsche produziu diversas obras com seus aforismos. Para Nietzsche, a vontade de poder/potência é uma característica originária dos seres humanos, mais motivadora para nossas ações que a razão. Existe-se, logo, deseja-se poder. Em suas palavras *Onde quer que encontrasse o que é vivo, encontrei a vontade de domínio* (Nietzsche 2005, 96). Seria um atributo inesgotável e nato, tendo como repercussões satisfazer vontades, acumular poder, e permitir desejos outros¹².

¹² Para não entrar em polêmicas de outras áreas, aqui só se consultou as obras "Assim falou Zaratustra" e "Para além do Bem e do Mal". Ficou de fora o volume específico "Vontade de Poder", cuja edição final coube à irmã de Nietzsche.

Dentro de sua obra, em especial em *Para Além do Bem e do Mal* (1992), é possível perceber que para o autor algumas pessoas possuem mais vontade de poder que outros, sendo merecedores então do espaço que os que tem menos vontade não irão conquistar. São “predestinados” que conseguem superar o que se opõe a suas vontades, pois devem seguir apenas sua vontade de poder, sem precisar se guiar por valores morais.

Nesse ponto há uma observação fundamental: para Nietzsche, há uma divisão intrínseca de papéis na sociedade. Há ainda a opção de enfatizar que a desigualdade natural nem seria um problema a ser tratado, pois seria, afinal de contas, natural. Pelo contrário, as desigualdades devem ser respeitadas, de modo que os “geniais” encontrem todo o espaço necessário para expressarem seu talento frente aos menos capacitados (Nietzsche 1992, 103). O mesmo se aplica à vontade de poder: os que possuem mais irão dominar os que possuem menos.

Por essa perspectiva, a desigualdade da distribuição da vontade de poder não é uma questão em si. Sua preocupação é garantir que aqueles que possuem mais consigam efetivamente exercer poder sobre os demais.

Há grande semelhança entre o que é apresentado pelo filósofo e os discursos atuais de desacreditar na democracia enquanto sistema político (enquanto as falhas causadas pelos sistemas econômicos são sistematicamente omitidas) e a traduzi-la enquanto sistema de garantias econômicas para a emergência de talentos individuais (igualdade de oportunidade), omitindo a origem e reprodução das desigualdades do debate político.

Maquiavel e Nietzsche se encontram ao definir qualidades natas para o sucesso político. A grande diferença é que Maquiavel, devido ao seu caráter mais pragmático, apresenta um leque mais amplo de atitudes e características que ajudam na construção de caminhos para um bom governo (talvez hoje chamado de governança) que consiga promover interesses comuns, enquanto Nietzsche claramente se posiciona com uma abordagem mais pró indivíduo, com uma perspectiva muito próxima do elitismo.

Já um pouco mais tarde na história, o alemão Max Weber se debruça sobre os partidos políticos quando estes já haviam conquistado um espaço mais central no campo político. Para Weber, os partidos são organizações da sociedade civil, ou da sociedade política não estatal. Mas, além de seu caráter ideológico, Weber percebe que nos sistemas políticos modernos os partidos políticos podem assumir também a forma de uma organização que existe para se colocar na disputa por cargos dentro do Estado. A vocação, o desejo, que em alguns tipos de partido toma a forma de influência, proposição e execução e projetos de sociedade, em outros toma a forma da ambição por cargos, de disputa por aparelhos administrativos.

Este é seu alerta para situações de representação profissional na política, que poderiam transformar os partidos em feudos de grupos de interesse, numa estrita divisão do trabalho num mundo “racionalizado”, numa democracia de massas. A crescente geração de cargos administrativos, afirma Weber, não se dá exclusivamente pela burocratização da máquina pública, mas também pela ambição dos partidos políticos. Afirma que *aos olhos de seus aderentes, os partidos aparecem, cada vez mais, como uma espécie de trampolim que lhes permitirá atingir esse objetivo essencial: garantir o futuro* (Weber 2002a, 62).

Essa ambição não é intrínseca ao agente político, mas vem da organização burocrática. Weber vai além e acrescenta que mesmo o desejo de poder por si não vem de um capricho exclusivamente individual, pois seu reconhecimento, o valor que atribui a esse poder vem também externamente, dado por relações sociais:

O homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente. O poder, inclusive o poder econômico, pode ser desejado “por si mesmo”. Muito freqüentemente, a luta pelo poder também é condicionada pelas “honras sociais” que ele acarreta [...] A forma pela qual as honras sociais são distribuídas numa comunidade, entre grupos típicos que participam nessa distribuição, pode ser chamada de “ordem social” [...] Dessa forma, “classes”, “estamentos” e “partidos” são fenômenos da distribuição de poder dentro de uma comunidade (Weber 2002b, 126-7)

Algumas características dos Partidos Políticos são fundamentais para perceber sua estrutura de funcionamento:

1. Grupo especializado, coordenado por políticos profissionais dedicados exclusivamente à carreira política.

2. Detém o monopólio da representação institucional de dois poderes (Chefe do Executivo e todos os membros do Legislativo) nas três esferas (União, Estado, Município).

Com essas duas características, podemos chegar ao que, de fato, os partidos políticos representam, em termos de sua estrutura administrativa: um campo especializado com condutas, práticas, linguagens e códigos próprio, com acesso a espaços exclusivos e um *ethos* de atuação próprio. Em relação à presença de políticos profissionais na política institucional, essa questão deve ser talvez das mais recorrentes (com a polêmica dicotomia em viver para a política e viver da política).

Por um lado, a profissionalização de lideranças significou o acesso de grupos não elitizados ao jogo político, pois grupos que não viviam de renda e títulos não teriam tempo ou condições físicas de interferir politicamente em decisões governamentais com uma jornada de trabalho de no mínimo 40 horas para ser cumprida, se não conseguissem mecanismos para se profissionalizar e atuarem exclusivamente em prol de suas causas.

Por outro lado, entretanto, essa profissionalização abriu brechas para que o político profissional se descolasse de seu grupo de base social original. E, é necessário explicitar, os ocupantes destes cargos compõem não só uma elite, mas um campo com práticas e linguagens próprias (Bourdieu 1983). Para ingressar e ser reconhecido neste campo, é necessário adotar o comportamento de pares. E, historicamente, os pares iniciais eram aristocratas, somente depois que se deu o ingresso paulatino de outros estratos sociais, que já encontravam uma estrutura de poder instaurada¹³.

¹³ Por exemplo, o surgimento da Câmara dos Lordes na Inglaterra, que ocorreu antes da Câmara dos Comuns e esta segunda câmara foi criada antes da aceitação do ingresso de não-proprietários na Casa.

2.2 Muitas fotos sob o mesmo ângulo

Dentre as abordagens contemporâneas, um dos estudos de maior destaque sobre a determinação da ambição política na disputa por cargos eleitorais foi o livro de Schlesinger (1966), que tratava das carreiras políticas nos Estados Unidos, *Ambition and Politics: political careers in the United States*. Em sua elaboração, quando parte do pressuposto que a “ambição está presente no coração dos políticos” (Schlesinger 1966, 1), são mencionadas três ambições: a discreta (a retirada voluntária de cena), estática (quando trabalham para manter seu espaço, buscam a reeleição) e a progressiva (políticos que buscam um cargo mais atraente).

Poucos anos depois, o trabalho de Schlesinger é base de pesquisa desenvolvida por David Rohde (1979), que trata não somente de explicar casos onde políticos já tomaram suas decisões em termos de carreira política, mas também pretende desenvolver um modelo que torne possível a *previsão* de quando um político se arrisca a disputar um cargo mais alto e quando busca apenas se reeleger. Rohde mantém a premissa de que os atores políticos seriam racionais no seu sentido puro, todos¹⁴ buscam maximizar a utilidade de suas ações. Logo, aqui ganha destaque uma variável importante na escolha dos políticos sobre seus cargos: o risco de perder a eleição.

A elaboração de Rohde dá conta de explicar os processos de definição de candidaturas internamente em grandes partidos políticos. A viabilidade de uma candidatura é ponto fundamental a ser considerado pelo partido. Há, entretanto, que se fazer pequenas ressalvas para a utilização dessa teoria em outros casos, aqui, especialmente, brasileiros: algumas candidaturas de governos estaduais podem ser lançadas apenas para “garantir palanque” para candidatos a presidente, estimulada ainda mais com a imposição da

¹⁴ Na verdade, Rohde inicialmente afirma que são “quase todos” (p.3), e numa nota de rodapé explica: “Nós dizemos quase todos porque acreditamos que a ambição discreta deve ser mantida como uma categoria separada. Há alguns membros da Câmara que começam a atividade parlamentar com a simples intenção de ocupar a vaga no mandato em exercício. [...] Esses casos, acreditamos, são poucos e desinteressantes. Em qualquer evento, vamos ignorá-los teoricamente e os removeremos das análises empíricas.”.

verticalização; algumas candidaturas (majoritárias e proporcionais) podem ser lançadas também com o intuito de puxar votos para os candidatos proporcionais; alguns partidos, por breves períodos, lançam candidatos para “marcar posição”, papel dos “anticandidatos”, recurso geralmente empregado por partidos de posições mais radicais, sejam de esquerda ou direita.

Desse modo, o impacto do “risco calculado” de perder a eleição entra em cena *juntamente* com outros fatores, que não se referem apenas às aspirações individuais dos agentes políticos, mas também preocupações dos grupos sociais aos quais os políticos estão ligados. A decisão, nesse caso, não seria estritamente individual, na medida em que o político com mandato não é um ser desconectado da sociedade. Seu mandato existe em função de sua ambição, mas também em função de um grupo social com demandas políticas, que tem a expectativa de que seu representante as concretize (Bezerra 1999). Resgatando a análise de Bourdieu *A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento* (Bourdieu 2002, 164).

Com um enfoque mais localizado nos políticos norte-americanos que saem da carreira eleitoral, encontram-se os estudos de John R. Hibbing (Bouer e Hibbing 1989) (Hibbing 1998)(Hibbing 1982) (Moore e Hibbing 1992). Por ter se debruçado por mais de 20 anos sob esse objeto de pesquisa, o autor pôde analisar causas tidas como permanentes e esporádicas. Ao observar momentos em que a aposentadoria da carreira eleitoral tanto cresceu surpreendentemente como momento em que caiu abruptamente, o autor vai formulando diversas explicações para os acontecimentos.

Entre as questões que surgem ao longo de seu trabalho, Hibbing (Moore e Hibbing 1992, 825) aponta as motivações presentes no discurso dos parlamentares para se retirarem da disputa política: intromissões da mídia em sua vida, necessidade de tempo com família, dificuldades de conseguir financiamento, desrespeito generalizado com a classe política, regimento

legislativo recheado de procedimentos sem importância, colegas de plenário sisudos e amargos.

Sob o título irônico de *“Is Serving Congress Fun Again?”*, Hibbing coloca essas motivações em segundo plano, afirmando que, por serem posições minoritárias, naquele momento em escala decrescente, não poderiam ser consideradas indícios fortes o suficiente para que se afirmasse que esses problemas fossem realmente sistêmicos e relevantes a ponto de fazer com que um “agente político racional” desistisse da carreira política (Moore e Hibbing 1992, 825). É ignorado se o perfil social desses políticos pode fazer com que eles apresentem uma perspectiva social diferenciada dos demais (Young 2006), o que poderia trazer valor a esses depoimentos, na medida em que um grupo social que teve um recrutamento e socialização políticos diferenciados dos já estabelecidos na arena parlamentar pode realmente sentir esses efeitos enquanto outros não.

É importante observar que nessas classificações norte-americanas não há menção aos políticos que disputam cargos menores. Essa omissão só vem a ser corrigida recentemente, em trabalho de Eduardo Leoni, Carlos Pereira e Lúcio Rennó. Ainda assim, o que eles classificam como “ambição regressiva” é colocado como opção de políticos ainda ambiciosos, mas que recuam tendo em vista o risco da derrota eleitoral (Leoni, Pereira e Rennó 2003, 59). Seria uma opção dos menos votados¹⁵.

Essa formulação é em grande parte correta, mas há que se acrescentar uma perspectiva de gênero: é reconhecido na literatura especializada que frequentemente mulheres optem por um cargo que tenha sede política em sua cidade natal que em outra cidade, dada a responsabilidade maior que em geral têm com a gestão de sua unidade doméstica (Miguel 2003, 118). Em alguns casos, essa volta à cidade natal pode-se dar na forma de prefeita de

¹⁵ Em análise prévia (Florentino 2008b) foi considerada que esta seria uma opção do chamado “baixo clero”. Entretanto, “baixo clero” é um conceito que engloba o baixo acúmulo de capital político, mais do que um baixo contingente de votos, por isso a troca de termos. Um exemplo deste caso seria o ex-deputado Delfim Neto (PMDB/SP) não costumava receber votação massiva, mas possuía prestígio entre seus pares.

uma cidade. Dependendo do porte da cidade e do Estado, essa mudança de planos pode tanto ser considerada “ambição progressiva” como “ambição regressiva” (ver organograma na página 15). Ou, numa outra abordagem na análise das carreiras políticas, essa migração do Legislativo para o Executivo pode ser caracterizada como “ambição dinâmica” (Santana 2006, 20), que caracteriza uma carreira “zique-zague”, alternando postos de deputado/prefeito ou senador/governador, alternâncias mais comuns.

Ainda em comum a grande parte destas análises, está o fato de que se baseiam no modelo de ator racional, com uma interpretação particularmente materialista. Para estes pesquisadores, os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, de orçamentos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidade e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais.

Além de desconsiderar quais poderiam ser outras intencionalidades da ação, que podem ser classificadas de racionais tanto quanto as motivações materiais, esse enfoque se perde na não-explicação do *porque* o cargo é ambicionado por algumas pessoas e não por outras. Na crítica de Elster (1987, 17; 26), uma das falhas da aplicação da teoria da escolha racional é justamente que ela não consegue explicar os casos em que as pessoas fogem a regra¹⁶, não podendo, portanto, configurar como uma teoria social com a grandeza que se propõe.

E é também curioso notar que, num país anglo-saxônico considerado de “instituições sólidas”, com um “sistema partidário institucionalizado”, grande parte dos estudos produzidos coloca o agente político como alguém que toma a decisão de se candidatar sozinho, sem levar em consideração as estratégias políticas do partido. Em alguns momentos, é como se fossem dois agentes desconectados, e até mesmo, concorrentes, quando se observa o conceito de “oportunidade” (Rohde 1979, 5-8), por exemplo.

¹⁶ Já que a ideia de modelagem pressupõe a padronização dos comportamentos dos atores, de modo que seja possível subsidiar as previsões de suas escolhas.

Um político só pode ambicionar uma vaga ao governo estadual desde que não haja previamente um candidato de seu partido buscando a reeleição. Mas, é importante ressaltar, essa definição não compete exclusivamente ao governador que busca a reeleição, mas também ao partido, esfera que engloba os deputados que almejem o cargo e demais correligionários.

2.3 Peculiaridades do sistema e contexto políticos analisados

Um exemplo do caso brasileiro é a realização de “prévias” ou convenções nos partidos. A iniciativa de disputar internamente no partido é, ao menos formalmente, livre para os postulantes (Guarnieri 2005). Um bom exemplo seria a prévia para definição do candidato do PT à prefeitura de Porto Alegre em 2000. Concorreram Raul Pont (então prefeito), José Fortunati e Tarso Genro. Genro foi o escolhido e elegeu-se para o quarto mandato consecutivo do PT em Porto Alegre, contrariando a expectativa de se ter um “candidato natural”, ocupante do cargo em questão, a prefeitura.

Outro caso seria a tentativa pessoal de Antony Garotinho de se candidatar à presidência em 2006, que foi radicalmente rejeitada por correligionários de seu partido à época, o PMDB, mesmo que não houvesse efetivamente um candidato realmente disposto a concorrer à presidência, o que de fato não ocorreu. Essa etapa da disputa também é mencionada por outros observadores brasileiros. Na formulação de Luis Felipe Miguel:

É possível sustentar com maior segurança a tese de que o campo político é capaz de impor determinadas exigências a quem almeja um cargo eletivo de maior destaque. Nas eleições proporcionais, a multiplicidade de vagas a serem preenchidas permite que diferentes tipos de candidatos obtenham êxito, mas em pleitos majoritários os filtros do campo político agem com eficiência. (Miguel 2003, 128)

As limitações da abordagem institucionalista e individualista também foram percebidas por Maria D’Alva Kinzo (2002:162). Ao fazer um breve panorama sobre os estudos produzidos sobre os sistemas partidários, afirma

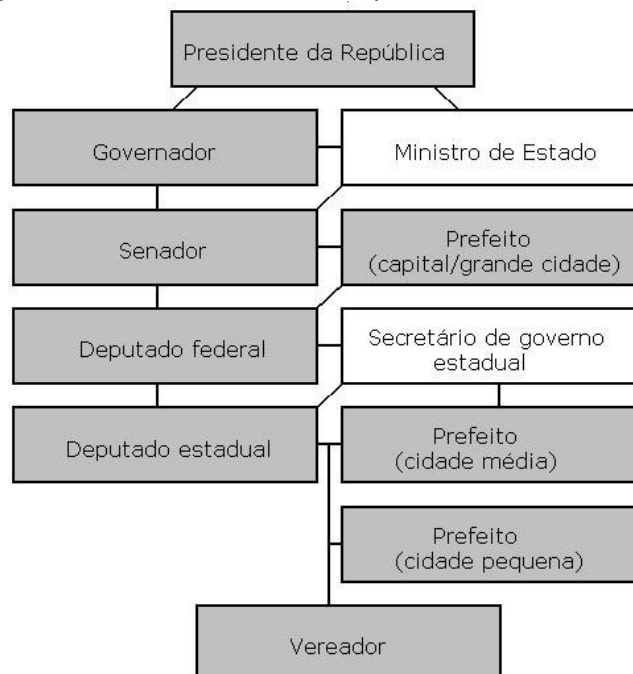
que estes deixaram para segundo plano um dos aspectos fundamentais da análise: o exame das bases sociais da ação política. Essa afirmação faz ainda mais sentido se colocado como exemplo o fato de que a opção de não se candidatar mais é considerada para estes autores como “sem custos”(Kiewiet e Zeng 1993, 931), ignorando que há grupos sociais por trás do mandato dos parlamentares.

É verdade que alguns perfis de parlamentares são mais substituíveis que outros, mas, mesmo assim, essa substituição tem custos, tanto do parlamentar que tem interesse em fazer um “sucessor”, como do grupo que deu sustentabilidade ao mandato anterior. De novo, volta-se à questão de que a decisão da disputa não é tomada individualmente.

Os interesses individuais do agente político são constantemente moldados, e é extremamente difícil afirmar em que momento seus desejos surgem espontaneamente e individualmente, e em que momento seu grupo de aliados que o projeta para outras ambições¹⁷. Vê-se uma estrutura generalizada da carreira político-eleitoral no Brasil pós-85:

¹⁷ Inclusive porque no sistema de lista aberta adotado no Brasil é difícil para um político com mandato, ou seja, com alguma chance de fazer uma votação expressiva, mesmo que não o suficiente para se reeleger, explicar ao partido que não quer mais se candidatar. A utilização de candidaturas de “laranjas” é razoavelmente estimulada nesse sistema eleitoral, pois os votos são computados ao mesmo tempo para a legenda/coligação, podendo beneficiar outro candidato.

Figura 1: estrutura da carreira política no Brasil



Fonte: Miguel (2003, p. 117)

Nesta figura, faltam apenas as secretarias municipais entre os cargos nomeados do poder executivo, os cargos de vice governador/prefeito e as suplências de senador¹⁸. Estes últimos formam uma categoria especial de cargo, submetida formalmente ao voto, mesmo sem ter os nomes expostos durante as campanhas eleitorais. Há que se registrar os casos de postos como ministro/governador, que podem ser comparáveis em termos de prestígio e a circularidade constante entre os cargos de ministro/senador (Messenberg 2002) (Santana 2006). O autor do quadro ressalva ainda que na representação do infográfico *todos os ministérios estão equiparados, assim como as secretarias de governo, embora, de fato, tenham pesos políticos muito diferentes* (Miguel 2003, 117). É feita ainda a observação de que “não se trata de uma carreira rígida”, pois *tal ambição não assume a forma de uma*

¹⁸ Cargos políticos menores conhecidos como “cargos de confiança” no aparato estatal também são fontes tradicionais de recrutamento, mas não são necessariamente ocupados por futuros candidatos, por isso não estão incluídos aqui. Muitas vezes seus ocupantes são quadros partidários que não fazem questão de submeter seu nome ao processo eleitoral.

escalada desenfreada em direção ao topo, para cargos mais elevados sempre que elas pareçam seguras, exige cálculos estratégicos mais complexos (117).

3. Métodos de pesquisa empregados

A pesquisa planejada para essa dissertação constou de algumas etapas fundamentais, que foram:

i) Levantamento de quais políticos de 1990 a 2006, ao término de seus mandatos de deputado federal ou de senador, não se candidataram no pleito imediatamente seguinte ou se candidataram a cargos considerados de menor projeção do que os já exercidos. As informações foram construídas de acordo com o cruzamento dos registros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre a composição de suas legislaturas e a lista de candidaturas registradas pelo Tribunal Superior Eleitoral;

ii) Levantamento das informações biográficas destes políticos, tais como sexo, partido, idade, ocupação sócio-profissional, de acordo com o repertório biográfico oferecido pelo site da Câmara dos Deputados e cadernos antigos do “De olho no Congresso” da Folha de São Paulo;

iii) Levantamento de informações sobre a carreira política prévia destes políticos, com foco nas seguintes informações: ano e partido pelo qual assumiu o primeiro mandato, se exerceu ou não cargos no executivo (antes e/ou durante o último mandato exercido);

iv) Checagem sobre as redes de parentesco envolvidas nas carreiras destes políticos, de acordo com levantamentos já realizados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP);

v) Mapeamento dos políticos envolvidos em escândalos, por meio do banco de dados da Organização-Não-Governamental Transparência Brasil, dos cadernos do DIAP e outras publicações recentes sobre a política brasileira¹⁹;

vi) Investigação sobre ações posteriores deste grupo: se voltaram a disputar algum pleito posterior, classificando os políticos de acordo com o

¹⁹ Como por exemplo, *A ética da malandragem: no submundo do Congresso Nacional* (Vaz 2005), *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor* (Conti 1999) e *Todos os sócios do presidente* (Krieger, Novaes e Faria 1992).

cargo que voltou a disputar e por quanto tempo o candidato se ausentou da disputa. Esses dados constam nos registros do TSE das eleições de 1990 a 2006;

vii) Migração da base de dados montada no software *Excel* para o *Sphinx*, de maneira a possibilitar cruzamentos estatísticos mais sofisticados entre as variáveis;

viii) Análise dos dados de modo a explicitar os padrões de carreira mais frequentes encontrados na base para selecionar alguns/ (construir amostra representativa de) políticos que incorram nestes padrões e posteriormente entrevistá-los;

ix) Construção de amostra de ex-parlamentares para agendamento de entrevista semi-estruturada, por meio de ligações telefônicas para os diretórios regionais/estaduais de seus partidos;

x) Realização de entrevistas pessoais com ex-parlamentares selecionados na amostra ou por via telefone ou e-mail;

3.1 Relação Completa do Universo Pesquisado

Ex-parlamentar	Casa	Suplente	Mandatos Federais	Idade a época	Sexo	Partido	UF	Profissão	Envolvimento em escândalo	Pleito	Disputou eleição	Cargo
Chicão Brígido	CD	SIM	2	47	M	PMDB	AC	técnico em contabilidade	SIM	2006	SIM	Dep. Estadual
Álvaro Dias	CD	NÃO	1	47	M	PDT	RN	médico	NÃO	2006	SIM	Dep. Estadual
Carlos Dunga	CD	NÃO	2	60	M	PTB	PB	empresário; advogado	SIM	2006	SIM	1º Suplente de Senador
César Bandeira	CD	NÃO	4	60	M	PFL	MA	engenheiro; empresário	SIM	2006	SIM	Dep. Estadual
Corauci Sobrinho	CD	NÃO	3	61	M	PFL	SP	advogado; professor	NÃO	2006	SIM	Dep. Estadual
Francisco Appio	CD	SIM	1	59	M	PP	RS	radialista	NÃO	2006	SIM	Dep. Estadual
Francisco Garcia	CD	NÃO	2	57	M	PP	AM	médico; empresário	SIM	2006	SIM	1º Suplente de Senador
Homero Barreto	CD	NÃO	1	55	M	PTB	TO	empresário	NÃO	2006	SIM	2º Suplente de Senador
Lúcia Braga	CD	NÃO	1	72	M	PMDB	PB	assistente social	SIM	2006	SIM	Dep. Estadual
Neiva Moreira	CD	NÃO	7	89	M	PDT	MA	jornalista	SIM	2006	SIM	Dep. Estadual
Remi Trinta	CD	NÃO	3	66	M	PL	MA	médico; empresário	SIM	2006	SIM	Dep. Estadual
Roberto Freire	CD	NÃO	7	64	M	PPS	PE	advogado	NÃO	2006	SIM	1º Suplente de Senador
Zulaiê Cobra	CD	SIM	3	63	F	PSDB	SP	advogada	NÃO	2006	SIM	1º Suplente de Senador
Anivaldo Vale	CD	NÃO	3	62	M	PSDB	PA	empresário	SIM	2006	NÃO	
Antonio Cambraia	CD	NÃO	2	64	M	PSDB	CE	economista; professor	NÃO	2006	NÃO	
Ana Alencar	CD	SIM	1	45	F	PSDB	TO	dentista	NÃO	2006	NÃO	
Bosco Costa	CD	NÃO	1	56	M	PSDB	SE	empresário	SIM	2006	NÃO	
Edna Macedo	CD	NÃO	1	58	F	PTB	SP	secretária	SIM	2006	NÃO	
Jair de Oliveira	CD	SIM	1	54	M	PMDB	ES	pastor	SIM	2006	NÃO	
José Divino	CD	SIM	1	42	M	PRB	RJ	empresário	SIM	2006	NÃO	

Luiz Carlos Santos	CD	NÃO	3	74	M	PFL	SP	alto burocrata; advogado	SIM	2006	NÃO	
Moreira Franco	CD	SIM	3	62	M	PMDB	RJ	sociólogo; economista; professor	SIM	2006	NÃO	
Roberto Brant	CD	NÃO	5	64	M	PFL	MG	advogado; professor	SIM	2006	NÃO	
Romel Anízio	CD	SIM	4	60	M	PP	MG	pecuarista	SIM	2006	NÃO	
Teté Bezerra	CD	SIM	3	49	F	PMDB	MT	microempresária; enfermeira	SIM	2006	NÃO	
Wanderval Santos	CD	SIM	2	50	M	PL	SP	empresário; radialista	SIM	2006	NÃO	
Vittorio Medioli	CD	SIM	4	55	M	PV	MG	jornalista	SIM	2006	NÃO	
Zelinda Novaes	CD	SIM	1	62	F	PFL	BA	economista; professora	SIM	2006	NÃO	
Valmir Amaral	SF	SIM	1	44	M	PMDB	DF	empresário	NÃO	2006	NÃO	
Roberto Saturnino	SF	SIM	4	75	M	PT	RJ	engenheiro	SIM	2006	NÃO	
Jorge Bornhausen	SF	NÃO	2	69	M	PFL	SC	empresário; advogado	SIM	2006	NÃO	
Luiz Pontes	SF	NÃO	2	50	M	PSDB	CE	empresário	SIM	2006	SIM	Dep. Estadual
Juvêncio da Fonseca	SF	NÃO	1	72	M	PDT	MS	advogado	NÃO	2006	SIM	Dep. Estadual
João Batista Motta	SF	SIM	2	69	M	PSDB	ES	advogado	NÃO	2006	SIM	Dep. Federal
Aelton Freitas	SF	SIM	1	45	M	PL	MG	pecuarista	NÃO	2006	SIM	Dep. Federal
Alberto Silva	SF	NÃO	3	83	M	PMDB	PI	engenheiro; empresário	NÃO	2006	SIM	Dep. Federal
Waldeck Ornelas	SF	SIM	3	57	M	PFL	BA	técnico em planejamento	SIM	2002	NÃO	
Lindberg Cury	SF	SIM	1	67	M	PFL	DF	empresário	NÃO	2002	SIM	Dep. Distrital
Ricardo Santos	SF	SIM	1	57	M	PSDB	ES	engenheiro	NÃO	2002	SIM	Dep. Federal
Francisco Escórcio	SF	SIM	2	53	M	PMDB	MA	empresário	NÃO	2002	NÃO	
Lúdio Coelho	SF	NÃO	1	80	M	PSDB	MS	agropecuária	NÃO	2002	NÃO	
Francelino Pereira	SF	NÃO	5	81	M	PFL	MG	advogado; professor	NÃO	2002	NÃO	
Fernando Ribeiro	SF	SIM	1	46	M	PMDB	PA	empresário	NÃO	2002	SIM	1º Suplente de Senador
Ronaldo Cunha Lima	SF	NÃO	1	66	M	PSDB	PB	advogado	SIM	2002	SIM	Dep. Federal
Wellington Roberto	SF	SIM	1	43	M	PTB	PB	empresário	SIM	2002	SIM	Dep. Federal
Roberto Freire	SF	NÃO	6	60	M	PPS	PE	advogado	NÃO	2002	SIM	Dep. Federal
Benício Sampaio	SF	SIM	1	51	M	PPB	PI	médico	NÃO	2002	SIM	1º Suplente de Senador
Geraldo Cândido	SF	SIM	1	63	M	PT	RJ	metroviário	NÃO	2002	SIM	Dep. Federal
Adir Gentil	SF	SIM	2	44	M	PFL	SC	empresário	NÃO	2002	SIM	Dep. Federal
Marcos Afonso	CD	NÃO	1	40	M	PT	AC	jornalista; professor	NÃO	2002	NÃO	

Ex-parlamentar	Casa	Suplente	Mandatos Federais	Idade a época	Sexo	Partido	UF	Profissão	Envolvimento em escândalo	Pleito	Disputou eleição	Cargo
Divaldo Surugay	CD	NÃO	2	65	M	PST	AL	economista	SIM	2002	NÃO	
José Melo	CD	NÃO	2	56	M	PFL	AM	professor; economista	NÃO	2002	SIM	Dep. Estadual
Francistônio Pinto	CD	NÃO	1	58	M	PFL	BA	pecuarista	NÃO	2002	NÃO	
Bem Hur Ferreira	CD	NÃO	1	38	M	PT	MS	professor; advogado	NÃO	2002	SIM	Dep. Estadual
Marçal Filho	CD	NÃO	2	37	M	PMDB	MS	radialista; bacharel em direito	NÃO	2002	NÃO	
Carlos Mosconi	CD	NÃO	4	58	M	PSDB	MG	professor; médico	NÃO	2002	NÃO	
Paulo Braga	CD	NÃO	1	55	M	PFL	BA	agropecuária; administrador de empresas	NÃO	2002	NÃO	
Ursicino Queiroz	CD	NÃO	2	64	M	PFL	BA	médico	NÃO	2002	NÃO	
Adolfo Marinho	CD	NÃO	1	57	M	PSDB	CE	engenheiro	NÃO	2002	NÃO	
Chiquinho Feitosa	CD	NÃO	1	38	M	PSDB	CE	empresário; agropecuarista	NÃO	2002	NÃO	
Zé Gomes da Rocha	CD	NÃO	4	44	M	PMDB	GO	agropecuária; acadêmico	NÃO	2002	SIM	Dep. Estadual
Wigberto Tartuce	CD	NÃO	2	55	M	PPB	DF	radialista; economista	NÃO	2002	SIM	Dep. Distrital
Euler Moraes	CD	NÃO	1	53	M	PMDB	GO	economista; servidor	NÃO	2002	NÃO	
Geovan Freitas	CD	NÃO	1	38	M	PMDB	GO	advogado	NÃO	2002	NÃO	
Juquinha	CD	NÃO	1	55	M	PL	GO	engenheiro; professor	NÃO	2002	NÃO	
Pimenta da Veiga	CD	NÃO	4	55	M	PSDB	MG	advogado	NÃO	2002	NÃO	
Walfrido Mares Guia	CD	NÃO	1	59	M	PTB	MG	empresário	NÃO	2002	NÃO	
Renildo Leal	CD	NÃO	1	37	M	PTB	PA	médico	NÃO	2002	SIM	Dep. Estadual
Basílio Villani	CD	NÃO	4	62	M	PSDB	PR	executivo; diretor do Bamerindus	SIM	2002	NÃO	
Rafael Greca	CD	NÃO	1	46	M	PFL	PR	engenheiro; economista	NÃO	2002	SIM	Dep. Estadual
Santos Filho	CD	NÃO	3	69	M	PFL	PR	advogado; economista	NÃO	2002	NÃO	
Luciano Bivar	CD	NÃO	1	57	M	PSL	PE	empresário	NÃO	2002	SIM	1º Suplente de Senador
Cornélio Ribeiro	CD	NÃO	1	54	M	PL	RJ	empresário	NÃO	2002	SIM	Dep. Estadual
Eber Silva	CD	NÃO	1	52	M	PST	RJ	professor; pastor batista	NÃO	2002	SIM	Dep. Estadual
Mattos Nascimento	CD	NÃO	1	48	M	PST	RJ	músico	NÃO	2002	SIM	Dep. Distrital

Milton Temer	CD	NÃO	2	63	M	PT	RJ	jornalista	NÃO	2002	NÃO	
Valdeci Paiva	CD	NÃO	1	49	M	PSL	RJ	radialista	SIM	2002	SIM	Dep. Estadual
Esther Grossi	CD	SIM	2	67	F	PT	RS	professora; pesquisadora	NÃO	2002	NÃO	
Ezidio Pinheiro	CD	SIM	2	58	M	PSB	RS	agricultor	NÃO	2002	NÃO	
Telmo Kirst	CD	NÃO	6	58	M	PPB	RS	industrial; advogado	NÃO	2002	SIM	Dep. Estadual
Airton Cascavel	CD	NÃO	1	38	M	PPS	RR	empresário	NÃO	2002	SIM	Dep. Estadual
Antônio Carlos Konder Reis	CD	NÃO	4	77	M	PFL	SC	advogado; economista; museólogo	NÃO	2002	SIM	Dep. Estadual
Antonio Kandir	CD	NÃO	2	49	M	PSDB	SP	engenheiro; economista	SIM	2002	NÃO	
De Velasco	CD	NÃO	2	65	M	PSL	SP	empresário; pastor evangélico; radialista; relações públicas	NÃO	2002	SIM	Dep. Estadual
Fernando Zuppo	CD	NÃO	2	60	M		SP	advogado	NÃO	2002	NÃO	
Moreira Ferreira	CD	NÃO	1	63	M	PFL	SP	industrial; advogado	NÃO	2002	NÃO	
Rubens Furlan	CD	NÃO	1	49	M	PPS	SP	empresário; advogado	NÃO	2002	NÃO	
Sampaio Dória	CD	NÃO	1	57	M	PSDB	SP	advogado	NÃO	2002	NÃO	
Augusto Franco	CD	NÃO	1	31	M	PSDB	SE	empresário	NÃO	2002	NÃO	
Igor Avelino	CD	NÃO	1	31	M	PMDB	TO	empresário; agropecuarista	SIM	2002	NÃO	
Darcy Pozza	CD	NÃO	3	52	M	PDS	RS	economista; contabilista	NÃO	1990	NÃO	
Floricens Paixão	CD	NÃO	5	71	M	PDT	RS	advogado; editor	NÃO	1990	NÃO	
Hermes Zanetti	CD	NÃO	2	47	M	PSDB	RS	professor; advogado	NÃO	1990	NÃO	
Ivo Lech	CD	NÃO	1	42	M	PMDB	RS	aposentado por invalidez	NÃO	1990	NÃO	
Cláudio Ávila	CD	NÃO	1	37	M	PFL	SC	empresário	NÃO	1990	NÃO	
Paulo Macarini	CD	NÃO	3	58	M	PMDB	SC	advogado; jornalista	NÃO	1990	NÃO	
Henrique Córdova	CD	NÃO	2	52	M	PDS	SC	advogado; pecuarista	NÃO	1990	NÃO	
Victor Fontana	CD	NÃO	2	74	M	PFL	SC	empresário; engenheiro químico	NÃO	1990	NÃO	
Alarico Adib	CD	NÃO	1	53	M	PMDB	PR	médico; jornalista; empresário; pecuarista	NÃO	1990	NÃO	
Borges da Silveira	CD	NÃO	3	50	M	PMDB	PR	médico; agropecuarista	NÃO	1990	NÃO	
Dionísio Dal Prá	CD	NÃO	1	61	M	PFL	PR	pecuarista	NÃO	1990	NÃO	
Hélio Duque	CD	NÃO	3	48	M	PMDB	PR	economista; jornalista; professor	NÃO	1990	NÃO	
Jacy Scanagatta	CD	NÃO	1	56	M	PFL	PR	empresário	NÃO	1990	NÃO	
Mattos Leão	CD	NÃO	2	44	M	PMDB	PR	médico; empresário; pecuarista		1990	NÃO	

Ex-parlamentar	Casa	Su- ple- nte	Mand- atos Fede- rais	Idade a época	Sexo	Partido	UF	Profissão	Envolvime- nto em escândalo	Pleito	Disputou eleição	Cargo
Santinho Furtado	CD	NÃO	2	59	M	PMDB	PR	advogado; pecuarista	NÃO	1990	NÃO	
Airton Cordeiro	CD	NÃO	1	48	M	PFL	PR	jornalista; advogado; servidor público	NÃO	1990	SIM	Dep. Estadual
José Tavares	CD	NÃO	2	41	M	PMDB	PR	advogado; delegado	NÃO	1990	SIM	Dep. Estadual
Ruben Figueiró	CD	NÃO	3	59	M	PMDB	MS	advogado; pecuarista	NÃO	1990	NÃO	
José Freire	CD	NÃO	6	62	M	PMDB	GO	advogado	NÃO	1990	NÃO	
Maria de Lourdes Abadia	CD	NÃO	1	46	F	PSDB	DF	assistente social	NÃO	1990	SIM	Dep. Distrital
Percival Muniz	CD	NÃO	1	34	M	PMDB	MT	pecuarista	SIM	1990	NÃO	
Agripino de Oliveira Lima	CD	NÃO	1	59	M	PFL	SP	professor; advogado	NÃO	1990	NÃO	
Aristides Cunha	CD	SIM	1	62	M	PSC	SP	médico	NÃO	1990	NÃO	
Caio Pompeu Toledo	CD	NÃO	3	47	M	PSDB	SP	advogado	NÃO	1990	NÃO	
José Carlos Grecco	CD	NÃO	1	41	M	PSDB	SP	arquiteto	NÃO	1990	NÃO	
Luiz Inácio Lula da Silva	CD	NÃO	1	45	M	PT	SP	metalúrgico	NÃO	1990	NÃO	
Antônio Salim Curiati	CD	NÃO	1	62	M	PDS	SP	médico; corretor de imóveis	NÃO	1990	SIM	Dep. Estadual
Leonel Júlio	CD	SIM	1	55	M	PTB	SP	nd	NÃO	1990	SIM	Dep. Estadual
Jayme Campos	CD	SIM	1	55	M	PRN	RJ	advogado	NÃO	1990	NÃO	
Roberto D'Ávila	CD	NÃO	1	41	M	PDT	RJ	professor; jornalista	NÃO	1990	NÃO	
Doutel de Andrade	CD	SIM	2	70	M	PDT	RJ	advogado; jornalista	NÃO	1990	SIM	1º Suplente de Senador
Jorge Leite	CD	NÃO	2	60	M	PMDB	RJ	advogado	NÃO	1990	SIM	Dep. Estadual
Nyder Barbosa	CD	NÃO	2	61	M	PMDB	ES	advogado; pecuarista	NÃO	1990	NÃO	
José da Conceição	CD	NÃO	1	47	M	PMDB	MG	advogado; professor	NÃO	1990	SIM	Dep. Estadual
Álvaro Antônio	CD	NÃO	1	52	M	PMDB	MG	engenheiro	NÃO	1990	NÃO	
Silvio Abreu	CD	NÃO	3	42	M	PMDB	MG	professor; advogado; pecuarista	NÃO	1990	NÃO	
Luiz Leal	CD	NÃO	3	54	M	PMDB	MG	advogado; cafeicultor; professor	NÃO	1990	NÃO	
Eduardo Bonfim	CD	NÃO	1	41	M	PCdoB	AL	advogado; funcionário público	NÃO	1990	SIM	Dep. Estadual
Aluizio Campos	CD	NÃO	2	76	M	PMDB	PB	advogado; pecuarista	NÃO	1990	NÃO	
Vingt Rosado	CD	NÃO	7	72	M	PMDB	RN	pecuarista; empresário	NÃO	1990	NÃO	

Jesuvaldo Cavalcanti	CD	NÃO	1	50	M	PFL	PI	advogado;jornalista	NÃO	1990	NÃO	
Bezerra de Mello	CD	NÃO	5	64	M	PMDB	CE	professor; psicólogo	NÃO	1990	NÃO	
Furtado Leite	CD	NÃO	8	76	M	PFL	CE	economista; pecuarista	NÃO	1990	NÃO	
Exedito Machado	CD	NÃO	3	72	M	PMDB	CE	militar	NÃO	1990	NÃO	
José Lins	CD	NÃO	2	70	M	PFL	CE	engenheiro	NÃO	1990	NÃO	
Osmundo Rebouças	CD	NÃO	1	48	M	PMDB	CE	economista; auditor	NÃO	1990	NÃO	
Vieira da Silva	CD	NÃO	5	68	M	PDS	MA	empresário	NÃO	1990	NÃO	
Mauro de Alencar Fecury	CD	SIM	1	49	M	PFL	MA	engenheiro	NÃO	1990	NÃO	
Victor Trovão	CD	NÃO	3	69	M	PFL	MA	empresário; pecuarista	NÃO	1990	NÃO	
Joaquim Nagib Haickel	CD	NÃO	1	31	M	PMDB	MA	editor; advogado; poeta	NÃO	1990	NÃO	
Antonio Gaspar	CD	NÃO	1	47	M	PMDB	MA	farmacêutico; bioquímico	NÃO	1990	NÃO	
Mário Maia	SF	NÃO	3	65	M	PDT	AC	médico	NÃO	1990	NÃO	
Bernardo Cabral	CD	NÃO	2	58	M	PMDB	AM	advogado; professor	NÃO	1990	NÃO	
Carrel Benevides	CD	NÃO	1	46	M	PTB	AM	advogado	NÃO	1990	NÃO	
Áureo Mello	SF	SIM	4	70	M	PRN	AM	advogado; jornalista	NÃO	1994	SIM	Dep. Federal
Carlos D'Carli	SF	NÃO	2	53	M	PPR	AM	empresário	NÃO	1994	NÃO	
Aloysio Chaves	CD	NÃO	2	70	M	PFL	PA	advogado; juiz	NÃO	1990	NÃO	
Medonça Neto	CD	NÃO	2	49	M	PDT	AL	jornalista; advogado	NÃO	1994	SIM	Dep. Estadual
Roberto Torres	CD	NÃO	2	56	M	PTB	AL	pecuarista	NÃO	1994	SIM	Dep. Estadual
Jabbes Ribeiro	CD	NÃO	1	42	M	PSDB	BA	advogado	NÃO	1994	NÃO	
Luiz Vianna Neto	CD	NÃO	4	61	M	PFL	BA	empresário	NÃO	1994	NÃO	
Uldurico Pinto	CD	NÃO	2	41	M	PSB	BA	médico	NÃO	1994	NÃO	
Juthay Magalhães	SF	NÃO	4	65	M	PSDB	BA	empresário	NÃO	1994	NÃO	
Etevaldo Nogueira	CD	NÃO	2	62	M	PFL	CE	empresário da construção civil	NÃO	1994	NÃO	
Manuel Viana	CD	SIM	3	42	M	PMDB	CE	médico	NÃO	1994	NÃO	
Marco Antônio Penaforte	CD	NÃO	1	46	M	PSDB	CE	médico	NÃO	1994	NÃO	
Orlando Bezerra	CD	NÃO	3	61	M	PFL	CE	empresário	NÃO	1994	NÃO	
Vicente Fialho	CD	NÃO	1	56	M	PFL	CE	engenheiro	NÃO	1994	NÃO	
Luiz Pontes	CD	NÃO	1	38	M	PSDB	CE	empresário	NÃO	1994	SIM	Dep. Estadual
Harley Margon Vaz	CD	NÃO	1	64	M	PMDB	GO	empresário	NÃO	1994	NÃO	
Lázaro Barbosa	CD	NÃO	2	56	M	PMDB	GO	empresário; advogado	NÃO	1994	NÃO	

Ex-parlamentar	Casa	Su- ple- nte	Mand- atos Fede- rais	Idade a época	Sexo	Partido	UF	Profissão	Envolvime- nto em escândalo	Pleito	Disputou eleição	Cargo
Mauro Borges	CD	NÃO	3	74	M	PDC	GO	pecuarista; empresário rural	NÃO	1994	NÃO	
Daniel Alves Silva	CD	NÃO	2	43	M	PRN	MA	empresário	SIM	1994	SIM	Dep. Estadual
João Teixeira	CD	NÃO	1	38	M	PFL	MT	empresário	NÃO	1994	SIM	Dep. Estadual
José Elias	CD	NÃO	2	54	M	PTB	MS	empresário; TV	NÃO	1994	NÃO	
Iraní Vieira Barbosa	CD	NÃO	1	44	M	PL	MG	empresário	NÃO	1994	SIM	Dep. Estadual
Camilo Machado	CD	SIM	1	62	M	PFL	MG	advogado; professor	NÃO	1994	NÃO	
João Paulo	CD	NÃO	2	62	M	PT	MG	sindicalista; metalúrgico	NÃO	1994	NÃO	
Mário Assad	CD	NÃO	3	69	M	PFL	MG	advogado; professor	NÃO	1994	NÃO	
Paulino Cícero	CD	NÃO	5	57	M	PSDB	MG	advogado	NÃO	1994	NÃO	
Annibal Teixeira	CD	SIM	2	61	M	PTB	MG	empresário; professor	NÃO	1994	NÃO	
Ruy Bacelar	SF	NÃO	5	59	M	PMDB	PA	engenheiro	NÃO	1994	SIM	Dep. Federal
Ivan Burity	CD	NÃO	1	32	M	PRN	PB	advogado	NÃO	1994	NÃO	
José Moreira Lustosa (ZUCA)	CD	NÃO	1	59	M	PMDB	PB	médico	NÃO	1994	NÃO	
Matheus Iensen	CD	NÃO	2	57	M	PTB	PR	empresário; pastor; radialista	NÃO	1994	NÃO	
Wilson Moreira	CD	NÃO	1	71	M	PSDB	PR	fazendeiro; empresário rural	NÃO	1994	NÃO	
Ervin Bonkoski	CD	SIM	2	58	M	PTB	PR	radialista; advogado	NÃO	1994	SIM	Dep. Estadual
Joni Varisco	CD	NÃO	1	39	M	PMDB	PR	empresário construção civil	NÃO	1994	SIM	
Affonso Camargo	SF	NÃO	2	65	M	PPR	PR	engenheiro	NÃO	1994	SIM	Dep. Federal
José Richa	SF	NÃO	5	60	M	PSDB	PR	empresário; jornalista; dentista	NÃO	1994	NÃO	
Gilson Machado	CD	NÃO	2	52	M	PFL	PE	empresário	NÃO	1994	NÃO	
Mavíael Cavalcanti	CD	NÃO	1	58	M	PRN	PE	professor; dentista; advogado	NÃO	1994	NÃO	
Ricardo Fiuza	CD	NÃO	6	55	M	PFL	PE	empresário; rádio; pecuarista	SIM	1994	NÃO	
Ney Maranhão	SF	SIM	5	67	M	PMDB	PE	empresário	NÃO	1994	SIM	Dep. Federal
Mansueto de Lavor	SF	NÃO	2	61	M	PMDB	PE	advogado; jornalista; sociólogo	NÃO	1994	NÃO	
Jesus Tarja	CD	NÃO	2	62	M	PFL	PI	empresário; rádio e TV; advogado	SIM	1994	NÃO	
José Luiz Maia	CD	NÃO	3	56	M	PDS	PI	pecuarista; advogado	SIM	1994	NÃO	

Wladmir Palmeira	CD	NÃO	2	50	M	PT	RJ	economista	NÃO	1994	NÃO	
Sandra Cavalcanti	CD	NÃO	2	69	M	PPR	RJ	professora	NÃO	1994	SIM	Dep. Estadual
Aluízio Alves	CD	NÃO	6	73	M	PMDB	RN	empresário; rádio; TV e jornal	NÃO	1994	NÃO	
Flávio Rocha	CD	NÃO	2	36	M	PRN	RN	empresário	SIM	1994	NÃO	
Mendes Ribeiro	CD	NÃO	2	65	M	PMDB	RS	radialista; professor; advogado	NÃO	1994	NÃO	
Nelson Jobin	CD	NÃO	2	48	M	PMDB	RS	advogado; professor	NÃO	1994	NÃO	
Oswaldo Bender	CD	NÃO	2	60	M	PDS	RS	empresário	NÃO	1994	NÃO	
José Paulo Bisol	SF	NÃO	1	66	M	PSB	RS	jornalista; advogado; professor; juiz	NÃO	1994	NÃO	
César Souza	CD	NÃO	1	37	M	PFL	SC	radialista; empresário	NÃO	1994	SIM	Dep. Estadual
Dirceu Carneiro	SF	NÃO	2	49	M	PSDB	SC	arquiteto; pecuarista	NÃO	1994	NÃO	
Fausto Rocha	CD	NÃO	2	56	M	PL	SP	empresário; rádio e TV; advogado	NÃO	1994	NÃO	
Florestan Fernandes	CD	NÃO	2	74	M	PT	SP	professor; sociólogo	NÃO	1994	NÃO	
Gastone Righi	CD	NÃO	4	58	M	PTB	SP	advogado	SIM	1994	NÃO	
Roberto Rollemberg	CD	SIM	3	65	M	PMDB	SP	advogado	NÃO	1994	NÃO	
Heitor Franco de Oliveira	CD	NÃO	1	64	M	PPR	SP	médico	NÃO	1994	SIM	Dep. Estadual
Mendes Botelho	CD	NÃO	3	52	M	PTB	SP	sindicalista	NÃO	1994	SIM	Dep. Estadual
Derval Batista de Paiva	CD	NÃO	2	52	M	PMDB	TO	empresário rural	NÃO	1994	NÃO	
Moisés Abrão	SF	SIM	1	49	M	PPR	TO	economista; empresário	NÃO	1994	NÃO	
João Calmon	SF	NÃO	4	78	M	PMDB	ES	jornalista; advogado	NÃO	1994	SIM	Dep. Federal
Irapuan Costa Junior	SF	NÃO	2	57	M	PMDB	GO	banqueiro; empresário; ENCOL	NÃO	1994	SIM	Dep. Federal
Iram Saraiva	SF	NÃO	3	50	M	PMDB	GO	advogado; professor	NÃO	1994	NÃO	
Ronaldo Aragão	SF	NÃO	1	49	M	PMDB	RO	médico; empresário	SIM	1994	NÃO	
Meira Filho	SF	NÃO	1	72	M	PP	DF	empresário; radialista; jornalista	NÃO	1994	NÃO	
Fernando Torres	CD	NÃO	1	46	M	PSDB	AL	empresário	NÃO	1998	NÃO	
João Thomé Mestrinho	CD	NÃO	2	46	M	PMDB	AM	pecuarista	NÃO	1998	SIM	1º Suplente de Senador
Alcides Modesto	CD	NÃO	2	58	M	PT	BA	professor; filósofo	NÃO	1998	NÃO	
Roberto Santos	CD	NÃO	1	71	M	PSDB	BA	médico	NÃO	1998	NÃO	
Jonival Lucas	CD	NÃO	3	53	M	PFL	BA	empresário	SIM	1998	NÃO	
Antônio dos Santos	CD	NÃO	2	54	M	PFL	CE	advogado	NÃO	1998	NÃO	
Firmo de Castro	CD	NÃO	2	54	M	PSDB	CE	economista; professor	NÃO	1998	NÃO	

Ex-parlamentar	Casa	Su- ple- nte	Mand- atos Fede- rais	Idade a época	Sexo	Partido	UF	Profissão	Envolvime- nto em escândalo	Pleito	Disputou eleição	Cargo
Rubens Cosac	CD	NÃO	1	51	M	PMDB	GO	médico	NÃO	1998	NÃO	
Sandro Mabel	CD	NÃO	1	39	M	PMDB	GO	empresário	SIM	1998	NÃO	
Márcia Marinho	CD	NÃO	1	34	F	PSDB	MA	médica	SIM	1998	SIM	Dep. Estadual
Sandra Starling	CD	NÃO	2	54	F	PT	MG	professora; advogada	NÃO	1998	NÃO	
Gilney Viana	CD	NÃO	1	52	M	PT	MT	professor	NÃO	1998	SIM	Dep. Estadual
Dilso Sperafico	CD	NÃO	1	45	M	PSDB	MS	pecuarista	SIM	1998	NÃO	
Ivandro Cunha Lima	CD	NÃO	2	67	M	PMDB	PB	tabelião; advogado; pecuarista	SIM	1998	NÃO	
Paulo Cordeiro	CD	SIM	1	44	M	PFL	PR	empresário	NÃO	1998	NÃO	
Fernando Lyra	CD	NÃO	7	59	M	PSB	PE	advogado	NÃO	1998	NÃO	
Silvio Pessoa	CD	SIM	1	62	M	PMDB	PE	advogado; empresario	NÃO	1998	NÃO	
Cidinha Campos	CD	NÃO	2	55	F	PDT	RJ	atriz; radialista	NÃO	1998	SIM	Dep. Estadual
Márcia Cibilis Viana	CD	NÃO	3	48	F	PDT	RJ	professora; economista	NÃO	1998	NÃO	
Maria da Conceição Tavares	CD	NÃO	1	67	F	PT	RJ	economista; matemática	NÃO	1998	NÃO	
Cipriano Correia	CD	NÃO	1	52	M	PSDB	RN	médico; professor	NÃO	1998	SIM	1º Suplente de Senador
Paulo Bornhausen	CD	NÃO	1	34	M	PFL	SC	empresário; rádio	SIM	1998	SIM	Dep. Estadual
Fábio Feldman	CD	NÃO	2	43	M	PSDB	SP	advogado; empresario	NÃO	1998	SIM	Dep. Estadual
Hélio Bicudo	CD	NÃO	2	76	M	PT	SP	advogado; promotor; jornalista	NÃO	1998	NÃO	
Luiz Gushiken	CD	NÃO	3	48	M	PT	SP	bancário	NÃO	1998	NÃO	
Ayres da Cunha	CD	NÃO	1	61	M	PFL	SP	empresário	NÃO	1998	NÃO	
Hélio Rosas	CD	NÃO	2	69	M	PMDB	SP	contador	NÃO	1998	NÃO	
Régis de Oliveira	CD	SIM	1	53	M	PFL	SP	juiz	SIM	1998	NÃO	
Bosco França	CD	NÃO	2	46	M	PMN	SE	empresário; médico	NÃO	1998	NÃO	
Abdias Nascimento	SF	SIM	2	83	M	PDT	RJ	ator; professor; economista	NÃO	1998	SIM	Dep. Federal
João França	SF	SIM	1	58	M	PPB	RR	empresário	NÃO	1998	SIM	Dep. Federal
Levy Dias	SF	NÃO	1	59	M	PPB	MS	empresário; advogado	NÃO	1998	SIM	Dep. Federal
Joel de Hollanda	SF	SIM	1	53	M	PFL	PE	economista	NÃO	1998	SIM	Dep. Federal

Gilberto Miranda	SF	SIM	1	51	M	PFL	AM	jornalista; empresário	SIM	1998	SIM	2º Suplente de Senador
Leonel Paiva	SF	SIM	1	53	M	PFL	DF	publicitário	NÃO	1998	NÃO	
Lucídio Portella	SF	NÃO	1	75	M	PPB	PI	médico	NÃO	1998	NÃO	
José Eduardo de Andrade Vieira	SF	NÃO	1	59	M	PTB	PR	banqueiro	SIM	1998	NÃO	
José Alves Nascimento	SF	SIM	1	52	M	PFL	SE	médico	NÃO	1998	NÃO	
João Rocha	SF	NÃO	1	57	M	PFL	TO	advogado	NÃO	1998	NÃO	
Josaphat Marinho	SF	NÃO	2	82	M	PFL	BA	advogado; professor	NÃO	1998	NÃO	

3.2 Variáveis escolhidas

Para evitar falsas causalidades, de confundir *sintomas* de uma situação com sua *origem*, algumas variáveis, mais “sociológicas”, foram consideradas, pois fornecem indícios sobre os espaços de socialização desses políticos, como: sexo, idade, ocupação profissional e parentesco²⁰. As duas primeiras, sexo e idade, são dados facilmente encontrados, mas curiosamente pouco explorados. Outras variáveis foram consideradas importantes, como cor da pele e opção religiosa, mas seus levantamentos estenderiam o tempo necessário para concluir a pesquisa dada sua difícil disponibilidade, de modo que foram descartadas. As variáveis e hipóteses aqui explicadas de maneira mais detalhada estão em sequência estão sistematizadas no quadro de matriz analítica da próxima seção, para facilitar a visualização e interrelações de maneira mais didática.

Recorte do universo pesquisado:

- *Não-candidatos e candidatos a cargos menores*: com esse recorte, é possível ver mais explicitamente os casos onde o desgaste com o processo político institucional afasta o político/grupo social da disputa, e aqueles em que a baixa viabilidade eleitoral ou o apoio partidário influenciam na decisão da candidatura, respectivamente (Limongi 2006) (Figueiredo e Limongi, 2002, p. 18).

- *Casa de origem*: como as eleições para cada instituição, Câmara e Senado, tem regras distintas, os cálculos de alianças partidárias em cada decisão têm implicações diferenciadas, o que impacta especialmente no caso de análises feitas com os suplentes que assumiram mandato no Senado que não passaram por disputas eleitorais prévias – como os suplentes da Câmara obrigatoriamente passam.

²⁰ Talvez a mais trabalhosa para ser averiguada, e por isso, pouco confiável.

Um primeiro grupo de variáveis foi listado de maneira a esboçar características gerais do grupo estudado. Formam o Grupo I:

- *Sexo*: sob esta ótica, é possível perceber casos em que a localização geográfica do exercício do cargo (cidade natal ou capital) pode impactar mais que o status político do cargo disputado. É apontado em estudos prévios sobre carreira eleitoral e gênero que cargos localizados na cidade de origem das parlamentares são mais atrativos para elas, pois são incumbidas de cuidar da gestão de sua unidade doméstica (Miguel 2003). Neste caso, os cargos de “deputada estadual” e “prefeita” atraem mais que outros devido a estes fatores, externos ao campo político. Ainda com essa variável, é possível relacionar os papéis de gênero com a acessibilidade a outros espaços institucionais privilegiados, dentro do Congresso e nos partidos políticos (Barreira 2006).

- *Região e Unidade Federativa*: com esse recorte, pretende-se trazer e explicitar realidades sociais distintas, de onde emergem tipos singulares de parlamentares que, por sua vez, refletem em suas ações políticas tanto suas identidades cultural/regional como as estruturas locais de poder (Messenberg 2006).

Uma variável considerada, mas logo descartada, foi a preferência partidária do eleitorado, no sentido das preferências captadas em pesquisas de opinião (Carreirão & Kinzo, 2004). Pensou-se em princípio que parte expressiva dos parlamentares desistentes seria filiada aos partidos em intensidade de preferência decrescente na população brasileira, pois isso consistiria num estímulo ao abandono da vida pública. Entretanto, essa hipótese foi empiricamente falseada, já que o partido que liderou por grande período a lista dos partidos “preferidos”, o PMDB, caiu bruscamente na preferência do eleitorado expressa nas pesquisas de opinião, mas continua sendo eleitoralmente um dos maiores partidos brasileiros, apesar de todas suas falhas estruturais de organicidade interna. O mesmo ocorre com o PT (sucessor do PMDB na liderança de partido com o maior grau de preferência manifestado nas pesquisas), que apesar de se manter na liderança também

perdeu parte expressiva do prestígio que possuía, e ainda assim conseguiu eleger a maior bancada nas últimas eleições legislativas, além de reeleger seu candidato à Presidência em 2006. A preferência partidária certamente tem impacto nas estratégias e nos resultados eleitorais, mas que só se manifestam do médio ao longo prazo, sendo pouco captados por essa pesquisa, devido ao curto período abrangido.

Algumas hipóteses baseadas nos estudos norte-americanos e numa análise preliminar dos dados brasileiros referentes às eleições de 2006 foram elencadas, e para cada hipótese se levantaram variáveis que contribuem para sua elucidação. Após se analisar o universo de 250 ex-parlamentares e coletar insumos com as entrevistas realizadas, essas hipóteses foram percebidas na verdade como sendo “sub-formulações” de questões maiores, que conseguem identificar o que refletem na prática as situações delimitadas e identificadas. A primeira hipótese geral que abarca um conjunto de subquestões é:

1. Já esgotaram de alguma forma sua participação e influência no jogo político (exposição em escândalos, idade avançada, participação em grupos sociais em decadência)

Hipótese A: Idade avançada e/ou busca planejada do sucessor retiram parlamentar da carreira, no caminho chamado de “aposentadoria voluntária”

- *Geração:* Os estudos pesquisados trabalham com idade, partindo da hipótese de que, quanto mais velho, maiores são as chances de se aposentar. Na prática, averiguam que quanto mais velho, mais um político já está com seu espaço consolidado (Kiewiet e Zeng 1993, 931). Em outros momentos, a variável ou surge como irrelevante (Leoni, Pereira e Rennó 2003), ou mostra a saída efetiva de alguns políticos do jogo (Moore e Hibbing 1992) (Hibbing 1982, 474). Aqui, optou-se por trabalhar não apenas com

idade, em termos absolutos, mas também com o conceito de geração²¹, pois essa alternância de resultados pode estar relacionada ao fato de que há momentos históricos que facilitam a emergência de novas lideranças, e, conseqüentemente, a saída de outras, formando gerações políticas. Uma das formas de se medir uma geração de líderes políticos é pela quantidade de anos de mandatos exercidos e o ano em que se disputou a primeira eleição.

- *Rede de familiares na política:* Foi investigado se os parlamentares que desistiram de participar das disputas eleitorais construíram, ao mesmo tempo, uma estratégia de sucessão recrutando membros de sua família (em especial esposas/maridos, irmãos e filhos), o que não configuraria como um abandono completo da vida política, apenas uma realocação, um rearranjo de forças políticas dentro do mesmo grupo.

Hipótese B: Carreira envolvida em escândalos faz com que parlamentares ou desistam de se candidatar ou optem por disputar cargos de menor projeção do que os que eles já ocupavam:

- Uma das variáveis citadas em diversos trabalhos (Bouer e Hibbing 1989, 267) (Kiewiet e Zeng 1993)(Rennó 2007) é a *relação do político com escândalos*. Entretanto, há que se tomar cuidado com ela. É verdade que muitas pessoas são submetidas a verdadeiros linchamentos morais e seguem em ostracismo assim que seu mandato finda, mesmo que tentem se candidatar novamente (como é o caso de Celso Pitta). Mas, ao mesmo tempo em que o acusado é colocado em evidência, seus acusadores também o são. E há que se ter cautela em afirmar qual dos lados é prejudicado e beneficiado com essa cobertura²², um acusado pode não ser prejudicado como previsto,

²¹ Aqui, o conceito de geração do sentido de compartilhamento de certas experiências, de construção de referências comuns (Mannheim 1968) foi o determinante.

²² Um caso famoso é o do então senador José Roberto Arruda (PSDB/DF), quando participou da violação do painel do Senado em 2001. Depois de ter confessado e renunciado, foi eleito deputado federal (pelo PFL) com o recorde de 26% dos votos válidos em 2002, que caracteriza uma votação digna de cargo majoritário. No caso, a apropriação que Arruda fez de sua situação foi muito mais benéfica do que as repercussões negativas da acusação.

assim como o acusador pode receber vários estigmas negativos (Thompson 2002).

Hipótese C: Avaliação prévia sobre derrota: parlamentar se ausenta de uma disputa na qual acredita ter chances reduzidas de êxito.

- *Partido em retração eleitoral:* Uma variável que pode ter impacto no cálculo de se candidatar ou não são as estratégias eleitorais adotadas por seus respectivos partidos políticos, por isso irá se considerar o desempenho eleitoral dos partidos nos pleitos legislativos em questão (aumento ou redução da bancada e número de candidatos) e relacioná-lo com a filiação partidária do universo pesquisado.

- *Titularidade/Suplência de mandato:* Essa variável é um indicador eficaz da fragilidade eleitoral do parlamentar em questão, pois evidencia um histórico de “sucesso/fracasso” relativo no último pleito disputado. Não ter sido eleito já como titular na bancada do estado/partido pode indicar já alguma falha passada na campanha ou desmobilizar parte do grupo de apoio para futuros pleitos.

2. Ainda não conseguiram penetrar no campo político com a mesma desenvoltura de seus pares (mulheres, estreantes de primeiro mandato ou suplentes e parlamentares de bancadas muito pequenas).

Hipótese D: Desgaste com processo político levou o/a parlamentar a abandonar a carreira:

1) Parlamentar se encontrava em posição minoritária dentro do partido ou em relação ao governo

- *Alinhamento com Executivo:* Foi observada a filiação partidária e a posição da bancada em relação ao governo da época, se de oposição ou

situação. Para os políticos do grupo aliado, há possibilidades maiores de interferência na agenda legislativa, de ter projetos aprovados e emendas liberadas, entre outras séries de fatores que podem servir de atrativo à permanência no campo político (Limongi 2006, 25) (Hibbing 1998, 1093-1096).

- *Pleito abandonado*: Esta informação é necessariamente relacionada com o alinhamento com executivo e filiação partidária, para que então seja possível construir pequenas análises de conjunturas que possibilitem visualizar quais grupos estão se retirando da disputa eleitoral em períodos determinados.

2) Políticos novatos podem não se adaptar ao ambiente:

- *Quantidade de mandatos exercidos no Congresso*: Esta variável pode indicar a familiaridade ou o estranhamento dos políticos em questão com a rotina parlamentar de atividades legislativas (Santos 2000), o que pode ter impacto especialmente dentre aqueles que estão no primeiro mandato.

Hipótese E: Desgaste com processo eleitoral faz com que o parlamentar ou desista de carreira política ou passe a ocupar só cargos compostos por nomeação:

1) Perfil do parlamentar é mais voltado à ocupação de cargos do Executivo compostos por nomeação que disputar um posto no Legislativo:

- *Capital político*: O caminho traçado até um cargo político evidencia a constituição de um campo político (Bourdieu 2002, 187-94) que exige certo aprendizado e domínio de códigos e práticas que lhe são específicas, além do reconhecimento de seus pares. Os cargos políticos previamente ocupados por estes políticos podem oferecer pistas sobre sua adaptação ao campo, além de poder evidenciar os grupos de “outsiders” na política. A *suplência de mandato* será entendida neste trabalho como cargo político prévio, pois oferece elementos para análise do caminho percorrido

pelo político até o exercício do mandato, sendo de especial relevância para os casos do Senado. A experiência política anterior é especialmente necessária para cruzar com as desistências. Por exemplo: um político com experiência apenas no executivo, que assume mandato pela primeira vez no legislativo pode se decepcionar com a nova estrutura política e desistir de concorrer. Para isso, foram consultados os repertórios biográficos tanto da Câmara e do Senado, assim como produções científicas que estavam sendo produzidas no período da pesquisa.

- *Ocupação profissional*: Com esta informação, pode-se esboçar um perfil dos políticos em questão que revelou suas origens sociais (Rodrigues 2006) e suas condições de acesso a tempo livre e capital cultural, por exemplo, recursos necessários para a entrada no campo político (Bourdieu 2002, 164-9), e é também possível de detectar as possibilidades de conversão de capital político as quais tiveram acesso (Bourdieu 2002, 191).

A construção de uma carreira política deve levar em consideração várias características dos parlamentares, tipo de socialização política, experiências. Mas para além desses fatores, a construção de uma carreira política depende também do desempenho e contexto institucional no qual o deputado está inserido. Desta forma, a formatação do sistema político do país tem impacto na estrutura de oportunidades em termos de carreira e de ascensão política. Este impacto da legislação eleitoral do país será analisado conjuntamente ao se perceber linhas históricas de reprodução de determinadas situações. De modo geral, nesta pesquisa há uma investigação que norteia os recortes das variáveis apresentadas, que é levantar os indícios mais frequentes dos processos de exclusão de determinados parlamentares da carreira eleitoral, num momento anterior ao pleito.

3.3 Matriz analítica

Para facilitar a compreensão das hipóteses já explicadas, foi construído esse quadro explicativo, contendo a matriz analítica utilizada nesse trabalho:

Grandes Grupos	Hipóteses	Situações de ocorrência	Variáveis que subsidiam averiguação
1. Já esgotaram de alguma forma sua participação e influência no jogo político (exposição em escândalos, idade avançada, participação em grupos sociais em decadência)	A. "Aposentadoria voluntária"	i. Idade avançada e/ou busca planejada do sucessor retiram parlamentar da carreira	A. 1 Geração A. 2 Rede de familiares na política
	B. Carreira envolvida em escândalos	i. Repercussão midiática em casos de corrupção	B. 1 Aparição nominal em notícias de escândalos
	C. Avaliação prévia sobre derrota	i. Parlamentar se ausenta de uma disputa que já considera perdida	C. 1 Suplência / Titularidade C. 2 Partido em retração eleitoral
2. Ainda não conseguiram penetrar no campo político com a mesma desenvoltura de seus pares (mulheres, estreantes de primeiro mandato ou suplentes e parlamentares de bancadas muito pequenas).	D. Desgaste com processo político	i. Parlamentar se encontrava em posição minoritária dentro do partido ou em relação ao governo	D.1 Alinhamento com Executivo (filiação partidária e oposição/situação com Executivo)
		ii. Políticos novatos podem não se adaptar ao ambiente	D. 2 Data do pleito abandonado D. 3 Quantidade de mandatos exercidos no Congresso
	E. Desgaste com processo eleitoral	i. Perfil do parlamentar é mais voltado à ocupação de cargos indicados/nomeados do Executivo	E. 1 Capital político (cargos prévios) E. 2 Ocupação Profissional

4. Entrevistas

Após estas variáveis serem utilizadas para análise estatística do universo de ex-parlamentares estudado e construção dos tipos ideais mais frequentes, construiu-se uma amostra reduzida de modo a viabilizar a realização de entrevistas semi-estruturadas com o grupo escolhido.

Entrevistas semi-estruturadas são aquelas em que se constrói um roteiro prévio de assuntos a serem abordados, mas sem engessar a possibilidade de acréscimo de outros tópicos conforme o desenvolvimento da entrevista, de modo que se consiga captar informações que não haviam sido previamente cogitadas.

Essa fase focou em perceber dimensões das trajetórias que podem não ter sido percebidas no levantamento quantitativo prévio. É importante frisar que a pesquisa tem como objetivo mapear perfis dos políticos que se retiram da disputa eleitoral e a frequência com que o fenômeno ocorre, e não identificar valores ou ideologias destes atores, analisando seu discurso. As entrevistas são um instrumento complementar na análise empreendida. A pesquisadora da FGV, Aspásia Camargo, conhecida pelos estudos que se valem das histórias de vida e história oral, alerta para os limites desse tipo de abordagem:

Ao definir nossa amostra de informantes, não seguiremos jamais critérios aleatórios de tipo formal ou “científico”, pois nossa seleção dependerá de uma categoria muito especial de indivíduo: aquele que *quer falar*²³, e isso é quase tão verdadeiro para a elite quanto para as massas. (Camargo 1984, 14)

Neste trabalho em específico, se conseguiu ao menos entrevistar um político de cada perfil percebido como frequente na avaliação estatística das trajetórias mais comuns na carreira política de quem abandona a disputa eleitoral (mulheres, suplentes, parlamentares de bancadas pequenas, políticos

²³ Grifo presente no texto original.

envolvidos em escândalos, empresários e de gerações já antigas no cenário político).

Estas entrevistas contaram com roteiro de questionamentos prévio, com tópicos abordados. Em alguns casos os ex-parlamentares ofereceram novas informações e abordagens para o assunto, que tiveram espaço assegurado na entrevista mesmo que não constassem no roteiro original.

Os tópicos previstos para a entrevista estão relacionados a priori com a base social do ex-parlamentar e a algumas nuances de seu último mandato. Foram:

- 1- Atividades as quais a pessoa se dedicava antes de ingressar na política;
- 2- As circunstâncias em que surgiram as motivações para ingressar na carreira política;
- 3- Que grupos serviram de base de apoio logo no início (associações e políticos);
- 4- Qual o momento da carreira em que o ex-parlamentar se considerou mais bem sucedido;
- 5- Como foi a relação do ex-parlamentar com os veículos de mídia ao longo do mandato;
- 7- Como era a relação com seus colegas de partido;
- 8- Como era a relação com outros políticos, externos ao seu partido, à época;
- 9- Como foi tomada a decisão de não disputar a reeleição; quais razões foram ponderadas;
- 10- Qual foi a reação dos apoiadores do mandato e a reação do partido em relação à decisão;
- 11- Na visão do ex-parlamentar, quais seriam as novas lideranças de seu estado que estão ganhando espaço hoje; e com quais há afinidade;
- 13- Quais seriam seus planos atuais; e se haveria vontade de voltar para o cargo exercido um dia;

Foram entrevistados pessoalmente os ex-parlamentares Antônio Carlos Konder Reis (Dem/SC), César Souza (Dem/SC), Chicão Brígido (PMDB/AC) Dirceu Carneiro (PSDB/SC) e Roberto Freire (PPS/PE). Foram entrevistados via e-mail: Sandra Starling (PT/MG) e Marcos Afonso (PT/AC).

Um cuidado tomado foi que o universo pesquisado trata-se de políticos, ainda que atualmente afastados da atuação parlamentar. Como já foi dito por Maquiavel, as mentiras podem ser uma constante de suas falas. Ou, numa abordagem menos extremada, *a intenção política só se constituiu na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em um dado momento* (Bourdieu 2002, 165) Ou seja, seus assuntos são antes pautados por expectativas em relação ao seu lugar social de fala do que efetivamente por qualquer particularidade individual ou “perspectiva pessoal”. Remete ao que o mesmo autor francês se refere como sendo os *discursos éticos ingenuamente percebidos como “opiniões pessoais”* (Bourdieu 2007, 174-9).

O instrumental analítico do sociólogo canadense Erving Goffman, é interessante para esse caso. Em seus estudos sobre interações sociais, trabalha em especial o conceito de “fachada”. Fachada seria o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação social (Goffman 1975, 29), de maneira a construir uma imagem de si para os outros com os quais se relaciona. Os narradores em questão devem ser vistos junto com seu processo de construção social, para que não se caia na armadilha de deixar passar despercebido as motivações da construção dos discursos ali registrados.

5. Dados Gerais: grupos mais suscetíveis a se retirar do Congresso

Desde as eleições legislativas de 1990, cerca de 250 (15%) políticos desistiram de tentar a reeleição ou pleitear um cargo mais alto²⁴, dentre os cerca de 1.667 políticos que exerceram mandatos entre a 48ª e 52ª Legislaturas²⁵. Dos 250 políticos, 169 (67,6%) optaram por não participar da eleição imediatamente posterior ao término de seu mandato no Congresso, enquanto que 81 (32,4%) participaram concorrendo a cargos considerados de menor projeção do que aqueles que exerciam. No caso dos ex-senadores, esses cargos são as suplências de senador, o de deputado federal, deputado estadual e deputado distrital. No caso dos ex-deputados federais, a lista se repete, excluído obviamente o posto de deputado federal.

Dos 250 políticos, 111 (44,4%) eram *estrepantes* no Congresso, estavam no seu primeiro mandato federal, ou seja, no ambiente de socialização fora de seu domicílio eleitoral²⁶. Outros 74 (30%) parlamentares se encontraram em seu 2º mandato, ao passo que os grandes “veteranos” (terceiro mandato em diante) formam o menor bloco: 65 (26%). O recordista é o ex-parlamentar Furtado Leite (DEM/CE), que estava no exercício de seu oitavo mandato ao se retirar da disputa eleitoral em 1990, quando tinha 76 anos, seguido pelo pecuarista Vingt Rosado (PMDB/RN, com 72 anos em 1990) e o advogado Fernando Lyra (PSB/PE, 59 anos em 1998), ambos com sete mandatos exercidos e que também não se candidataram mais a nenhum posto.

²⁴ Foram excluídos do universo pesquisado: Resende Neto (RS), Climério Velloso (RJ), Mário Chermont (PA), Magno Bacelar (MA), José Saad (GO) e Juvêncio Dias (PA). Embora seus nomes constassem em algumas das bases de dados consultadas, não estavam presentes nas fontes oficiais, de maneira que não se conseguiu comprovar suas trajetórias.

²⁵ Uma versão preliminar destes dados foi apresentada no Seminário Temático “Elites e instituições Políticas”, na 31ª ANPOCS, em outubro de 2007. Sou grata aos comentários cuidadosos feitos por André Marengo dos Santos (UFRGS), Igor Gastal Grill (UFMA), Ernesto Seidl (UFS), Miguel Serna (UDELAR) e Renato Monseff Perissinotto (UFPR) (Florentino 2008b).

²⁶ Apenas como exemplo: Walfrido Mares Guia (PTB/MG), Rafael Grecca (PFL/PR), o “inspirador” Mattos Nascimento (PTC/RJ), José Paulo Bisol (PSB/RS) e Maviavel Cavalcanti (PRN/PE)

Para melhor compreender o fenômeno dentro de uma perspectiva mais histórica e de acordo com nossas conjunturas política, vale observar a incidência dos casos de acordo com os pleitos, conforme o gráfico 1 na página 66. Em relação à distribuição temporal das desistências, em 1990, 46 deputados não concorreram a nenhum cargo e 9 foram para vãos políticos mais rasos, somando 55 elementos. Vê-se que o ano de 1994 foi o mais alto em número de casos: 18 concorreram a cargos menores e 47 desistiram por completo de tentar um novo pleito, totalizando 65 parlamentares.

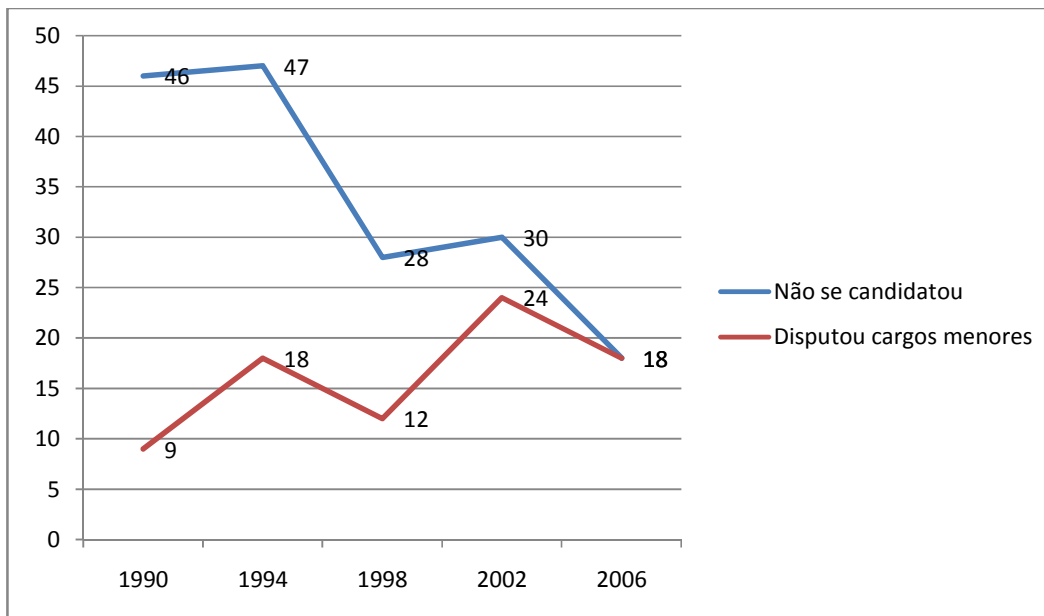
Em 1998, (primeiro pleito com reeleição presidencial) 12 disputaram cargos menores e 28 saíram por completo da disputa eleitoral. Depois da expressiva queda de 1994 para 1998, em 2002 (ano em que o PT chega à presidência) volta a aumentar levemente os casos de políticos que saem de Brasília, mas ainda sem voltar aos patamares anteriores. Dos 54 em 2002, 30 não disputaram cargo nenhum e 24 foram para disputas de cargos de menor projeção. A menor desistência verificada é em 2006, quando apenas 18 desistiram por completo de se candidatar e 18 foram para disputas menores.

Está em curso, visivelmente, o estabelecimento de padrões de comportamento para a classe política brasileira. Com a relativa estabilização política brasileira no regime democrático, alguns grupos de gerações políticas que construíram suas carreiras no período da ditadura foram, ao mesmo tempo em que eram pouco a pouco derrotados nas urnas, deixando de se candidatar aos postos do Legislativo federal nos primeiros pleitos do período democrático.

Por outro lado, a baixa desistência que vem se firmando nas últimas eleições também indica que cada vez mais as disputas eleitorais são uma arena de alta competição, onde quem entrar cada vez menos opta por se retirar voluntariamente. Talvez, nossa democracia eleitoral esteja dando seus primeiros passos para o desenho de cenários em que as taxas de renovação

começam a se reduzir ²⁷, embora ainda sejam relativamente altas se comparadas a de outros países (Samuels 2000).

Gráfico1: Desistência completa e recuo eleitoral por pleito 1990-2006



Fonte: TSE

5.1 Dados da Câmara dos Deputados

Os políticos que exerceram mandato na **Câmara dos Deputados** e fazem parte do universo pesquisado somam 201 pessoas, grupo ao qual pertencem as 12 (4,8%) mulheres presentes na amostra²⁸. Os casos que aqui

²⁷ Afinal, se um parlamentar com mandato em curso não se candidata, há obrigatoriamente uma vaga já aberta a espera de novo titular. As desistências implicam necessariamente em renovação nas bancadas eleitas.

²⁸ Da bancada encerrada em 1990: Maria de Lourdes Abadia (PSDB/DF). Em 1998: Cidinha Campos (PDT/RJ), Maria da Conceição Tavares (PT/RJ), Márcia Cibilis Viana (PDT/RJ), Márcia Marinho (PSDB/MA) e Sandra Starling (PT/MG). Em 2002: Esther Grossi (PT/RS). Em 2006: Ana Alencar (PSDB/TO), Edna Macedo (PTB/SP), Teté Bezerra (PSDB/MT), Zelinda Novaes (PFL/BA) e Zulaiê Cobra (PSDB/SP).

interessam compõem o seguinte quadro: destes ex-deputados, 145 (72%) não disputaram a eleição imediatamente posterior ao seu mandato; dentre os que concorreram a algum cargo, 46 (23%) concorreram às Assembleias Estaduais ou à Câmara Distrital e nove (4,5%) às vagas de suplente de senadores. Dos 201, 27 (13%) eram suplentes que assumiram o mandato após renúncia/cassação/licença/morte do titular.

Outro ponto interessante é a observação do fenômeno ao passar dos pleitos em relação à Câmara dos Deputados e Senado Federal. Salvo o pleito de 1990, em todos os outros a desistência é maior dentre os ex-senadores.

Quadro 2: Pleito Abandonado por Casa Legislativa

Pleito abandonado	1990	1994	1998	2002	2006	TOTAL
Casa						
CD	26,9%	24,4%	14,4%	20,4%	13,9%	100%
SF	2,0%	32,7%	22,4%	26,5%	16,3%	100%
TOTAL	22,0%	26,0%	16,0%	21,6%	14,4%	100%

Fonte : TSE

5.2 Idade avançada e/ou busca planejada do sucessor - “aposentadoria voluntária”

Ao se organizar os dados para serem analisados, se percebeu que a dimensão temporal do fenômeno era extremamente relevante, dado que as desistências observadas oscilam muito com o passar dos pleitos. Não poderia ser um fenômeno isolado de fatores externos, em especial o passar dos anos.

Nesse momento, surge uma abordagem quase que geracional, ao tratar da partilha de experiências comuns de pessoas que passaram pelos mesmos acontecimentos históricos, o que caracterizaria até mesmo pessoas afetivamente distantes como membros de uma mesma geração (MANNHEIM, 1968). Como elaborou Bourdieu:

Embora os homens cultivados de uma determinada época possam discordar a respeito das questões que discutem, pelo menos estão de acordo para discutir certas questões. É, sobretudo através das problemáticas obrigatórias, nas quais e pelas quais um pensador reflete que ele possa pertencer a sua época, podendo-se situá-lo e datá-lo. (Bourdieu 1970, 207).

Partindo dessas premissas, tratou-se do acúmulo de mandatos federais exercidos para medir a senioridade política dos ex-parlamentares em questão (Barreto 2008, 136-7). Feito isso, se averiguou que, nos casos em que a desistência é completa, de fato há uma média superior de mandatos exercidos, enquanto que no grupo que ainda tentou permanecer com mandatos eletivos, ainda que menor projeção, constatou-se menor experiência a nível federal.

Quadro 3: Média de Mandatos Federais exercidos por tipo de desistência²⁹

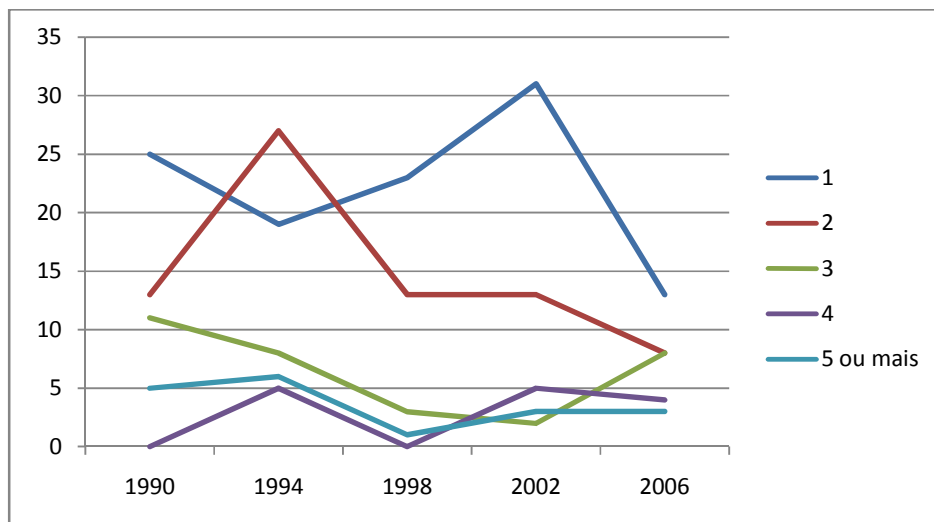
Disputou eleição	Mandato Federal
NÃO	2,15
SIM	1,96
TOTAL	2,09

Fonte: Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados e Senado Federal

O próximo gráfico, que apresenta a quantidade de desistência e relação aos mandatos federais já exercidos pode ser analisado sob a perspectiva da presença maciça dos estreantes no total, ao se observar os dois primeiros picos, de 2002 (novatos) e 1994 (segundo “mandatistas”). Dois momentos apresentados no gráfico se destacam: a direção de 1994 para 1998 e de 2002 para 2006. De 1994 para 1998, praticamente em todos os grupos cai a incidência de desistência ou disputa de postos menores, à exceção dos estreantes/novatos. De 2002 para 2006, em quase todos cai a incidência novamente, mas desta vez a exceção é o grupo que já exerceu 3 mandatos federais.

²⁹ Nos quadros em que aparece a opção “disputou eleição” se quer dizer sempre “concorreu a cargos menores”.

Gráfico2: Desistência por ano e quantidade de mandatos federais exercidos



Fonte: Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados e Senado Federal e TSE

Quadro 4: Quantidade de Mandatos Federais Exercidos por Casa Legislativa entre os desistentes

Casa	CD	SF	TOTAL
Mandato Federal			
1	87	24	111
2	62	12	74
3	28	4	32
4	10	4	14
5	5	4	9
6	4	1	5
7	4	0	4
8	1	0	1
TOTAL	201	49	250

Fonte: Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados e Senado Federal

Pelos Quadros 3 e 4 apresentados, vê que, se por um lado, aqueles com maior experiência por vezes já vêm suas chances de permanência no campo político mais esgotadas, por outro, a total inexperiência e falta de familiaridade com as práticas recorrentes do campo também dificultam a permanência dentro dele (111 dos 250 ex-parlamentares estavam em seu

primeiro mandato). Outro dado que vem casado, mostrado no Quadro 5, é a questão da idade média dos não-postulantes ou postulantes a cargos menores, também num indicativo que o fenômeno está relacionado à senioridade (Florentino 2006), em especial no caso do Senado Federal .

Quadro 5: Média da Idade à época entre os desistentes, por Casa Legislativa

Casa	Idade a época
CD	54,79
SF	61,06
TOTAL	56,02

Fonte: Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados e Senado Federal

Já no Quadro 6, percebe-se que, salvo o caso de 2006, quando houve uma retirada simultânea de várias lideranças políticas que de fato haviam construído sua trajetória décadas atrás³⁰, nos outros pleitos não houve mudança significativa na média de idade entre os ex-parlamentares que se retiraram da disputa eleitoral ou concorreram a postos mais baixos.

Quadro 6: Pleito Abandonado e média de idade à época

Pleito abandonado	Idade a época
1990	54,89
1994	56,40
1998	55,58
2002	54,31
2006	60,11
TOTAL	56,02

Fonte: Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados e Senado Federal

Uma relação que pode ser feita agregando os dados já apresentados é que, sendo a desistência cada vez mais um fenômeno de menor escala, o impacto geracional (idade avançada) passa a ter maior peso no grupo que

³⁰ Roberto Freire/PPS, Jorge Bornhausen/DEM, Roberto Saturnino PT, Zulaiê Cobra/PSDB, Moreira Franco/PMDB, entre outros

opta por sair de cena. Uma das características deste grupo em relação aos demais parlamentares que participaram das eleições é a *senioridade*. Enquanto que na Legislatura 2003-2007 a média de idade era de 51,3 anos, dentre os que se retiraram da disputa eleitoral, a média é de 56,4 anos, e os que permaneceram, mas disputando cargos menores, possuem em média 55,1 anos. Dentro da amostra de ex-parlamentares entrevistados que se enquadram nesse perfil estavam Roberto Freire (PPS/PE) e Antônio Carlos Konder Reis (DEM/SC). Um ponto interessante em seus relatos está relacionado às respostas que deram ao serem indagados sobre qual momento de sua carreira que consideravam o de maior sucesso, que reflete bem trajetórias bem ligadas a períodos vivenciados na história recente.

P: Em que momento da sua carreira política o senhor se considerou mais bem sucedido?

Quando fui candidato a presidente em 1989, sem dúvida. Sem dúvida. A oportunidade que tive de viajar pelo país inteiro, de construir nacionalmente um projeto, de ver meu nome tendo um alcance que eu não imaginaria antes. E toda aquela efervescência política que o país vivia, foi um momento único. Foi a candidatura a presidente. (Roberto Freire, ex-senador e ex-deputado federal pelo PPS, candidatou-se a suplente de senador em chapa com Jarbas Vasconcellos (PMDB) em 2006, ainda enquanto presidente nacional de seu partido)

Eu diria que o que mais valeu a pena foram alguns momentos de atuação como representante do povo, como relator geral na constituição de 67, e como relator adjunto da atual constituição de 88. Foram dois momentos muito importantes na minha vida pública. (Konder Reis, ex-senador e ex-deputado federal pelo DEM, candidato a deputado estadual em 2002, derrotado)

Nas duas respostas, de dois políticos de arenas ideológicas distintas, de regiões geográficas distantes e culturalmente também diferentes, percebe-se que suas trajetórias trazem em comum momentos da vida política do país,

vivenciados por cada um ao seu modo. E, nesses momentos, em especial no final da década de 80, marcado pela Constituição para um e pela eleição presidencial para o outro, o país pode efetivar parte importante da abertura de seu campo político, permitindo a entrada de novos atores nesse campo em disputa.

Dentre os ex-senadores desistentes pesquisados, a média de idade sobe para 61 anos. No grupo dos ex-parlamentares abaixo dos 40 anos constam 20 casos (8%), dos quais 11 se retiraram da disputa eleitoral e nove saíram candidatos a Deputado Estadual. O mais novo do grupo é o ex-parlamentar Joaquim Haickel (PMDB/MA), empresário que com 31 anos saiu da disputa eleitoral. Acima dos 70 anos encontram-se 32 parlamentares (13%), dos quais 21 desistiram de disputar eleições e os outros onze disputaram os cargos de deputado federal, estadual e 1º suplente de senador.

Outro ponto investigado dentro do item “saída voluntária” é o possível impacto das *relações de parentesco* em famílias com tradicional envolvimento político. Entretanto, ao passo em que se consegue afirmar com certeza absoluta a relação entre Ivandro Cunha Lima e Ronaldo Cunha Lima, o mapeamento de esposas, cunhados, primos e genros é mais difícil de ser detectado, devido aos sobrenomes diversos. Enquanto se consegue afirmar com tranquilidade que alguns não possuem sua trajetória ligada a sua família, não se consegue a mesma certeza ao se afirmar da “independência” de outros³¹. Portanto, o número apresentado aqui de parlamentares com parentes políticos certamente está abaixo do real.

Do universo pesquisado, 30 (12%) parlamentares apresentam relações públicas e conhecidas de parentesco com outros membros da classe política. Dentre os 30, cinco são de famílias em que o envolvimento com a política institucional em âmbito regional/nacional já ultrapassou gerações (Cunha Lima, Bornhausen (pai e filho), Mestrinho, Cavalcanti), enquanto

³¹ Alguns parlamentares podem ser o único de sua família a ter projeção nacional, mas em seu município seus parentes podem ser políticos de carreira já estabilizada. Esse mapeamento exige um conhecimento razoável da política local de diversos municípios, que a autora ainda não adquiriu.

outros cinco possuem cônjuges ou ex-cônjuges que também estão envolvidos com a política institucional, sendo que em quatro casais as esposas são as sucessoras de seus maridos, como é o caso de Nyder Barbosa (PMDB/ES) e Rose Freitas (PMDB/ES), Furtado Leite (PFL/CE) e Maria Dores (PFL/CE), Irapuan Costa Júnior (PMDB/GO) e Lúcia Vânia (PSDB/GO), Carlos Bezerra (PMDB/MT) e Teté Bezerra (PMDB/MT). No quinto casal ocorre quase o contrário, mais precisamente um revezamento: Wilson Braga (PMDB/PB) foi sucedido pela mulher, Lúcia Braga (PMDB/PB), mas em seguida voltou a se candidatar.

Outra relação de parentesco é o caso de sucessão “de pai para filho”, com nove ocorrências, e uma com sobrinho. Os pais desistentes que buscaram transferir votos para seus filhos são Francisco Garcia (PP/AM, caso único de filha sucessora, Rebecca Garcia), Anivaldo Vale (PSDB/PA), Augusto Franco (PSDB/SE), Agripino de Oliveira Lima (PFL/SP), César Souza (DEM/SC), Mauro de Alencar Fecury (PFL/MA), Mário Assad (PFL/MG), Matheus Iensen (PTB/PR) e Mendes Ribeiro (PMDB/RS). Já Uldurico Pinto (PSB/BA) tem o sobrinho Ubaldino como sucessor. O ex-senador Lucídio Portella (PP/PI) tem um genro (Ciro Nogueira) também atuante no campo político. Outros sete casos não chegam a se estabelecer como sucessão, mas sim aliança e apoio entre irmãos.

Chegou-se a entrevistar o ex-deputado federal César Souza (DEM/SC), que em 1994 saiu para deputado estadual (eleito), mesmo tendo sido o segundo mais votado no pleito de 1990 em sua bancada. Em 2002, seu filho, homônimo, foi eleito em Santa Catarina. No caso, quando o pai optou pelo ingresso na política, foi o primeiro de sua família. Conforme pesquisado em perfis biográficos e constatado durante a entrevista, César Souza foi eleito graças a sua grande popularidade no estado de Santa Catarina, pois atua na área de comunicação, sendo radialista e apresentador de programa de TV. É uma trajetória que se encaixa naquilo chamado por Luis Felipe Miguel, inspirado por Bourdieu, de conversão de capital, pois soube aproveitar sua

carreira profissional de comunicador para se viabilizar enquanto político (Miguel 2003, 121).

Ao ser questionado sobre o possível impacto que teria na vida privada sua dedicação à política, se aproveitou a correlação temática para se perguntar sobre seu filho político:

Seu envolvimento com a política interferiu alguma coisa sua relação com a sua família ou não?

Sim, sim. O político é distante da família. Meus 4 anos que eu passei em Brasília, foi o período que meus filhos estavam na pré-adolescência. Eu não tinha como levá-los pra lá, porque eu tinha que manter um programa de TV, que eu tinha que ta toda sexta e segunda-feira no ar aqui. E a segunda à noite, ia pra Brasília. E voltava na quinta-feira à noite. E foi um período, realmente, que eu perdi de acompanhar a educação dos meus filhos. Depois tentei recuperar, acho que consegui. Tanto é que meus três filhos hoje são pessoas devidamente encaminhadas na vida.

Um até seguiu a carreira política, certo?

É, um é Deputado Estadual. Foi o único dos três que resolveu ser político, por vontade própria dele. Não foi nada “ah, o pai preparou o filho”. Não houve nenhum tipo de preparação. Eu deixei ele absolutamente à vontade, porque ele é um rapaz muito inteligente. Ele podia já ser juiz, se quisesse, ele podia ter uma carreira de promotor público. Até porque quando ele fez o vestibular pra Direito, ele foi o primeiro colocado em 13.000 candidatos. Então, ele tem capacidade e base cultural, muito conteúdo ele tem. Mas a política foi uma opção dele.

E desses que o senhor listou [pergunta sobre novas lideranças no estado], com quais que o senhor teria mais afinidade?

Mais afinidade é com o meu filho, óbvio, né? Muita gente pergunta “ah, mas você abandonou a política, você não quer mais a política”. Eu costumo dizer o seguinte “olha, eu não compartilho a idéia de que pai e filho têm que estar ocupando espaço político”. Não tenho nada contra quem age dessa forma. A gente tem casos de muitas famílias que agem assim. Eu penso diferente. Eu acho que se o meu filho é político, é candidato pra um

mandato, é só ele. Se, por ventura, um dia ele não se candidatar, e surgir uma oportunidade pra que eu me candidate em alguma coisa, eu vou pensar muitas vezes antes de voltar a ser candidato novamente, o que eu não desejo. Mas entendo que tem que haver a renovação, as idéias têm que ser novas. A política brasileira, ela tá, as ideias estão velhas, estão até em alguns momentos retrógradas. É isso que eu penso.(César Souza, DEM/SC, ex-deputado federal, candidato a deputado estadual em 1994, eleito).

O caso certamente não se configura como uma trajetória político-familiar tradicional, mas aponta para uma questão metodológica importante: ao se tratar das ausências do cenário eleitoral, não basta utilizar o critério da “representatividade descritiva”³². Mesmo ausente, uma pessoa (e, mais importante ainda, um grupo), pode garantir por outros mecanismos a permanência de seus interesses na arena política, questão que se torna ainda mais importante ao se analisar a forte saída de empresários da disputa eleitoral.

No grupo das *mulheres*, das 12 ex-deputadas apenas duas têm algum grau de parentesco com políticos homens: Edna Macedo (PTB/SP), irmã de Eraldo Macedo (deputado estadual, PTB/SP) e do Bispo Macedo; e Teté Bezerra (PSDB/MT), que foi esposa do ex-senador Carlos Bezerra. As duas fazem parte também do grupo de mulheres envolvidas em escândalos, do qual ainda faz parte a ex-deputada Zelinda Novaes (PFL/BA). As três foram citadas em 2005 na lista de parlamentares envolvidos com a “máfia das ambulâncias”, maneira pela qual grande parte da mídia tratou o episódio – e se retiraram da disputa.

³² Conceituação elaborada de forma crítica por Hanna Pitkin (The concept of Representation 1968), por centrar a atenção em “quem” está envolvido nos processos políticos, e não em outras questões consideradas mais estruturais (ação dos atores políticos envolvidos, por exemplo).

5.3 Mandato envolvido em escândalos

Um chamativo grupo de desistentes é o de políticos que estiveram *envolvidos em escândalos* durante o exercício de seu mandato. Aqui, foram incluídos apenas os casos de denúncia com razoável repercussão midiática, de maneira que fosse efetiva a exposição desses parlamentares e que estes se sentissem prejudicados. Dos 250 políticos pesquisados, 49 (19,6%) tiveram seu nome envolvido em pelo menos uma grande denúncia. Destes 49, 33 (69%) não disputaram as eleições imediatamente posteriores (e apenas seis se reapresentaram mais tarde), dez (21%) foram candidatos a deputado estadual e três a suplentes de senador.

Os escândalos que mais desmotivaram parlamentares a concorrer foram: Máfia das ambulâncias de 2005, com nove políticos; Mensalão em 2005, com sete; Anões do orçamento em 1993, com cinco; CPI do Banestado em 2004, com quatro. Uma ocorrência que não assume a forma de “escândalo” (Thompson 2002) propriamente dita é o caso de denúncias esporádicas de uso da máquina em eleições ou casos de improbidade administrativa, que somam sete parlamentares.

Um ponto a ser mencionado é que se o escândalo é capaz de levar um político a desistir da reeleição (Rennó 2007), então os meios de comunicação e organizações da sociedade civil voltadas a esse tipo de denúncia se mostram eficazes como indutores de accountability.

Quadro 7: Envolvimento em Escândalos e opção eleitoral

Disputou eleição	NÃO	SIM	TOTAL
Envolvimento em escândalo			
NÃO	80,4%	81,5%	80,7%
SIM	19,6%	18,5%	19,3%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte : a autora

Dentro do universo pesquisado, foi possível realizar o cruzamento do quantitativo de ex-parlamentares de cada partido que se envolveu em

escândalos, demonstrado no Quadro 9. O recorte partidário oferece uma ampla imagem de como o impacto dos escândalos atinge mais a alguns partidos que outros.

Os mais afetados foram, em ordem, o PRB e PV, onde os únicos desistentes estavam envolvidos em escândalo, o PP, onde 50% dos parlamentares desistentes estavam envolvidos em denúncias, os nanicos PRN, PSL, PST (33,3% cada), o PTB (31,3%), PL com 28,6%, o DEM com 22,6%, PSDB em seguida com 21,6%³³.

Também foram afetados pela exposição midiática mas em menor proporção (abaixo de 19%) : o PMDB e PDS com 16,5%, PDT com 9,1%, e PT com 6,3%.³⁴ Aqui, torna-se importante afirmar que esse não é uma taxa que indique que os parlamentares desses últimos partidos sejam menos corruptos, apenas que, dentre os políticos filiados a essas agremiações, estar envolvido em um escândalo não se configure como motivo para parar de disputar eleições.

Percebe-se que os escândalos são um fenômeno de maior impacto para os membros de partidos pequenos. Isso não permite dizer, pelos dados desta pesquisa, que estes sejam mais corruptos. Apenas que, quando expostos à escândalos, estes desistem mais de disputar eleições, o que pode estar ligado à pouca estrutura de que dispõem para rebater acusações ou compensar o impacto negativo com maior estrutura de campanha.

³³ Vide quadro X no anexo, página 113.

³⁴ Não foram afetados : PPR, PPS, PSC, PDC, PMN, PSB, PCdoB e PPB.

Quadro 8 : Envolvimentos em Escândalos por Partido Político

Envolvimento em escândalo	NÃO	SIM	TOTAL
Partido			
PFL	41	12	53
PMDB	51	10	61
PSDB	29	8	37
PTB	11	5	16
PL	5	2	7
PP	2	2	4
PRN	4	2	6
PRB	0	1	1
PDS	5	1	6
PSL	2	1	3
PST	2	1	3
PT	15	1	16
PDT	10	1	11
PV	0	1	1
PSB	4	0	4
PSC	1	0	1
PCdoB	1	0	1
PPB	6	0	6
PPR	5	0	5
PPS	4	0	4
PMN	1	0	1
PDC	1	0	1
TOTAL	200	48	248

Fonte : a autora

Não foi possível realizar uma entrevista completa com o ex-parlamentar que compunha a amostra a ser entrevista, Chicão Brígido (PMDB/AC), envolvido em mais de um episódio de repercussão midiática negativa (compra de votos em 1997 e máfias das ambulâncias em 2005). Por outro lado, um parlamentar entrevistado que não se enquadra na categoria de envolvido em escândalo – pois não foi mencionado seguidas vezes num mesmo episódio – mencionou qual foi o impacto de, apenas uma única vez, ter seu nome envolvido numa denúncia de jornal :

E um dos motivos também que eu saí de Brasília foi que eu peguei um período muito conturbado. Eu peguei o impeachment do Collor e peguei a CPI do orçamento. Eu era membro da CPI do orçamento. Eu fui membro titular, o que foi extremamente visado. E todos os parlamentares, na época, foram investigados, porque nós tivemos um período de caça às bruxas, que foi uma coisa extremamente desagradável. A imprensa exagerou, tá o caso do Ibsen Pinheiro. E eu fui vítima disso também. Pra você ter uma idéia, eu fiz uma emenda, a primeira emenda que começou a duplicação da BR 101 em Santa Catarina, que é a grande obra do estado, hoje ela é duplicada só no norte, tá começando agora no sul, foi de minha autoria, que era o trecho da região da grande Florianópolis, trecho Iguazu-Palhoça. E a imprensa foi na época bastante irresponsável. A imprensa foi na onda, queria massacrar. Havia uma disputa entre os veículos de comunicação pra ver quem é que cortava mais cabeça. Essa era a verdade. Quem é que dava o tiro maior. “Eu vou denunciar o Senador, eu vou denunciar dois deputados, eu tenho denuncia contra...”. Então, virou uma situação terrorista, vamos dizer assim. E foi bastante irresponsável a imprensa na época. Era generalizada. Porque todo mundo tinha que achar algum deputado que tinha algum envolvimento com corrupção. A pauta era corrupção. Então, você tinha que sair em busca de corruptos, caça a corruptos. E nisso foi jogado todo mundo numa vala comum. E eu, quando fiz essa emenda, um dia um jornal de circulação nacional fez uma matéria e colocou assim “BR 101, a rodovia da corrupção”. Aí colocou os nomes dos parlamentares que tinham feito emendas pra essa BR 101, pra duplicação e, em Santa Catarina, colocou meu nome. Só que no conteúdo da matéria, no corpo da matéria, não existia nenhum fato. Mas dava a entender, pela manchete do jornal e pelo mapa do Brasil desenhado, a rodovia desenhada de norte a sul, que aqui em Santa Catarina, eu era o corrupto. Como eu já te falei, eu saí de Brasília em dificuldades financeiras, tive que fazer empréstimo no banco e tal, saí bem mais pobre do que entrei no mandato federal, aquilo ali me desanimou muito. Como eu era membro do orçamento, tinha feito emendas pro orçamento, todo mundo pensava “vamos ver quem serão os próximos”. (César Souza, DEM/SC, ex-deputado federal, candidato a deputado estadual em 1994, eleito).

5.4 Avaliação prévia sobre potencial derrota

Ao se cruzar o envolvimento em escândalos com a questão da titularidade e suplência dos ex-parlamentares em questão, tem-se um dado importante : os suplentes que desistiram de se candidatar se envolveram mais em escândalos (28,6%) dos que os titulares que desistiram de se candidatar (17%). Pode ser um dos casos de multi-causas para o mesmo efeito: além da fragilidade eleitoral do ex-parlamentar (não teve votos o suficiente para se eleger titular no último pleito disputado), soma-se a exposição negativa que foi sofrida no mandato, colaborando para um cenário de desistência.

Quadro 9 : Envolvimento em Escândalos e Suplência/Titularidade

Envolvimento em escândalo	NÃO	SIM	TOTAL
Suplente			
NÃO	83,0%	17,0%	100%
SIM	71,4%	28,6%	100%
TOTAL	80,7%	19,3%	100%

Fonte: Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados e Senado Federal

Quadro 10 : Suplência/Titularidade e Opção eleitoral

Disputou eleição	NÃO	SIM	TOTAL
Suplente			
NÃO	70,1%	29,9%	100%
SIM	57,1%	42,9%	100%
TOTAL	67,6%	32,4%	100%

Fonte: Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados e Senado Federal e TSE

Já em relação ao que é informado no próximo quadro (11), percebe-se, assim como em relação ao Quadro 2 e em outros, que com o passar dos anos começa a se delinear um perfil mais focado de desistentes: um grupo menor, com forte presença de ex-senadores, mais composto por suplentes.

Quadro 11 : Pleito Abandonado e Titularidade/Suplência

Pleito abandonado	1990	1994	1998	2002	2006	TOTAL
Suplente						
NÃO	24,9%	28,4%	15,4%	21,4%	10,0%	100%
SIM	10,2%	16,3%	18,4%	22,4%	32,7%	100%
TOTAL	22,0%	26,0%	16,0%	21,6%	14,4%	100%

Fonte: Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados e Senado Federal e TSE

Um entrevistado que cabe dentro desse perfil é o ex-parlamentar Roberto Freire (PPS/PE). Embora ele em nenhum momento tenha se colocado nessa posição, suas falas apontam as justificativas desse caso.

Vou te contar uma coisa : não existe isso de um político desistir por vontade própria. Nunca, isso não existe. O que acontece é que fatores externos levam a pessoa a tomar essa decisão. Um político sempre está se planejando para alçar novos voos. (...) [Os fatores externos são] falta de estrutura de máquina pública, partidária não importa tanto, o grupo de prefeituras no estado que te apoiam conta muito mais, estrutura para arrecadar dinheiro para campanha. Nas campanhas de hoje não se faz mais campanha sem dinheiro, quando eu entrei na política ainda se fazia. Isso sim faz alguém desistir. Mas o próprio candidato não desiste se tiver isso. Roberto Freire, ex-senador e ex-deputado federal pelo PPS, candidatou-se a suplente de senador em chapa com Jarbas Vasconcellos (PMDB) em 2006, ainda enquanto presidente nacional de seu partido, eleito mas não empossado)

O ex-parlamentar é o único do universo pesquisado que incidiu duas vezes na chamada “ambição regressiva”. Ao final de seu mandato de senador em 2002, disputou não a reeleição ou mandatos de maior prestígio, candidatou-se a deputado federal e foi eleito nas últimas posições da bancada do estado de Pernambuco. Já no final deste mandato, em 2006, em vez de disputar a reeleição para o posto de deputado federal, concorreu a 1ª suplência de senador. Desde 1975, Roberto Freire havia emendado mandatos parlamentares eletivos consecutivos.

5.5 Senado Federal: a questão das suplências

No **Senado**, o universo pesquisado de acordo com o corte de “não-candidatos” e “candidatos a cargos menores” totaliza 49 políticos. Destes, 24 (49%) desistiram da carreira eleitoral; 19 (38,7%) disputaram mandato de deputado federal, três (6%) foram candidatos a cargo nas Assembleias legislativas ou distritais e três foram candidatos a 1º ou 2º suplente de senador. Dos 49 ex-senadores, 22 (45%) eram *suplentes* no exercício do mandato. Enquanto a média de mandatos exercidos por senadores titulares aqui pesquisados é de 2,4 mandatos, entre os suplentes essa medida cai para 1,6.

Quadro 12: Suplência/Titularidade por Casa Legislativa

Suplente Casa	NÃO	SIM	TOTAL
CD	86,6%	13,4%	100%
SF	55,1%	44,9%	100%
TOTAL	80,4%	19,6%	100%

Fonte: Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados e Senado Federal

A caracterização dos políticos como *suplentes de senadores* é uma das variáveis de maior impacto. A alta desistência deste grupo mostra a artificialidade de sua inserção no campo político, pois nem mesmo assumindo e exercendo parte do mandato eles conseguem construir alguma carreira própria. Até mesmo quando se candidatam a cargos menores, têm dificuldade de se eleger.

Alguns dos indícios deste trabalho parecem subsidiar as sugestões recentes de propostas de reforma política que defendem a necessidade de se buscar novos mecanismos de escolha dos suplentes de senadores³⁵, pois

³⁵ Embora se saiba que na verdade este é um item de pouca relevância na agenda contemporânea comparado a outras necessidades de mudanças de nosso sistema político, como a subrepresentação de minorias nas esferas de decisão do poder público, a necessidade de

mesmo quando estes assumem o mandato eles não conseguem se inserir com sucesso no campo político. Ocorre que estes suplentes não manifestam interesse em disputar eleições após o mandato ou disputam cargos pequenos e perdem, na maioria esmagadora dos casos.

Um ponto interessante trazido pelos dados cruzados no software *Sphinx* é a comparação entre o perfil de desistência entre os ex-deputados e os ex-senadores:

Quadro 13: Casa Legislativa e Opção Eleitoral

Casa	CD	SF	TOTAL
Disputou eleição			
NÃO	72,1%	49,0%	67,6%
SIM	27,9%	51,0%	32,4%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: TSE

Quando um ex-deputado resolve não concorrer a postos considerados mais altos e nem disputar a reeleição, em 72% dos casos se opta por desistir totalmente das disputas eleitorais, enquanto que dentre os ex-senadores cai para pouco menos da metade. Uma provável e lógica razão é que para os ex-senadores há um posto a mais no 'andar de baixo', o posto de deputado federal.

5.6 Desgaste com processo eleitoral

Outro dado relacionado é a média de *mandatos federais exercidos*, que dentre os desistentes é de 2,2 mandatos, enquanto que os que disputam cargos menores é de 1,9 mandato. Embora a diferença seja pequena, são indícios de que parte dos desistentes já pode ter saturado suas possibilidades de permanecer na arena política por vias eleitorais, enquanto o outro grupo

mecanismos de financiamento para participação popular e consolidação/reformulação do sistema partidário.

ainda está com estratégias em curso para se manter. Dentre os suplentes em geral, a média de mandatos exercidos cai para 1,7.

Em geral, os políticos com mandato têm acesso a esferas de poder não abertas aos cidadãos desprovidos de mandato. Têm relativamente grande autonomia em relação a aqueles que lhes estão submetidos (eleitores). Quanto mais prolongada é a retenção do cargo, tanto maior é a influência do político profissional sobre os cidadãos comuns e tanto maior, por conseguinte, sua independência em relação a estes. Esta distância, que é em grande medida positiva para os políticos profissionais (são menos demandados), pode facilitar que esse grupo crie e consolide mais práticas que tornam seu grupo ainda mais restrito. Por exemplo, dissoluções de Congressos ou a reeleição, esta última atualmente em vigor no país.

5.7 Desgaste com processo político

Mais um grupo percebido é o de deputados que se encontram em *oposição ao governo/candidato mais forte à presidência*, ou pertencem a partidos que estão lançando menos candidatos, calculando uma possível derrota. Configuram-se como *partidos em recessão*, que vêm diminuindo de maneira geral o número de candidatos registrados nas disputas eleitorais (Guarnieri 2005) e são os mesmos que concentram a maior incidência de parlamentares que desistem de se candidatarem.

A decisão destes parlamentares reflete uma conjuntura política de seu grupo político num âmbito maior que seu mandato. A tabela 1 pode oferecer alguns subsídios para essa análise, desde que observada com cuidado e sem simplificações, apesar de seu aspecto pouco didático. Os partidos que registram parlamentares desistentes estão marcados em lilás e demais estão com fundo branco, sem marcação.

O primeiro cuidado é o de perceber que essa tabela refere-se apenas às candidaturas lançadas pelos partidos à Câmara dos Deputados, portanto não reflete o desempenho geral do partido nas eleições, pois não estão incluídas as eleições municipais e os cargos majoritários, mas estes dados já contribuem para o foco deste estudo.

Tabela 1: Relação de candidaturas e eleitos à Câmara dos Deputados por partido e pleito (1990-2006), por ordem de crescimento percentual de candidaturas apresentadas

Partidos	1990		1994		1998		2002		2006		Crescimento percentual de candidatos 1994-2006	Crescimento percentual de eleitos 1990-2006			
	Eleitos	Candidatos	Eleitos	Relação %	Candidatos	Eleitos	Relação %	Candidatos	Eleitos	Relação %					
PV	1	20	1	5,0	98	1	1,0	231	5	2,2	345	13	3,8	1.625,0	1.200,0
PRTB	-	6	0	0,0	52	0	0,0	115	0	0,0	100	0	0,0	1.566,7	-
PCB	-	1	0	0,0	5	0	0,0	7	0	0,0	16	0	0,0	1.500,0	-
PPS	3	32	2	6,3	122	3	2,5	222	15	6,8	306	21	6,9	856,3	600,0
PCO	-	-	-	-	4	0	0,0	36	0	0,0	38	0	0,0	850,0	-
PSL	-	-	-	-	24	2	8,3	47	1	2,1	99	0	0,0	312,5	-
PTC	-	-	-	-	-	-	-	28	0	0,0	111	4	3,6	296,4	-
PSDC	-	-	-	-	37	0	0,0	73	1	1,4	137	0	0,0	270,3	-
PAN	-	-	-	-	30	0	0,0	54	0	0,0	102	1	1,0	240,0	-
PSB	11	101	15	14,9	168	18	10,7	327	24	7,3	338	27	8,0	234,7	145,5
PRONA	-	43	0	0,0	38	1	2,6	75	6	8,0	136	2	1,5	216,3	100,0
PSC	6	94	3	3,2	156	2	1,3	131	2	1,5	212	9	4,2	125,5	50,0
PST	-	-	-	-	-	-	-	93	3	3,2	192	0	0,0	106,5	-
PMN	3	79	4	5,1	95	2	2,1	81	1	1,2	161	3	1,9	103,8	-
PHS	-	-	-	-	-	-	-	80	0	0,0	157	2	1,3	96,3	-
PTN	-	-	-	-	40	0	0,0	49	0	0,0	66	0	0,0	65,0	-
PCdoB	5	44	10	22,7	40	7	17,5	50	12	24,0	72	13	18,1	63,6	160,0
PL	15	142	13	9,2	92	12	13,0	277	26	9,4	223	23	10,3	57,0	53,3
PTdoB	-	-	-	-	81	0	0,0	92	0	0,0	120	1	0,8	48,1	-
PSTU	-	22	0	0,0	57	0	0,0	46	0	0,0	29	0	0,0	31,8	-
PDT	47	306	34	11,1	299	25	8,4	285	21	7,4	390	24	6,2	27,5	-48,9
PTB	38	194	31	16,0	189	31	16,4	221	26	11,8	237	22	9,3	22,2	-42,1
PRP	1	92	1	1,1	84	0	0,0	86	0	0,0	112	0	0,0	21,7	-
PSDB	37	272	62	22,8	292	99	33,9	275	70	25,5	317	65	20,5	16,5	75,7
PDS/PPB/PP	42	172	36	20,9	289	60	20,8	195	49	25,1	178	42	23,6	3,5	0,0
Dem/PFL	84	236	89	37,7	276	105	38,0	230	84	36,5	231	65	28,1	-2,1	-22,6
PT	35	373	49	13,1	328	59	18,0	422	91	21,6	359	83	23,1	-3,8	137,1
PMDB	108	399	107	26,8	350	83	23,7	322	73	22,7	350	89	25,4	-12,3	-17,6
PSD	3	86	3	3,5	79	3	3,8	52	3	5,8	-	-	-	-39,5	-100,0
PRB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	1	4,8	-	-
PPR	5	267	52	19,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRN	40	56	1	1,8	38	0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
PSOL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	192	3	1,6	-	-
PDC	22	-	-	-	25	0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
PST	2	-	-	-	16	0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	508	3.037	513	16,9	3.417	513	15,0	4.246	513	12	5.155	513	10,0	69,7	1,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Outro cuidado é perceber que a redução do número de candidaturas pode ser tanto um sinal de decadência eleitoral de um partido (caso do PMDB, PFL/DEM, PP/PSD), como também uma estratégia de lançar um número menor de candidatos, mas proporcionalmente um número maior de candidatos “efetivos”, com chances reais de ganho (caso do PT), por isso a relação necessária com o percentual de candidatos que foram eleitos, feita na coluna seguinte. Uma estratégia mais óbvia é o aumento simples do número de candidatos para possibilitar o aumento de eleitos³⁶, a estratégia mais comum detectada pela tabela (caso do PV, PPS, PSB, PRONA, PCdoB, PL e PSDB). Nem sempre a estratégia dá certo, casos do PDT e PTB.

Uma leitura visual rápida permite perceber, dadas as linhas de cor lilás, que os partidos que concentram os parlamentares não-candidatos estão no grupo que vem diminuindo o número de candidaturas, localizada na parte inferior da tabela.

Para relacionar os casos de ex-deputados não candidatos ou candidatos ao legislativo estadual com as estratégias eleitorais dos partidos têm-se a tabela 2 e os gráficos a seguir:

Relação pleito e partido de deputados não-candidatos ou candidatos ao legislativo estadual (1990-2006)

	PMDB	PFL	PSDB	PT	PTB	PP*	PDT	PL	PRN	PSB	PPS	PSL	PST	PPR	PMN	PRB	PSC	PCdoB	PDC	PV	TOTAL	%	
1990	25	12	4	1	2	4	4										1	1			54	27,0	
1994	10	11	5	3	7	2	1	2	4	1				2						1	49	24,5	
1998	6	6	7	6			2			1					1						29	14,5	
2002	5	8	8	4	2	2		2		1	2	3	3								40	20,0	
2006	5	5	5		3	3	2	2				1					1				1	28	14,0
TOTAL	51	42	29	14	14	11	9	6	4	3	3	3	3	2	1	1	1	1	1	1	200	100	
%	25,5	21,0	14,5	7,0	7,0	5,5	4,5	3,0	2,0	1,5	1,5	1,5	1,5	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	100	

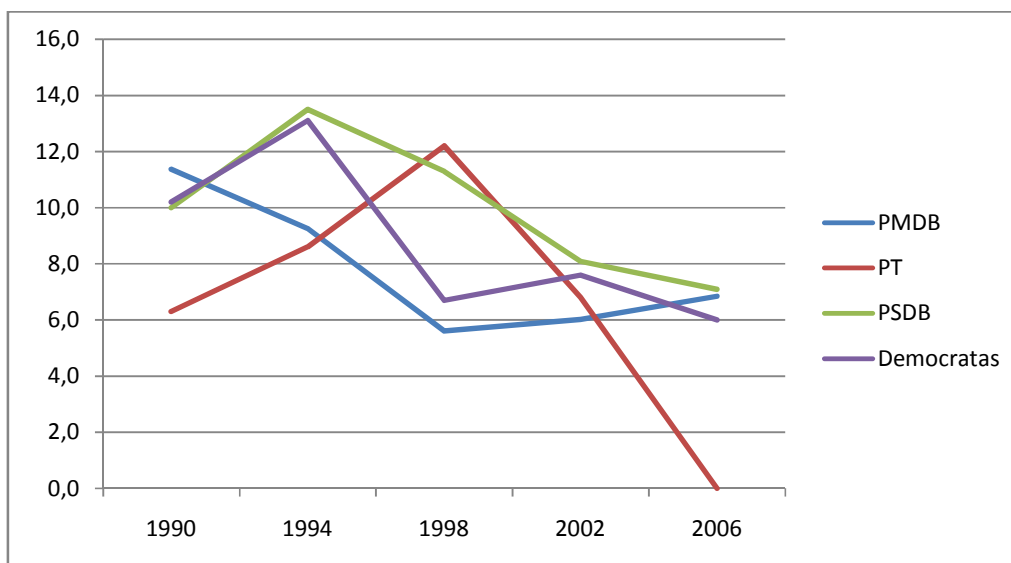
* Foram agregados o PDS e o PPB

Percebe-se em 2006 a menor desistência detectada. É interessante observar que nessa época os partidos em que mais deputados desistem já têm sua bancada reduzida (PMDB, DEM e PSDB, que tem a maior média de desistência entre os partidos,) e internamente suas taxas de desistência

³⁶ A forte presença de partidos pequenos nesse grupo reflete uma preocupação de conseguir superar a cláusula de barreira nas últimas eleições, quando estava em risco o repasse do Fundo Partidário para quem não atingisse um mínimo de votos.

também se reduzem. Os dados indicam que há uma consolidação de entrada de novas bancadas no Congresso (caso mais evidente do PT), que são recém chegadas em termos históricos à arena parlamentar (Rodrigues 2006) enquanto que gerações anteriores de políticos são excluídas eleitoralmente, mas saem também por “decisão própria” de cena.

Gráfico 3: Percentual de parlamentares que desistiram de disputar eleição ou se candidataram a cargos menores, grandes partidos por eleição:



Fonte: TSE

Nesse gráfico, uma das observações cabíveis relaciona-se com a diferença de comportamento do PSDB e do PT, quando estão em contextos eleitorais similares. Na reeleição presidencial de 1998, quando Fernando Henrique Cardoso (PSDB) era o franco favorito, a taxa de desistência na bancada do PT, o maior partido de oposição à época, atinge seu ápice. Já na reeleição presidencial de 2006, quando o favorito era Lula (PT), não há registro de sequer um deputado do PT que tenha se retirado de cena, nem mesmo os que haviam sido fortemente expostos midiaticamente em escândalos políticos.

Já a bancada do PSDB, mesmo com o favoritismo eleitoral de FHC em 1998, mantém sua taxa de desistência relativamente alta, ainda que tenha caído um pouco em relação a 1994, mas muito pouco se comparada à queda na bancada do PFL/DEM e outros partidos aliados à época (Gráfico 2), mesmo num contexto que certamente facilitaria a eleição de seus quadros.

Ao mesmo tempo em que a experiência do “poder” contribui para a permanência de alguns atores dentro do núcleo do campo político, pode incidir sobre a saída ou não entrada de outros. O ex-senador entrevistado, Dirceu Carneiro (PSDB/SC), desistente em 1994, oferece diversos insumos para contribuir na análise aqui feita:

Olha eu lamento assim no Brasil a questão dos partidos políticos por um aspecto simples: se eu me perguntar como se chama o partido mais conservador no Brasil ele é progressista, o nome do partido mais conservador no Brasil é progressista. Como se chama o partido da ditadura? Democrata. Aí você vai evoluindo nesse negócio, o PTB, o partido trabalhista brasileiro é de banqueiros, então é uma hipocrisia institucional instalada nisso, né? E isso é uma pena porque, eu tive uma discordância com a orientação do Fernando Henrique na primeira eleição de presidente da república depois dele ser eleito, né? Nós fundamos o PSDB, candidatos paulistas, o Covas, Fernando Henrique o pessoal ali daquela área e nós acabamos criando a social democracia naquele período. E aí a primeira aliança que o PSDB faz é com o PFL, os liberais. Por isso que eu não podia entender, eu defendo que a aliança se faça dentro de uma concepção complementar de um mesmo universo lógico, mas não do outro lado da cerca. Dali nunca mais me relacionei com o Fernando Henrique por causa dessa orientação.(...) Eu achei que havia feito o que eu gostaria de ter feito e acho também que todas as pessoas são substituíveis e que o Brasil não tem uma representação política melhor que a sociedade de outro país tem (...) e por outro lado, eu me dediquei a fazer outras coisas, hoje estou lidando com energia, sou o vice-presidente da associação de geradores de energia de Santa Catarina. Lidamos com pequenas centrais elétricas nessa área aqui. Ficamos vendo que é um problema muito grave que o Brasil está

enfrentando e é uma forma de ajudar, então eu estou trabalhando nessa área. (...) E eu chego a seguinte conclusão: uma lei é uma coisa tão forte que ela atinge a todas as pessoas de qualquer parte do país em um mesmo tempo e ainda os que não nasceram, vê o tamanho desse negócio. Então quando olho uma lei dessas, uma lei boa digamos assim, né? O sujeito pode ter feito uma lei na vida, se ela for boa... (Dirceu Carneiro, PSDB/SC, ex senador, desistiu de disputar qualquer mandato eletivo em 1994)

A fala reflete um caso quase que “tipo-ideal” de desencanto com o fazer político institucional-partidário. Essa distinção entre o comportamento eleitoral dos deputados do PSDB e do PT pode revelar diferenças ainda maiores em relação ao perfil de seus quadros e às suas estratégias de recrutamento, ligado talvez ao perfil sócio-ocupacional de seus membros, como se explicará mais adiante. Em poucas palavras, é muito mais atraente voltar a ser um professor de universidade federal, vice-presidente da associação dos geradores de energia ou jornalista depois da experiência parlamentar do que voltar para as bases de um sindicato de professores do ensino infantil municipal ou para o dia-a-dia de um emprego de metroviário. Desde Michels (1982), se sabe que dentro dos partidos de origem popular muitas vezes a carreira política é a forma possível de ascensão social.

Dentro de diversas pesquisas realizadas pelo cientista político Leôncio Martins Rodrigues (Mudanças na Classe Política Brasileira 2006) (Partidos, Ideologia e composição social 2002) (Quem foi Quem na Constituinte 1987), há uma análise perspicaz sobre diferenças nos padrões de recrutamento político feito por cada partido que se reflete fortemente nos perfis profissionais que neles se fazem representados.

Essas diferenças, se não trazem para a arena política a luta de classes, contribuem ao menos para diversificar as perspectivas sociais que ali se fazem representadas, trazendo o conceito de perspectiva trabalho por Iris Marion Young (Representação política, identidade e minorias 2006) (Inclusion and democracy 2000).

De acordo com a definição de Young, o conceito de “perspectiva social” reflete o fato de que *peçoas posicionadas diferentemente [na sociedade] possuem experiência, história e conhecimento social diferentes, derivados desta posição* (Young 2000, 136). Experiências e trajetórias diferentes resultariam em olhares também diferentes sobre o mundo. E, para além dos olhares sobre o mundo, trajetórias passadas muitas vezes resultam em oportunidades políticas diferenciadas no futuro.

Outra observação guarda relação com acontecimentos políticos importantes como o impeachment do então presidente Fernando Collor, e seu impacto na imagem da classe política brasileira a época e as mudanças efetivas do modo de se fazer política que vem se concretizando desde a “Nova República”, que passa não necessariamente por um “agir político” mais ético ou democrático, mas por uma política com maior competitividade eleitoral (ainda que se tenha migrado das altas patentes nomeadas para as oligarquias competitivas), popularização dos canais de recrutamento, maior cobertura midiática das ações legislativas ou executivas e consolidação do calendário eleitoral do país, com o fim de grande parte dos cargos executivos nomeados instituídos no regime militar.

Essa é uma das possíveis explicações para a alta taxa de desistência em 1994, dado que os partidos com a maior desistência eram membros da base aliada de Collor (PTB, PL e DEM) e é deste período o maior índice de renovação já registrado na Câmara dos Deputados, de 61,81% em 1990, conforme quadro do DIAP já mostrado na página 21.

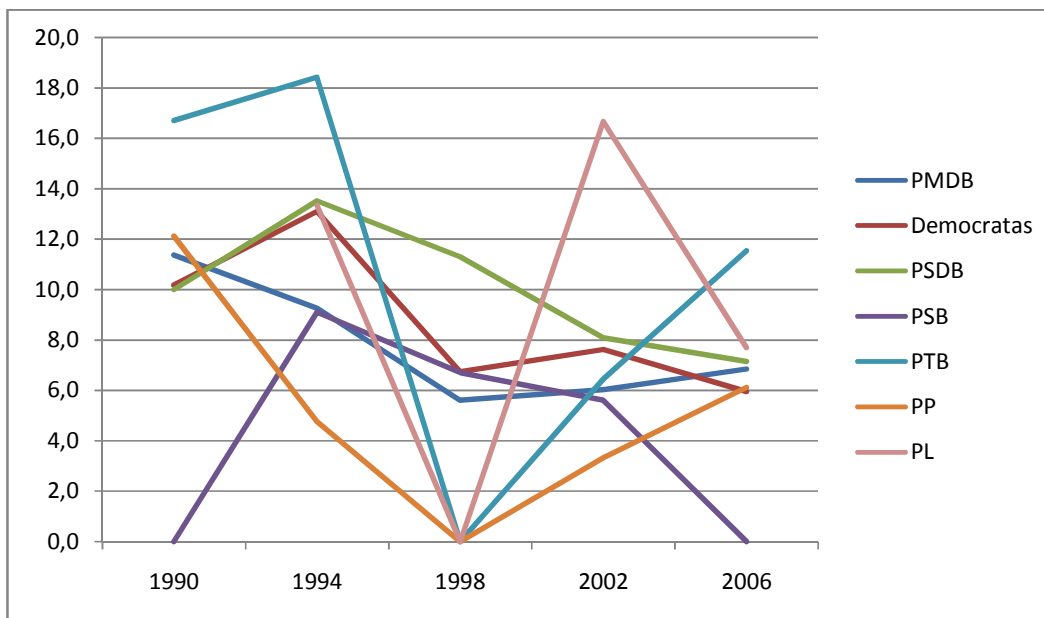
Outra possibilidade, não contraditória, mas complementar, é que a alta renovação de 1990 trouxe para a Câmara parlamentares sem a experiência e socialização política necessárias para se manter no campo político, daí mais um motivo para o aumento da taxa de desistência em 1994.

Outros estudos apontam que, quanto mais consolidado historicamente é um partido, maiores são suas chances de sucesso eleitoral (Mainwaring 1999), o que pode ajudar a explicar a presença de tantos membros de

partidos pequenos e já extintos no universo pesquisado. A seguir, serão apresentados dois gráficos que ajudarão a perceber a dimensão partidário-eleitoral do fenômeno.

O primeiro gráfico foi feito selecionados os partidos que tiveram sua taxa de desistência reduzida no pleito de 1998, primeiro pleito com reeleição presidencial. Salva a exceção do PSB, todos os outros partidos compunham a base aliada do governo Fernando Henrique Cardoso. Em muitos casos, a taxa de desistência foi nula: PP, PL e PTB.

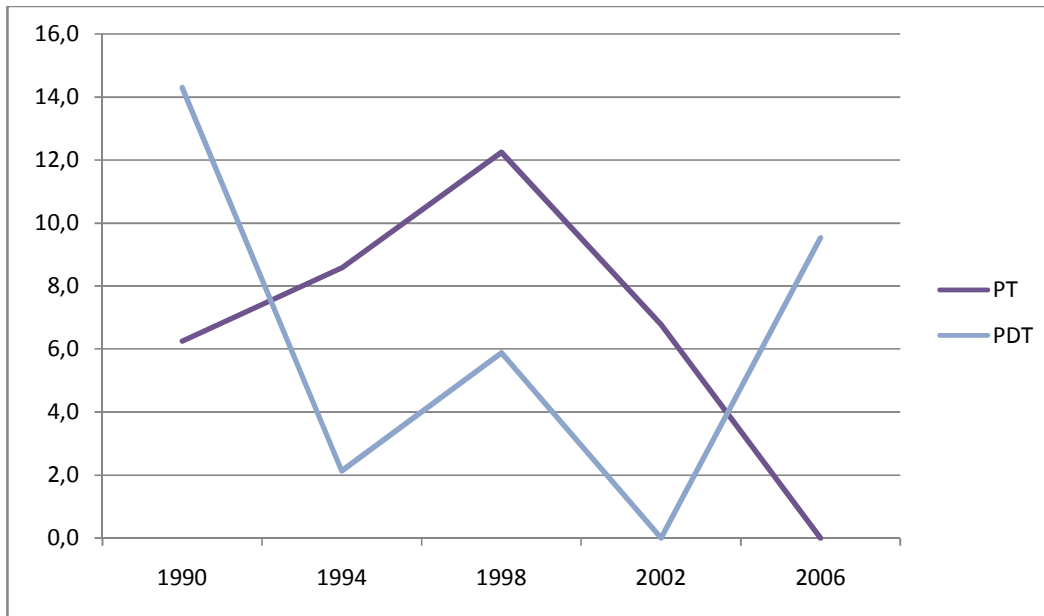
Gráfico 4: Percentual de parlamentares das bancadas eleitas que desistiram de disputar eleição ou se candidataram a cargos menores, por partido e eleição (sem PT e PDT):



Fonte: TSE

Já o segundo gráfico capta apenas os dois partidos que demonstraram comportamento diferenciado no momento 1994-2002, que foram PDT e PT. É interessante observar que, no caso, os dois partidos fizeram parte da mesma aliança eleitoral a nível nacional nos pleitos de 1998 e 2002, mostrando o impacto que a possibilidade de vitória possui sobre a decisão de permanecer ou não no campo político/eleitoral.

Gráfico 5: Percentual de parlamentares das bancadas eleitas que desistiram de disputar eleição ou se candidataram a cargos menores, por partido e eleição (só PT e PDT):



Fonte: TSE

Em termos de *ocupação profissional*³⁷, que pode revelar um pouco sobre as origens sociais dos parlamentares, temos outro indício sobre o perfil do parlamentar que sai do cenário político institucional: a predominância de profissões de estratos sociais mais altos, numa escala ainda maior do que a já conhecida “elitização” dos agentes do campo político. No grupo de grandes proprietários (empresários e pecuaristas) existem 101 ex-parlamentares, dos quais 45 no seu primeiro mandato e 34 no segundo, respondendo juntos por 78% dos empresários. Os advogados são o segundo grupo, 73 de 250. Professores (acadêmicos e pesquisadores acrescidos) formam um grupo de 39 ex-parlamentares. Profissionais de comunicação (radialista, jornalista e editor) somam 31 pessoas. O grupo conta ainda com 25 médicos, o conjunto dos economistas é composto por 19 membros e o dos engenheiros por 17.

³⁷ Nesse caso, foram computadas múltiplas categorias para cada político, conforme as informações disponíveis.

Para explicar a presença maciça do setor empresarial nesse grupo, além da explicação óbvia de que eles já são um grupo expressivo em todas as legislaturas, pode-se supor que a rotina da atividade parlamentar não é atrativa para quem já está habituado a um ritmo de trabalho focado em resultados que não depende de tantas conciliações e pactuações como no campo político, além do fato de que muitas vezes sua dedicação à empresa traz efetivamente mais ganhos do que o exercício do mandato.

Há que se registrar que a diminuição do número de empresários com mandato (Rodrigues 2006) não significa de modo algum que estes não estejam mais preocupados em intervir politicamente, apenas constataram que não precisam fazer isso pessoalmente (Coradini 2001, 95-6), podem financiar as campanhas de outros que o farão quando necessário.

Outro ponto é que são em grande medida empresários “anônimos” que saem da disputa, mas as lideranças do setor com presença nas associações patronais (federações estaduais da indústria, associações de comércio, sindicatos patronais, etc.) continuam concorrendo (e com razoável sucesso) nas eleições (DIAP 1998, 3). Essa saída dos estratos mais altos da sociedade da disputa eleitoral pode ser também considerada um sintoma da popularização da vida política do país, em que profissionais de classe média e eventualmente alguns de classes baixas começam a ingressar no campo político, conforme detectado em outras pesquisas (Rodrigues 2006).

Outro ponto, averiguado em entrevista com o ex-deputado César Souza (DEM/SC), é que efetivamente há empresários que preferem se dedicar aos negócios, tanto motivados pelo modelo gerencial quanto pelos ganhos financeiros aos quais se tem acesso (Clarke, et al. 1999).

E eu fui o primeiro Deputado Federal da história de Santa Catarina a retornar a ser Estadual. Então, eu procurei nos anais do parlamento catarinense e não tem nenhum. Porque você olha pro político, você vê a imagem daquela pessoa que sempre quer mais... “Eu quero mais!”. Eu não, eu pensei diferente. Eu procurei colocar a minha qualidade de vida, a minha responsabilidade de pai e também de empresário, porque os meus negócios

não estavam indo bem. Eu saí de Brasília em instabilidade financeira. Quando eu saí de Brasília, eu recorri a banco pra fazer empréstimo. Depois de estar aqui em Santa Catarina, depois de uns 2, 3 anos é que eu comecei a me recuperar financeiramente (...).E eu não me dediquei à política partidária. Esse foi um problema, que hoje eu de fora percebo, porque a gente de fora tem uma visão mais clara das coisas, observo.(...) César Souza, DEM/SC, ex-deputado federal, candidato a deputado estadual em 1994, eleito).

5.8 Mulheres saindo da disputa

A busca por uma presença maior das mulheres nos espaços decisórios se insere em um movimento mais amplo, que identifica, como um dos pontos decisivos de estrangulamento das democracias contemporâneas, a sub-representação política de determinados grupos sociais. O grupo dos governantes, em relação ao conjunto da população, tende a ser muito mais masculino, muito mais rico, muito mais instruído e muito mais branco – uma observação que vale para o Brasil e para as democracias ocidentais em geral.

Dentre as 12 mulheres, oito (66,6%) não participaram da eleição posterior a seu mandato, sendo que duas voltaram posteriormente ao campo político. Sandra Starling (PT/MG) assumiu a secretaria-executiva do Ministério do Trabalho, no primeiro mandato do Governo Lula, mas em 2003 foi exonerada do MTe rompendo com políticas de gestão interna do Ministério³⁸. Esther Grossi (PT/RS) também assumiu secretaria no Ministério da Educação e saiu em meio às trocas de titulares da pasta. Outras parlamentares que saíram da cena parlamentar foram Maria da Conceição Tavares (PT/RJ) e Márcia Cibilis Viana (PDT/RJ), ambas em 1998.

³⁸ Uma das versões sobre a exoneração envolvia o veto de Sandra Starling a um contrato considerado irregular pelo Tribunal de Contas de União com a empresa Ajato Administração e Serviço.

Das ex-parlamentares que se mantiveram na disputa, mas concorrendo a cargos menores, Márcia Marinho (PSDB/MA) e Cidinha Campos (PDT/RJ) foram candidatas a deputada estadual, Maria de Lourdes Abadia (PSDB/DF) a distrital e Zulaiê Cobra (PSDB/SP) a primeira suplente de senador. Abadia concorreu posteriormente ao governo do Distrito Federal, não ganhou, mas assumiu secretarias tanto na gestão Cristovam Buarque (1995-1998) como na de Joaquim Roriz (2003-2006), de quem chegou a ser vice-governadora.

Ainda em relação à participação feminina na política, ressalte-se que embora poucas mulheres estejam na amostra, há que se registrar que efetivamente poucas mulheres conseguem entrar no campo político. Poucas mulheres desistem em números absolutos, mas é necessário relacionar proporcionalmente com o número de mulheres que eram parlamentares à época. Por exemplo, na 50ª Legislatura (1995-1998) a bancada feminina era composta por apenas 32 mulheres, das quais três se retiraram da disputa eleitoral e duas concorreram à deputada estadual. Ou seja, das 32, 16% (cinco) saem do cenário. Já na bancada masculina do mesmo período, dos 481 então deputados, apenas 5% (24) desistem ou se candidatam a cargos menores. Especificamente sobre o grupo das mulheres presentes neste estudo, seria possível supor que a baixa relação desse grupo com outros políticos na forma de parentesco não chega a ser exatamente uma facilidade para sua permanência na disputa eleitoral, embora não seja exatamente uma regra. Dado que muitas dessas mulheres eram, antes do ingresso na política, profissionais de razoável expressão em suas áreas, pode-se supor que nesses casos não foi possível realizar uma conversão de capital político bem sucedida. Talvez o campo político tenha lhes sido ainda mais fechado que seus ambientes de trabalho anteriores.

5.9 Voltando à cena

Dos 169 políticos que se retiraram da disputa eleitoral por ao menos uma eleição, 32 (19%) se *arrependeram e retornaram* à disputa, muitas vezes concorrendo a cargos menores do que o anteriormente ocupado³⁹, que respondem por 14 casos (43,7%). A mais conhecida exceção é o caso de Luiz Inácio Lula da Silva (PT/SP), que não disputou nenhum cargo em 1990, quando se encerrou seu mandato de deputado federal, mas voltou a participar das eleições de 1994 em diante, sempre postulando o cargo de presidente da república.

Dentre os políticos que mudaram de estratégia, 29 (90%) são oriundos da Câmara dos Deputados – sendo que todos foram deputados titulares - e apenas três eram senadores (Mário Maia PDT/AC; Iram Saraiva PMDB/GO e Leonel Paiva PFL/DF – único suplente do grupo). Neste caso, pode-se supor que a saída de cena em uma eleição pode ser na verdade parte de uma estratégia visando eleições no longo prazo.

Na Câmara, dos 145 ex-parlamentares que desistiram da disputa eleitoral em algum momento, 28 (22,4%) *voltaram a disputar eleição* – e destes, 11 (40%) para o mesmo posto de antes, deputado federal, e seis (21%) para cargos maiores: senador, governador ou presidente. No Senado, dos 24 desistentes, apenas três (12,5%) voltaram a se candidatar (dois para deputado estadual e um para distrital). Em relação aos suplentes, estes são o grupo que menos tenta voltar à disputa eleitoral.

Quadro 14: Titularidade/Suplência e reapresentação eleitoral

Voltou a se candidatar	NÃO	SIM	TOTAL
Suplente			
NÃO	85,6%	90,0%	86,6%
SIM	14,4%	10,0%	13,4%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte : TSE

³⁹ Chiquinho Feitosa (PSDB/CE) e Ruben Figueiró (PMDB/MS) chegaram a ser candidatos a 2º suplente de senador.

6. Considerações Finais

As características dos ex-parlamentares em questão foram levantadas e ao mesmo tempo relacionadas com as conjunturas políticas correntes, de maneira a se evidenciar condicionantes de suas decisões de se retirar da disputa eleitoral ou de disputar um cargo menor. Diante desses pequenos insumos retirados das conjunturas políticas dos pleitos analisados, pode-se averiguar que a formatação do sistema político do país tem impacto na estrutura de oportunidades em termos de carreira e de ascensão política – o que engloba as regras dos sistemas eleitorais ou do processo legislativo, mas vai além e refere-se também com quais canais de participação e espaços de recrutamento políticos existem na sociedade e quais grupos têm acesso a eles.

Em linhas gerais, dados os padrões de carreira política detectados, percebe-se que aqueles políticos que recuam na disputa eleitoral, seja permanentemente ou com pequena participação e influência no jogo político ou de grupos que ainda não conseguem penetrar no campo com a mesma desenvoltura de seus pares.

Embora uma pesquisa mais profunda ainda esteja por ser feita, há fortes indícios de que o sistema político condiciona as decisões individuais dos políticos sobre suas opções eleitorais. Alguns dos dados reunidos neste trabalho sugerem que, de fato, como relatado pelo ex-parlamentar Roberto Freire e sugerido por autores trabalhados nessa pesquisa (em especial Bourdieu), em muitos dos casos são fatores externos que condicionam as decisões sobre o futuro político dos ex-parlamentares em questão.

Pode-se sugerir que há uma diferença, entretanto, entre aqueles que tomam a decisão de não se candidatar ou se candidatar a um posto menor a contragosto (pois efetivamente gostariam de dar vazão à sua ambição progressiva, mas inibidos por fatores que fogem de seu controle) e aqueles que tomam a decisão de não se candidatar pela descrença de que este seja o espaço que lhe caiba para a ação política. A pesquisa demonstra que as

causas do abandono da disputa eleitoral por parte de ex-parlamentares e sua queda no tempo exigem análises mais complexas que a simples coleta dos resultados eleitorais e supostos indicadores de avaliação dos mandatos conseguem oferecer.

Um caminho possível para aprofundar essa análise seria observar as fontes do capital político dos ex-parlamentares em questão, pois uma suposição tida nesse trabalho que não pode ser testada pela limitação da base de dados é que aqueles políticos que optam por sair por não “se adequarem” aos códigos do campo vem de trajetórias de conversão de capital social (mulheres, estreatantes de primeiro mandato, filiados a partidos pequenos, empresários), enquanto que os que insistem em sua permanência no campo, ainda que sem sucesso, tem trajetória ligada ao capital delegado (envolvidos em escândalos, políticos de idade avançada, suplentes e grupo em decadência – seja partido ou outro).

Em relação aos objetivos propostos na pesquisa, alguns foram atingidos satisfatoriamente, outros nem tanto. Este trabalho conseguiu identificar em que circunstâncias houve um projeto político mal sucedido, na medida em que fatores externos como exposição em escândalos e filiação a partidos em retração eleitoral se configuram como variáveis de impacto na retirada de cena de ex-parlamentares. Somando-se a esses casos, conseguiu-se inferir em que circunstâncias se realizaram diagnósticos de que a eleição já estaria perdida ao ver a multicausalidade do fenômeno, acrescentado a suplência com outras variáveis.

Não foi possível mapear em profundidade com em que circunstâncias ocorreu um esgotamento pessoal com os processos políticos institucionais, por limitações de método empregado nesta pesquisa⁴⁰. Nas entrevistas feitas, em especial com Dirceu Carneiro (PSDB/SC), César Souza (DEM/SC) e Marcos Afonso (PT/AC), isso foi possível de ser constatado, mas seria

⁴⁰ Embora se possa especular que alguns ex-parlamentares que se enquadram nas categorias de membro da oposição/partido em retração eleitoral, suplentes sem votos e estreatantes de 1º mandato façam parte do “coro dos descontentes”).

imprudente estender as falas destes dois ex-parlamentares a outros do universo pesquisado.

Em relação às variáveis listadas, nem todas se mostraram importantes para os resultados: as relações de parentesco, embora fundamentais, não conseguiram ser utilizadas no processamento dos dados, pois não eram informações confiáveis. Pelo enfoque regional, à exceção do Paraná⁴¹, nenhum outro estado ou região do país demonstrou peculiaridade local no fenômeno estudado. A questão da sub representação feminina é uma questão a ser considerada (o fenômeno detectado em 1998 é realmente significativo), mas como a bancada feminina é de fato muito reduzida, o sub grupo que desiste de se candidatar é ainda tão mais diminuto que não foi possível fazer grande recortes de comparação entre os casos femininos e masculinos de desistência.

Remetendo ao papel do Poder Legislativo de socializar e recrutar elites políticas para outras funções (Nunes 1978, 54), para além dos habituais de legislar e fiscalizar, é possível a interpretação de que houve uma recuperação da valorização do legislativo dentro do campo político brasileiro, na medida em que cada vez menos se abre mão de um espaço ali conquistado. Por outro lado, a taxa de renovação da composição do parlamento, ainda que venha caindo, continua em um patamar relativamente elevado se comparado a outros países, o que significa que ainda há abertura para renovação de quadros.

Apesar de, por exemplo, todos os deputados e deputadas federais serem formalmente iguais, a prática demonstra que alguns possuem mais prestígio, mais espaço, mais influência do que outros. Assim, da mesma forma que há uma diferença entre concorrer e se eleger, há outra, entre se eleger e alcançar as posições centrais no campo político, isto é, as posições de elevado capital político. O campo político, segundo Bourdieu (2002), é um campo de lutas referentes não apenas aos posicionamentos e status nesse

⁴¹ Vide primeiro quadro do anexo, página 109. O Estado demonstrou queda constante na incidência de casos de desistência.

espaço de relações, mas também à conservação ou transformação dos limites, das margens que estruturam e dão legitimidade não apenas às hierarquias reconhecidas, mas também às exclusões sistemáticas.

Percebendo os dados apresentados nessa dissertação como meros sintomas ou indícios de um processo político e histórico maior que está por trás do fenômeno, percebe-se que, de fato, o que vem acontecendo é o surgimento e a incipiente estabilização de processos de recrutamento político. No período analisado, que registra os primeiros momentos de nossa vida eleitoral sob um regime democrático civil após o regime militar, houve ajuste no número de vagas ofertadas para deputados federais (de 495 para 513), criação de novas regras eleitorais importantes (possibilidade de reeleição para cargos no executivo) e ajuste no calendário eleitoral (coincidência da renovação legislativa com executiva), para citar as de maior impacto.

Para além dessas mudanças nas regras do jogo, o contexto em que se joga também vem sendo alterado. Se a década de 80 ficou conhecida como a “década perdida” em termos econômicos, foi ali que se começou a esboçar as formas de atuação de nossa sociedade civil na esfera pública contemporânea. Nos anos 90s, foi o momento de vivenciar, construir e aperfeiçoar nossa organização e funcionamento políticos (etapa ainda em curso, embora de maneira menos intensa), por meio de muitos conflitos, como se faz necessário em momentos assim. O retrato desses períodos foi feito no final dos anos 00s. Mesmo com um sistema partidário ainda impactado pelo bipartidarismo vigente no regime militar, percebe-se que o país conseguiu entrar numa agenda de definição de políticas públicas próprias, buscando seu lugar no mundo.

Por mais trabalho que se tenha tido para montar a base de dados quantitativa para esse estudo (250 casos com 20 variáveis resultam numa tabela de 5.000 campos de informações para serem pesquisados, preenchidos, cruzados e analisados), ao se lançar um olhar mais histórico sobre o período analisado pode-se ter a perspectiva de que se passaram apenas 5 eleições legislativas. Oposição virou situação, alguns partidos

políticos se extinguiram, outros se fundiram, outros partidos mudaram de nome⁴² durante o período analisado. Mais do que complicar gráficos e tabelas, essas alterações vêm contribuindo para construção do novo rosto da política brasileira. Essa construção vem se fazendo com a inclusão de novos atores no processo e, ao mesmo tempo e necessariamente, com a exclusão de outros.

Não é preciso muitas elaborações teóricas para se perceber que há um sistema político nascendo e se consolidando juntamente com a estrutura da sociedade brasileira. O que se tem nesse trabalho é um retrato dessa transição, mostrando que grupos estão efetivamente se retirando do jogo (por enquanto) e quais ainda não conseguiram entrar com sucesso. Por fim, a análise dos dados reforça a percepção de que há filtros que agem no campo político que são mais facilmente superados por alguns grupos em detrimento de outros. Com o estabelecimento de nosso regime político democrático, começa a se tornar possível identificar que filtros existem/estão surgindo e como nosso campo político interage com eles.

⁴² O caso mais emblemático talvez tenha sido a mudança do Partido da Frente Liberal para Democratas em março de 2007.

Referências bibliográficas

Abranches, Sergio. "Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro." *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 1988: 5-34.

American Political Science Association. *American democracy in an age of rising inequality - Task Force*. Task Force on Inequality and American Democracy, APSA, 2004.

Aron, Raymond. *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa: Presença, 1966.

Barreira, Irylis Alencar. "Lideranças femininas no Congresso Nacional: performance, valores e habitus." *30º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2006. 1-33.

Barreto, Álvaro. "Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004)." *Opinião Pública*, junho de 2008: 123-48.

Bezerra, Marcos. *Em nome das "bases". Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP, 1999.

Bouer, Monica, e John R. Hibbing. "Which incumbents lose in house elections: a response to Jacobson's 'The Marginals Never Vanished'." *American Journal of Political Science*, 1989: 262-71.

Bourdieu, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: EDUSP/ZOUK, 2007.

—. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

Bourdieu, Pierre. "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político." In: *O Poder Simbólico*, por Pierre BOURDIEU, 163-207. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

—. *Coisas ditas*. Petrópolis: Brasiliense, 2004.

—. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

Bullock, Charles. "House careerist: changing patterns of longevity and attrition." *American Political Science Review*, 1972: 1295-1300.

Câmara dos Deputados. *Deputados Brasileiros - 49ª Legislatura 1991-1995: Repertório Biográfico*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1991.

Camargo, Aspásia. "Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas." *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 1984: 5-28.

Carreirão, Yan de Souza, e Maria D'Alva Kinzo. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)." *DADOS*, 2004: 131-168.

Clarke, Harold, Frank Feigert, Barry Seldon, e Marianne Stewart. "More Time with My Money: Leaving the House and Going Home in 1992 and 1994." *Political Research Quarterly*, mar de 1999: 67-85.

Conti, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Schwarcz, 1999.

Coradini, Odaci Luiz. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP, 2001.

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. "Histórico de Renovação da Câmara." *DIAP*. 2006. www.diap.org.br (acesso em 4 de novembro de 2006).

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2007-2001*. Série Estudos Políticos, ano IV, Brasília: DIAP, 2006.

DIAP. *A nova Câmara: Estado por Estado*. Informativo mensal, Brasília: DIAP, 1990.

DIAP. *Boletim do DIAP: Radiografia do novo Congresso*. Informativo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília: DIAP, 1994.

DIAP. *Boletim do DIAP: Radiografia do novo Congresso*. Informativo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília: DIAP, 1998.

Durkheim, Emile. *Le suicide*. Paris: PUF, 1986.

Elster, Jon. "Introduction." In: *Rational Choice*, por Jon ELSTER, 1-33. New York: Basil Blackwell, 1987.

Farias, Elizabeth. *O fracasso da oposição no poder - Lages: 1972-1982*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

Florentino, Renata. "Democracia Liberal: uma novidade já desbotada entre jovens." *Opinião Pública*, maio de 2008a: 205-235.

Florentino, Renata. "Renovación Política: Estudio de caso de la Cámara Brasileña de los Diputados." Edição: BID. *Young Connection* 4 (setembro 2006).

—. "Saindo de cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006)." *Revista de Sociologia e Política*, jun de 2008b: 45-63.

—. "Cadê o voto que estava aqui? Relações entre migração, transferência de título e abstenção eleitoral." *Revista Urbanidades*, jul/dez de 2007: 1-14.

Folha de São Paulo. "Avaliação revela os mais e os menos atuantes na Câmara e no Senado." *Olho no Congresso*. São Paulo: FSP, 22 de março de 2001.

—. "Avalie os congressistas e defina seu candidato." *Olho no Congresso*. São Paulo: FSP, 5 de fevereiro de 1998.

—. "Avalie seu deputado e senador." *Olho no Congresso*. São Paulo: FSP, 30 de janeiro de 1997.

—. "Confira a atuação dos congressistas antes de definir em quem votar." *Olho no voto*. São Paulo: FSP, 27 de setembro de 2002.

Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

Fraser, Nancy. "Recognition or Redistribution? A critical reading of Iris Young's Justice and the Politics of Difference." *Journal of Political Philosophy*, 1995: 166-180.

—. "From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age." *New Left Review*, 1997: 68-93.

Goffman, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

Guarnieri, Fernando Henrique. "Partidos, seleção de candidatos e comportamento político." *dissertação de mestrado em Ciência Política*. São Paulo: USP, 2005.

Hibbing, John R. "Voluntary retirement from the US House of Representatives." *American Journal of Political Science*, 1982: 467-84.

—. "Situation dissatisfaction in Congress: explaining voluntary departures." *The Journal of Politics*, 1998: 1088-1107.

Honneth, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 1992.

Kiewiet, Roderick, e Langche Zeng. "An analysis of congressional career decisions." *American Political Science Review*, 1993: 928-941.

Kinzo, Maria D'Alva. "Bases sociais no recrutamento político no sistema partidário brasileiro." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2002: 161-2.

Kinzo, Maria D'Alva, e Maria do Socorro Braga. *Eleitores Representação Partidária e no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2007.

Krieger, Gustavo, Luiz Antônio Novaes, e Tales Faria. *Todos os sócios do presidente*. São Paulo: Página Aberta, 1992.

Leoni, Eduardo, Carlos Pereira, e Lúcio Rennó. "Estratégias para sobreviver politicamente: escolha de carreiras na Câmara dos Deputados." *Opinião Pública*, 2003: 44-67.

Limongi, Fernando. "Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório." *Novos Estudos CEBRAP*, 2006: 17-41.

Lukes, Steve. *Power: a radical view*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

Mainwaring, Scott. "Brazil: Weak Parties, Feckless Democracy." In: *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*, por S Mainwaring e T Scully. Stanford: Stanford University Press, 1995.

—. *Sistemas partidários em novas democracias. O caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Manin, Bernard. "As metamorfoses do governo representativo." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, out de 1995: 5-34.

Mannheim, Karl. *O problema da juventude na sociedade moderna*. Vol. 1, em *Sociologia da Juventude*, por Sulamita. Zahar, 1968.

- Maquiavel, Nicolau. *A mandrágora*. Tradução: Mário da Silva. São Paulo: Peixoto Neto, 2004.
- . *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução: Sergio Bath. Brasília: UnB, 1979.
- . *O Príncipe*. Tradução: Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- Marenco, André. “Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1997: 87-101.
- . “Sedimentação das lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos.” *Revista Brasileiras de Ciências Sociais*, 2001: 69-84.
- . “Comparing houses of representatives: parliamentary recruitment in Argentina, Brazil, Chile and Mexico.” *Teoria e Sociedade*, 2003: 42-69.
- Messenberg, Débora. “A elite parlamentar brasileira (1989-2004).” *30º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2006. 1-34.
- . *A elite parlamentar no pós constituinte: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- Michels, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- Miguel, Luis Felipe. *O Nascimento da Política Moderna: Maquiavel, Utopica e Reforma*. Brasília: FINATEC, 2007.
- . “Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro.” *Sociologia e Política*, 2003: 115-134.
- . “A mídia e o declínio da confiança na política.” *Sociologias*, jan/jun de 2008: 250-73.
- Moore, Michael K., e John R. Hibbing. “Is serving Congress fun again? Voluntary retirements from the House since the 1970s.” *American Journal of Political Science*, 1992: 824-828.
- Nicolau, Jairo. “Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).” *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 2000: 709-735.
- Nietzsche, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Escala, 2005.
- . *Para Além do Bem e do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Norris, Pippa. *Critical citizens: Global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- Nunes, Edson de Oliveira. “Legislativo, Política e Recrutamento de Elites no Brasil.” *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, jun de 1978: 53-78.
- Offerlé, Michel. “Entrées en politique.” *Politix*, 1996: 5.

Pereira, Carlos, e Bernardo Muller. "Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa." *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 2003: 735-71.

Perissinoto, Renato Monseff. "De-facing power - O poder sem face: de volta a antonomia "prática" e "estrutura"?" *Revista de Sociologia e Política*, 2003: 147-152.

Pitkin, Hanna. *The concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1968.

Rawls, John. *Political liberalism*. New York, 1993.

Reis, Fábio Wanderley. "Sociologia Política, Ciência Política e "escolha racional"." *Política e Sociedade*, 2002: 37-55.

Rennó, Lúcio. "Escândalos e Voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006." *Opinião Pública*, 2007: 260-82.

República Federativa do Brasil. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987/88: repertório biográfico*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

Rodrigues, Leôncio Martins. *Mudanças na Classe Política Brasileira*. São Paulo: PubliFolha, 2006.

—. *Partidos, Ideologia e composição social*. São Paulo: EDUSP, 2002.

—. *Quem foi Quem na Constituinte*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1987.

Rohde, David. "Risk-bearing and progressive ambition: the case of members of the United States House of Representatives." *American Journal of Political Science*, 1979: 1-26.

Samuels, David. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge University Press, 2003.

—. "Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil." *Legislative Studies Quarterly*, Agosto de 2000: 481-97.

Santana, Luciana. "Ambição e trajetórias políticas dos legisladores na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai." *30º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2006. 1-31.

Santos, Fabiano. "Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão." *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 2002: 237-64.

Santos, Fabiano. "Deputados Federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999." In: *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*, por Eli DINIZ, Renato BOSCHI e Fabiano SANTOS, 120-150. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

Schlesinger, Joseph. *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago: Rand McNally, 1966.

Taylor, Charles. *Multiculturalism and the politics of recognition*. Princeton, 1992.

Thompson, John B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Vaz, Lúcio. *A ética da malandragem: no submundo do Congresso Nacional*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

Weber, Max. "Ciência e política. Duas vocações." In: *Ensaio de Sociologia*, por Max Weber. Rio de Janeiro: LTC, 2002a.

Weber, Max. "Classe, Estamento e Partido." In: *Ensaio de Sociologia*, por Max Weber. Rio de Janeiro: LTC, 2002b.

—. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1991.

Whyte, William Foote. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Young, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

—. "Representação política, identidade e minorias." *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 2006: 139-190.

Anexo 1: Questionário enviado via e-mail

Roteiro-base para entrevista

Identificação:

- 1- Nome:
- 2- Data de Nascimento:
- 3- Estado:
- 4- Cidade: Capital Interior
- 5- Partido pelo qual começou:
- 6- Ano da primeira eleição que disputou: Cargo:
- 7- Partido atual:
- 8- Posição em relação ao governo federal:
- 9- Cargo dentro do partido:

Base Social e Mandato:

- 1- A que o senhor se dedicava antes de ingressar na política?
- 2- Como entrou na política? E como surgiu a motivação para disputar uma eleição?
- 3- Que grupos o apoiaram logo no início? Associações, políticos, etc.
- 4- Em quais momentos da carreira política o senhor se considerou mais bem sucedido?
- 5- Suas ações no mandato tiveram registro suficiente/adequado da mídia? Em que medida?
- 6- Que mudanças houve na sua relação com a família, antes e depois da vida política?
- 7- Neste mandato, como foi a relação com seus colegas de partido?
- 8- E com outros parlamentares? Qual a diferença no trato com políticos do mesmo grupo (campo de alianças partidárias) e de outro? Houve episódios de tensão? Quais?
- 9- Como foi tomada a decisão de não disputar para deputado federal/senador este ano? Quais fatores foram ponderados?
- 10- E a reação dos apoiadores do mandato e do partido?
- 11- Quais novas lideranças do seu estado estão ganhando espaço hoje? O senhor chegou a pedir voto para algum federal/senador em 2006?
- 12- E seus planos atuais? Há intenção de voltar para a Câmara/Senado um dia?

Anexo 2: Outros Cruzamentos

Quadro 15

Pleito abandonado	1990	1994	1998	2002	2006	TOTAL
UF						
SP	7	6	6	6	5	30
PR	9	6	2	3	0	20
MG	4	6	1	4	4	19
RJ	4	2	4	6	3	19
CE	5	6	2	2	2	17
BA	0	4	4	4	1	13
GO	1	5	2	4	0	12
RS	4	4	0	3	1	12
MA	5	1	1	1	3	11
PE	0	5	3	2	1	11
SC	4	2	1	2	1	10
PB	1	2	1	2	2	8
AM	2	2	2	1	1	8
MS	1	1	2	3	1	8
PI	1	2	1	1	1	6
DF	1	1	1	2	1	6
TO	0	2	1	1	2	6
PA	1	1	0	2	1	5
RN	1	2	1	0	1	5
ES	1	1	0	1	2	5
AL	1	2	1	1	0	5
MT	1	1	1	0	1	4
SE	0	0	2	1	1	4
AC	1	0	0	1	1	3
RR	0	0	1	1	0	2
RO	0	1	0	0	0	1
TOTAL	55	65	40	54	36	250

Quadro 16

Mandato Federal	1	2	3	4	5	6	7	8	TOTAL
Suplente									
NÃO	41,8%	31,3%	12,9%	5,0%	4,0%	2,5%	2,0%	0,5%	100%
SIM	55,1%	22,4%	12,2%	8,2%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
TOTAL	44,4%	29,6%	12,8%	5,6%	3,6%	2,0%	1,6%	0,4%	100%

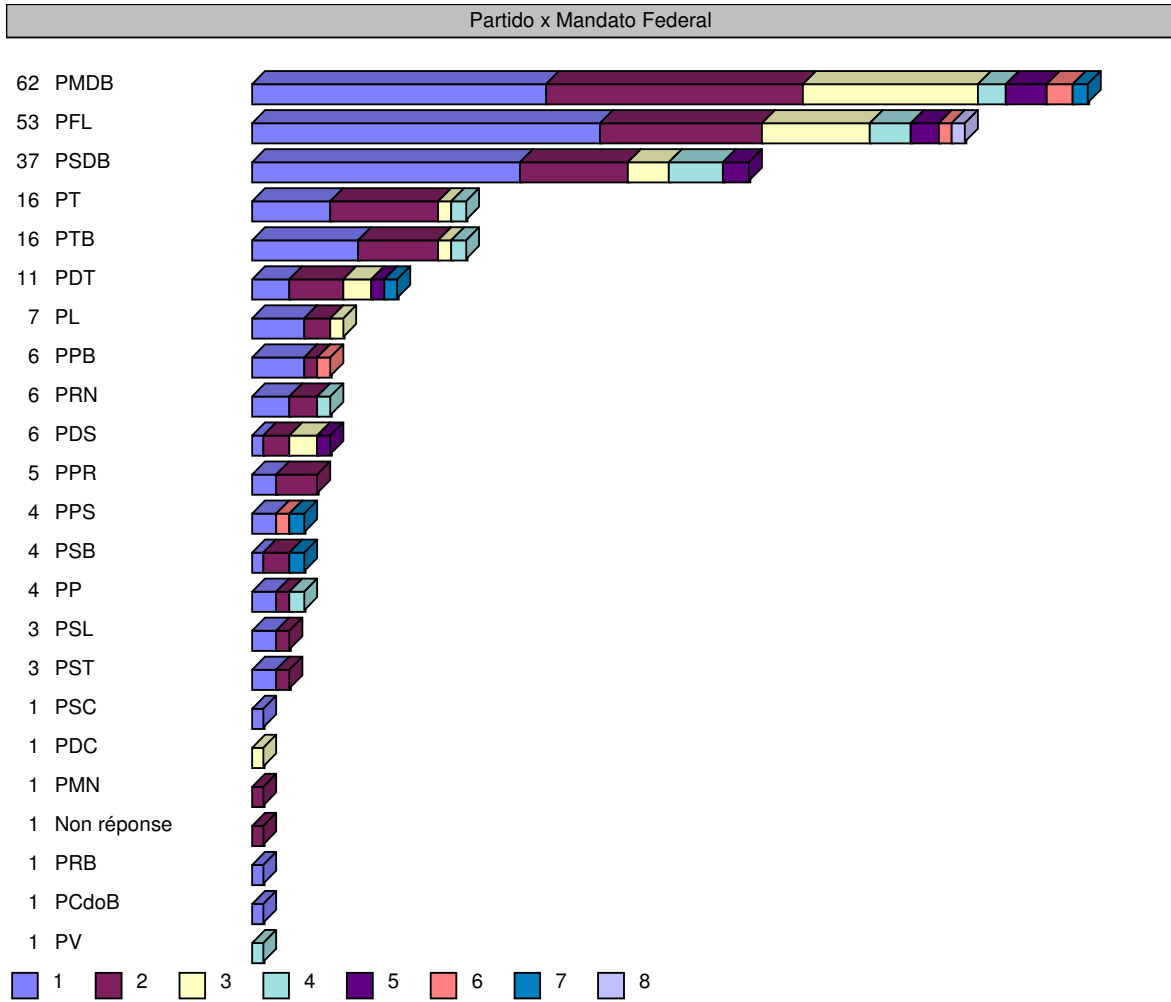
Quadro 17

Suplente Partido	NÃO	SIM	TOTAL
Non réponse	1	0	1
PCdoB	1	0	1
PDC	1	0	1
PDS	6	0	6
PDT	9	2	11
PFL	41	12	53
PL	5	2	7
PMDB	51	11	62
PMN	1	0	1
PP	2	2	4
PPB	4	2	6
PPR	4	1	5
PPS	4	0	4
PRB	0	1	1
PRN	4	2	6
PSB	3	1	4
PSC	0	1	1
PSDB	33	4	37
PSL	3	0	3
PST	3	0	3
PT	13	3	16
PTB	12	4	16
PV	0	1	1
TOTAL	201	49	250

Quadro 18

Mandato Federal	idade a época
1	51,43
2	57,82
3	58,75
4	62,71
5	65,67
6	61,60
7	71,00
8	76,00
TOTAL	56,02

Quadro 19



Quadro 20

Envolvimento em escândalo	NÃO	SIM	TOTAL
Casa			
CD	80,5%	19,5%	100%
SF	81,6%	18,4%	100%
TOTAL	80,7%	19,3%	100%

Quadro 21

Sexo	F	M	TOTAL
Partido			
PMDB	1	61	62
PFL	1	52	53
PSDB	4	33	37
PT	3	13	16
PTB	1	15	16
PDT	2	9	11
PL	0	7	7
PPB	0	6	6
PRN	0	6	6
PDS	0	6	6
PPR	0	5	5
PPS	0	4	4
PSB	0	4	4
PP	0	4	4
PSL	0	3	3
PST	0	3	3
PSC	0	1	1
PDC	0	1	1
PMN	0	1	1
Non réponse	0	1	1
PRB	0	1	1
PCdoB	0	1	1
PV	0	1	1
TOTAL	12	238	250

Quadro 22

Mandato Federal	1	2	3	4	5	6	7	8	TOTAL
Casa									
CD	43,3%	30,8%	13,9%	5,0%	2,5%	2,0%	2,0%	0,5%	100%
SF	49,0%	24,5%	8,2%	8,2%	8,2%	2,0%	0,0%	0,0%	100%
TOTAL	44,4%	29,6%	12,8%	5,6%	3,6%	2,0%	1,6%	0,4%	100%

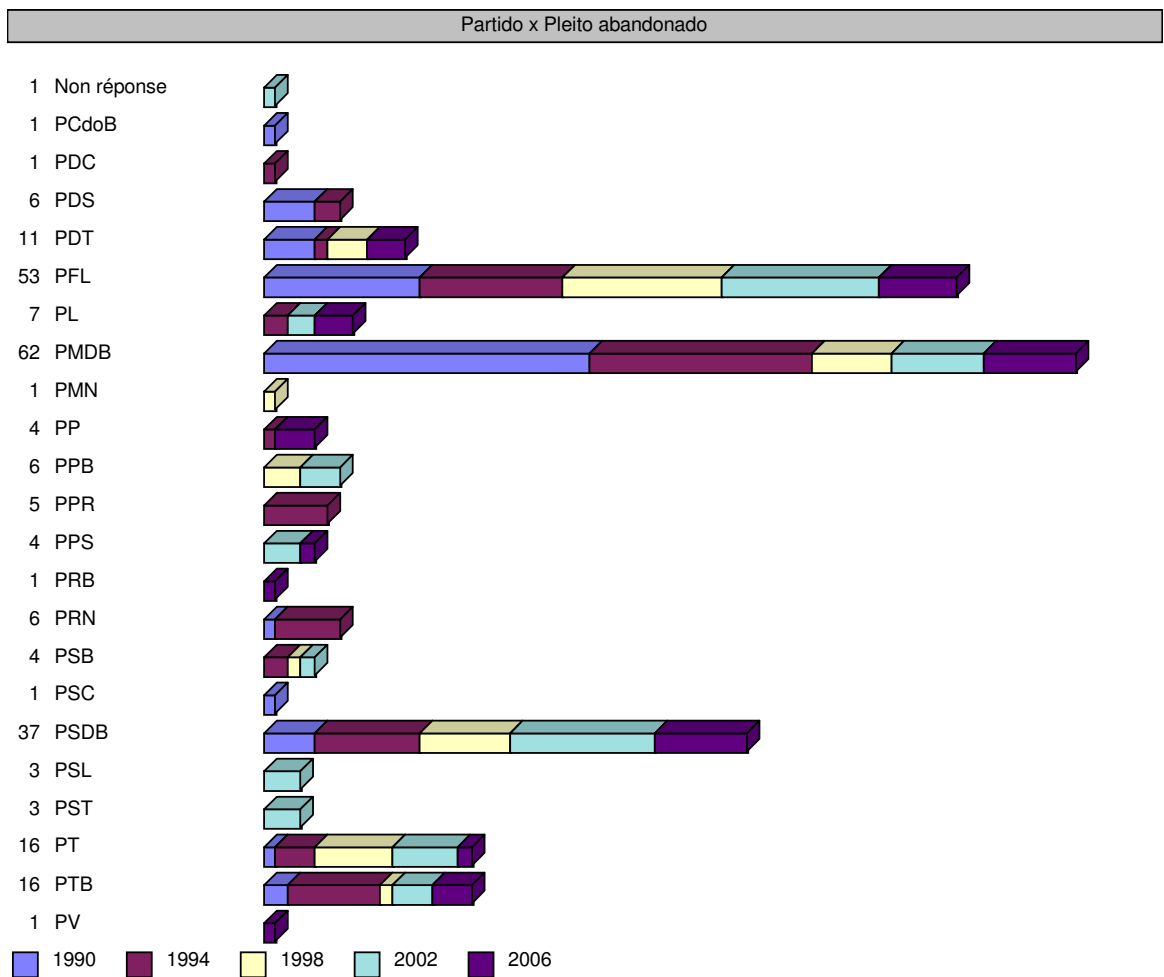
Quadro 23

Familiares políticos	SIM
Disputou eleição	
NÃO	62,5%
SIM	37,5%
TOTAL	100%

Quadro 24

Pleito abandonado	1990	1994	1998	2002	2006	TOTAL
Mandato Federal						
1	25	19	23	31	13	111
2	13	27	13	13	8	74
3	11	8	3	2	8	32
4	0	5	0	5	4	14
5	3	4	0	1	1	9
6	1	2	0	2	0	5
7	1	0	1	0	2	4
8	1	0	0	0	0	1
TOTAL	55	65	40	54	36	250

Quadro 25



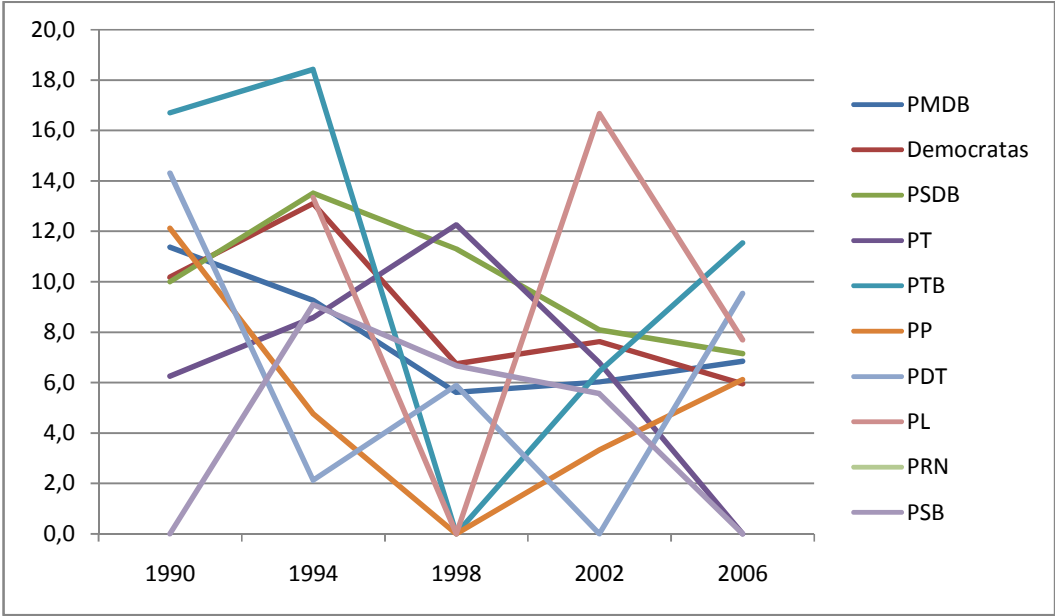
Quadro 26

Envolvimento em escândalo	NÃO	SIM	TOTAL
Partido			
PFL	77,4%	22,6%	100%
PMDB	83,6%	16,4%	100%
PSDB	78,4%	21,6%	100%
PTB	68,8%	31,3%	100%
PL	71,4%	28,6%	100%
PRN	66,7%	33,3%	100%
PP	50,0%	50,0%	100%
PDT	90,9%	9,1%	100%
PDS	83,3%	16,7%	100%
PT	93,8%	6,3%	100%
PSL	66,7%	33,3%	100%
PST	66,7%	33,3%	100%
PRB	0,0%	100%	100%
PV	0,0%	100%	100%
PPR	100%	0,0%	100%
PPS	100%	0,0%	100%
PSC	100%	0,0%	100%
PDC	100%	0,0%	100%
PMN	100%	0,0%	100%
Non réponse	100%	0,0%	100%
PSB	100%	0,0%	100%
PCdoB	100%	0,0%	100%
PPB	100%	0,0%	100%
TOTAL	80,7%	19,3%	100%

Quadro 27

Suplente	NÃO	SIM	TOTAL
Disputou eleição			
NÃO	56,4%	11,2%	67,6%
SIM	24,0%	8,4%	32,4%
TOTAL	80,4%	19,6%	100%

Gráfico 6:



Apêndice: Relato pessoal do processo de obtenção das entrevistas

Um dos textos de grande valia com o qual tive contato nas disciplinas cursadas no mestrado foi o livro “Sociedade de Esquina”, de William Foote White (2005), trabalhado na matéria “Sociologia Urbana”, ministrada pelo Dr. Brasilmar Ferreira Nunes. O livro é um famoso caso de estudo descritivo escrito por William Foote Whyte e publicado em 1943. No final dos anos 30s, um jovem economista de 22 anos mudou-se para uma comunidade considerada caótica e degradada, habitada por descendentes de italianos, localizada em Boston. O resultado desta vivência, o livro “Sociedade de Esquina”, descreve pessoas, suas trajetórias e seus grupos sociais em “Cornerville”.

A primeira parte do livro é repleta de detalhes sobre como grupos locais eram formados e organizados. Mas um diferencial inegável do livro é seu anexo metodológico. Enuncia sem constrangimentos o seu lugar de fala, explicita os percalços que enfrentou para realizar a pesquisa. É um diário honesto de sua trajetória, que poderia servir de exemplo para pesquisadores que qualquer outra área. Claro que ser honesto e transparente no relato de sua trajetória não o isentaria de enfrentar seus eventuais erros de percurso, mas a maneira encontrada de expô-los já coloca Whyte num seleto grupo de autores que não procuram criar bolhas de proteção entre eles e polêmicas questões sociais e científicas. A narrativa sobre Corneville possui alta qualidade literária, a ponto de o leitor se sentir um personagem da comunidade sobre a qual lê, observando face a face cada um dos rapazes da esquina e o anexo metodológico é mais franco e útil que qualquer orientação de edital de pesquisa ou modelo de relatório.

Inspirada por essa leitura, indaguei-me porque outros trabalhos não compartilhavam seus bastidores de igual modo. Acredito que tal postura em muito facilitaria a disseminação de “passo-a-passos” para pesquisas do campo, diminuindo os tropeços enfrentados por jovens pesquisadores, que geralmente contam apenas com as pouco sedutoras disciplinas de “Métodos de Pesquisa” para guiá-los. Ler *papers* resumidos, contendo já a versão final

da lapidação de seus dados é extremamente importante, pois facilita o acesso a informações que podem subsidiar nossas análises. Ler os bastidores de produção desses conhecimentos é fundamental, considerando o escopo de nossa área, Ciências Sociais, sempre tão envolta em discussões sobre seus limites e interfaces na relação com seus objetos/sujeitos de pesquisa.

Sem grandes pretensões, ao longo da realização de algumas entrevistas, organizei um relato informal que compartilhei com colegas da Pós Graduação em Sociologia, com os percalços encontrados na obtenção das entrevistas. Ao divulgar virtualmente o “*making of*” da minha pesquisa de mestrado, recebi alta quantidade de retorno com outros relatos, de estudantes compartilhando suas aventuras acadêmicas, se identificando com alguns pontos relatados e inclusive fornecendo mais informações sobre alguns ex-parlamentares que se encontram no universo pesquisado.

Editei a versão disseminada entre alunos para atenuar a linguagem informal que tinha e decidi compartilhar essa versão junto com a dissertação⁴³. Acredito que relatos desse tipo servem de alívio e estímulo para outros jovens pesquisadores.

Relato: entrevistas em Santa Catarina

Lages, Armação da Penha, Florianópolis

10 e 11 de janeiro de 2008

Escrito em 15 de fevereiro de 2008, editado em 9 de maio de 2009

Tudo começou com um projeto de mestrado, de pesquisar porque e em que circunstâncias alguns políticos abrem mão de uma posição já conquistada e param de disputar eleições. Afinal, diz-se muito por aí que todos os políticos são progressivamente ambiciosos, não podem ver uma eleição e um cargo

⁴³ Outra edição que se fez necessária foi na descrição particular de alguns episódios, já que esta dissertação tem alcance maior que minha lista pessoal de e-mails.

que já se sentem estimulados a querer tudo pra eles⁴⁴. Eu iria selecionar os parlamentares que desistiram totalmente de concorrer a qualquer cargo e os que se candidataram a cargos considerados de menor expressão do que os que já tinham. Por exemplo, quem era senador e se candidatou a dep. Estadual.

Aí vem a questão: Como investigar isso?

A primeira doce, romântica e ingênua ideia surgiu ainda em outubro de 2006, antes do ingresso na pós: “Vou entrevistar todos os 37 dessa legislatura que desistiram, aproveitando que ainda estarão em Brasília.”

Primeiro erro: não, eles não estavam mais em Brasília.

Segundo erro: os que estavam diziam que não estavam.

Terceiro erro: os que assumiam que estavam não queriam ser entrevistados.

Quarto erro: os que aceitavam ser entrevistados desmarcavam em cima da hora.

Quinto erro: os 2! que finalmente foram entrevistados mentiram descaradamente.

Depois de aprender como a vida é dura e o mundo cruel, fui me aventurar no mundo das bases de dados estatísticas (sem sucesso, pois até hoje não sei mexer no sphinx ou no spss). Para compensar a falta de informações desse recorte inicial, expandi a análise para os casos não só de 2006, mas de 1990 pra cá, todas as eleições legislativas federais desde a redemocratização. Isso demandou a construção de uma base de dados bem alta para minha inexperiência.

O TSE é um desses monstros burocráticos, como o que aparece no filme “O processo”, dirigido por Orson Welles e baseado no Kafka. Possuem mil informações. Colocam quase tudo no site, mas de um jeito caótico. Tive que passar muitos e-mails, faxes, sinais de fumaça, tambores (em código Morse) e pombos-correio até chegar na pessoa certa, o Daniel Correa, que foi

⁴⁴⁴⁴ Idéia presente em publicações científicas e reforçadas pela cobertura midiática (Miguel 2008).

super educado e solícito. Tendo a base nas mãos (250 casos), fui fazendo os cruzamentos que o velho e bom amigo Excel permitia.

Isso me deu alguma segurança, de ir testando hipóteses, ir fuçando informações na internet sobre os políticos em questão, perceber um perfil geral do grupo. Algumas informações são mais fáceis de conseguir que outras. As mais institucionais (partido, votos) são moleza. As mais “sociológicas” (ocupação profissional, religião, grau de parentesco com outros políticos) são uma verdadeira excursão arqueológica, muitas vezes atrás do elo perdido. Um mito, praticamente.

Enfim, o trabalho ia perdendo a graça pra mim, mas ao mesmo tempo já estava incorporado se comparado à média do que se produz na área⁴⁵. E virou um [paper](#), que foi apresentado na ANPOCS 2007, abrindo o ST de estudos sobre Elites e Instituições Políticas, coordenado pelo Renato Monseff Perissinotto da UFPR. Rendeu uma [nota](#) no Valor Econômico, o que superou minhas expectativas. “É a professora Renata Florentino, da UnB? A senhora tem um minuto?”. A repórter que entrou em contato, Cristiane Agostine, se deu o trabalho de primeiro ler o *paper* para depois me fazer perguntas. Achei de um cuidado impressionante.

Dias depois da nota do Valor, a Folha de São Paulo entrou em contato, perguntou coisas bem superficiais e não chegou a fazer matéria (pelo menos não que eu tenha visto). “Faz aí pra gente uma previsão do grupo que vai desistir de se candidatar em 2010”.

Voltando para casa depois da experiência positiva em Caxambu (MG), tentei fazer cruzamentos estatísticos mais sofisticados, sem sucesso. Meu sphinx era pirata, não rodava a base e meu laptop ainda ficou um mês na UTI, correndo o risco de perder toda sua memória.

⁴⁵ Muitas vezes tive a sensação de ver trabalhos semelhantes, em que a grande diferença era o período pesquisado, mas as premissas, variáveis e conclusões não se alteravam. Descobri uma expressão específica para classificar pesquisas assim: “YAPA - Yet Another Paper About...” ou “AMUTS - Apenas Mais Um Trabalho Sobre...”
<www.cs.columbia.edu/irt/software/edas.old/Assigned_1.ed.txt>

Entrevistas da nova etapa:

Alguns meses depois, estava passando as férias de verão em Florianópolis, onde moram meu pai (João Vianney), duas irmãs (Julie e Jade), a minha boadrasta (Márcia Philippe), seus pais, irmã e sobrinha.

Numa noite, estava conversando com a Márcia, que já trabalhou como repórter da RBS e em campanhas políticas no estado (hoje é paisagista). Ela perguntou sobre o que era meu mestrado, expliquei e disse que iria fazer só análise estatística, já que estava difícil marcar entrevistas com o povo (seus ex-representantes no caso). Ela disse que era uma pena, insistiu que tentasse entrevistar alguns de Santa Catarina.

Por sorte, havia levado meu pen-drive com todos os arquivos relacionados à universidade salvos. Levantei a lista dos casos da base de dados que eram do estado. Eram 11. Só pra dar nome às pessoas, segue abaixo uma listinha dos ditos cujos, com: Nome, Casa (Câmara ou Senado), Idade na época, Sexo, Partido, UF, Profissão e ano do pleito abandonado.

Jorge Bornhausen	SF	69	M	PFL	SC	empresário; advogado	2006
Adir Gentil	SF	44	M	PFL	SC	Empresário	2002
Antônio Carlos Konder Reis	CD	77	M	PFL	SC	advogado; economista; museólogo	2002
Cláudio Ávila	CD	37	M	PFL	SC	Empresário	1990
Paulo Macarini	CD	58	M	PMDB	SC	advogado; jornalista	1990
Henrique Córdova	CD	52	M	PDS	SC	advogado; pecuarista	1990
Victor Fontana	CD	74	M	PFL	SC	empresário; engenheiro químico	1990
César Souza	CD	37	M	PFL	SC	Radialista; empresário	1994
Dirceu Carneiro	SF	49	M	PSDB	SC	arquiteto; pecuarista	1994
Paulo Bornhausen	CD	34	M	PFL	SC	empresário; radialista	1998

Tinha ainda as informações sobre parentesco, envolvimento em escândalos, mandatos legislativos exercidos, experiência em cargos executivos, desempenho eleitoral e uma coluna de fofocas, para quando descobro algo muito bizarro sobre eles. Era a coluna mais interessante da planilha.

Havia um oficialmente morto, o Paulo Macarini. O resto estava vivo – ao menos em tese.

Fiz uma revisão do meu roteiro de entrevista sem-estruturada com meu pai (que defendeu o doutorado dele em Ciências Humanas em 2006). E as ligações começaram. Um amigo da Márcia ou do meu pai que era assessor de imprensa de um político passa o contato de outro assessor de outro político que passa o contato do atual assessor do ex-político. Cada ligação, claro, acompanhada de uma longa atualização da vida de cada um e do resumo-executivo da pesquisa.

“É uma pesquisa sobre políticos de grande expressão nacional, de uma professora da UnB”.

Nada como um bom marketing.

Peguei o gravador emprestado com a Julie, que faz jornalismo na UFSC. A Jade (que acabara de passar em 1º lugar no CEFET) foi comprar as fitas comigo no mercado público da cidade.

Dos 10 vivos, três foram localizados e agendados: Antônio Carlos Konder Reis (DEM), César Souza (Dem.) e Dirceu Carneiro (PSDB).

E começou a preparação, por ordem das agendas:

“Você vai adorar o **Antônio Carlos Konder Reis**, todo mundo adora ele, até os petistas!”.

“Nossa, se prepare, o Konder Reis vai falar por 5 horas! Compre 3 fitas só pra ele!”

“Ele tem que ser priorizado, ele esteve na relatoria da constituição de 1967 e na de 1988. Você pode aproveitar e fazer várias outras perguntas pra ele, ele é a história viva!”

Foram muitas e longas ligações de negociação para ver o senhor Konder. Seu interlocutor era o Professor Mario Moraes, que fora Sec. de Educação quando o Konder Reis foi governador do estado (indicado pelo regime militar). Após o professor levantar a ficha da Márcia, do meu pai e a minha, e nos ligar para checar cada dado, fomos até a cidade onde ele residia (Penha), fazer a tal entrevista histórica.

Chegando lá, localizamos o endereço. Casa de praia, com prainha particular e estacionamento de barco na casa. Casa boa, com decoração de casa de vô. O estranho é que todas as janelas estavam fechadas, parecia até que não tinha ninguém lá. Bati, ninguém atendeu. Esperei. Bati de novo, ele gritou lá de dentro. Fui entrando e ele:

_ Prefere essa sala ou o gabinete lá em cima?

_ Onde o senhor se sentir mais confortável.

_ Por mim tanto faz. Você vai precisar escrever? Aqui tem apoio.

_ Eu pensei em usar o gravador, se o senhor não se importar. Então não vou precisar de apoio.

_ Gravador?

_ Posso anotar se o senhor se incomodar. <momento de tensão!>

_ Anotar o que?

_ A entrevista. <já estava com a adrenalina lá em cima essa hora>

_ Entrevista?

PÂNICO TOTAL!!!

Como assim? Pois é, até hoje não sei o que foi passado, se o Konder Reis imaginava que eu iria detetizar a casa dele contra baratas ou vender Herbalife. Expliquei mal e brevemente o que era, porque aquilo foi tão inesperado que me tirou dos trilhos.

Fomos até seu gabinete e lá ele buscou sua agenda do ano, passou página por página até chegar no dia certo (ainda bem que isso foi em janeiro). A agenda estava cheia de papéis soltos, que ele ia tirando um por um, calmamente, no maior silêncio. Chegou no dia certo e perguntou:

_ Renata Florentino, é você?

_ Isso.

_ E você, quem é? <minha irmã foi junto tirar umas fotos, coitada!>

_ Julie Philippe.

_ Como?

_ J-U-L-I-E P-H-I-L-I-P-P-E. <coitada!>

E assim seguiu.

_ Qual momento o senhor diria que foi o mais significativo da sua carreira política?

_ Todos. <silêncio constrangedor>

_ O senhor diria que houve diferença no jeito de fazer política de 1946 a 1964, de 1964 a 1984 e depois da redemocratização? <ele teve mandatos em todos esses períodos>

_ Não. <silêncio constrangedor>

_ Nenhuma diferença?

_ Nenhuma. <silêncio constrangedor>

_ O senhor considera que seu envolvimento alterou em alguma medida sua relação com a família?

_ Não. <silêncio constrangedor>

Como? Ele tem 84 anos e mora só, sem foto de um único familiar vivo, nunca se casou ou teve filhos, mora numa casa de praia que era pra ser o lugar de recreação dos sobrinhos-netos e afins, mas não costuma receber

visitas em casa, não ganhou festa de 80 anos e afirma que não alterou em nada?

Enfim. Em vários momentos eu quase perdi a paciência... Acabei o roteiro das perguntas muito antes do esperado e no final refiz todas com outras palavras para pegar algumas algo a mais de registro. Ele falou algo a mais, mas mesmo assim muito pouco.

Depois ele fez um tour conosco pelas fotos das paredes da casa (todas cobertas de fotos e diplomas de condecoração). Fotos dele com o Pelé, FHC e o Papa João Paulo II eram as que tinham mais de uma. Tinham muitas com políticos mortos, como Getúlio, Figueiredo, etc. Algumas eu reconheci, outras ele mostrava cheio de orgulho e explicava: “Aqui sou eu com o presidente Médici”. “Essa foi pra tratar do AI-X”...

Total da entrevista: 30 minutos. Foi um choque geral para o grupo mobilizado para fazer a entrevista. Os comentários eram:

“Ele achou que a vida dele era a política, acabaram-se os mandatos, não sobrou vida”

“Tá velho demais, não tem mais paciência”.

Dessa vez acertaram ao traçar o perfil dele.

O próximo da lista era o renegado radialista **César Souza**. Os comentários preparatórios eram:

“Ele vive envolvido em histórias mal contadas, nem vale a pena entrevistar”

“Ele tinha um programa de auditório que tinha um funcionário com uma vassoura pra bater na platéia na hora em que eles deviam aplaudir”

“Ele é bem populista, é o ídolo das domésticas”

“Ele é campeão de votos, era sempre ou o primeiro ou o segundo mais votado. Saiu da disputa num acordo com o Bornhausen para eleger o filho dele, o Paulo”

Imaginei que seria um Vigão (DEM/DF) da vida. Não havia problema com a fama que ele possuía, porque seria bem representativo do universo pesquisado. Me animei bastante com a possibilidade de entrevistá-lo.

Cheguei ao escritório de sua empresa, num prédio de alto padrão no centro da cidade.

_ Posso gravar?

_ Claro! <alívio total>

E ele foi sincero. Até onde um ex-político pode ser.

_ Por que o senhor desistiu de se candidatar?

_ Eu fui um dos primeiros do estado a voltar pra cá, e tinha sido o de maior votação na minha eleição. Mas minha empresa estava no buraco, eu tive de fazer vários empréstimos em banco quando voltei de Brasília. Não foi bom negócio. E eu nunca tive vida partidária, sabe? Não tenho paciência para reunião no interior do estado. E não queria criar meus filhos em Brasília. Não importa o emprego que eles tenham, vão falar: só conseguiu porque é filho de político. Lá eles são filho de político, aqui eles têm a vida deles. E eu fui membro titular da CPI do Orçamento na época do Collor, a mídia não saía do pé da gente, sempre atrás de furo, era muito desgastante.

E não parou por aí! Cada tópico desses rendeu mais um bocado! Falou nome, idade e profissão de cada um dos três filhos. Um seguiu o pai e agora é deputado estadual em SC. Falou da empresa, que ele adorava comunicação, tinha boa relação com políticos de tudo que é partido. Fez análises sobre as novas lideranças do estado, etc, etc, etc.

Esse valeu bem mais a pena!!! ☺ E o engraçado é que ele parecia que sabia quais eram as minhas hipóteses, foi se explicando e mencionando todas... Entrevista curta, mas produtiva e com boa energia. Os trechos me serviram bastante, para ir ilustrando as hipóteses que os dados já sugeriam.

O comunicador “boa pinta” (cabelo pintado e olhos azuis), quis me entrevistar no final da entrevista. Perguntou sobre o que ele tinha falado, o que eu tinha achado mais relevante. Para encerrar, falou:

_Mas você tem que registrar aí que eu nunca usei minhas empresas pra me eleger, viu?

_ Pode deixar, está registrado.

Comentários posteriores da equipe mobilizada:

“Ele é super gente fina, né? Muito querido”

“Ele tem uma visão bem instrumental da política, né? Botou o filho lá pra ganhar as concessões de rádio e TV para ele e ele fica só na empresa mesmo. Pelo menos assumiu.”

Acertaram de novo.

O terceiro da lista era o **Dirceu Carneiro**, ficava numa cidade mais distante de Florianópolis, Lages. Como na época eu ainda não dirigia, meu pai arrumou um funcionário do trabalho dele para ser o motorista da viagem, o Perez. Depois que vi como era a estrada, pensei que mesmo que eu dirigisse a 5 anos em Brasília eu não daria conta, pois a estrada é na serra do estado, ou seja: curvas, curvas, ladeiras, rampas, curva na ladeira, neblina, curva na rampa, curvas, curvas. E o santo Perez fazia ultrapassagens na curva da ladeira em meio a neblina, a 120Km por hora na maior tranquilidade.

Antes da viagem, fui me consultar com a Beta, vizinha do meu pai que me conhece desde miúda, que é também professora do depto. de Sociologia da UFSC, onde atende pelo nome de Elizabeth Farias da Silva. O mestrado dela foi sobre o modelo de gestão da prefeitura de Lages na época em que o Dirceu Carneiro fora prefeito.

Ela contou os bastidores, de que ele era do MDB ligado ao partidão na verdade, e que se comentava muito que a mulher dele desfazia os acordos políticos do marido, que ele era meio desajeitado pra política, etc.

Fui ler o livro dela, cujo título é: “O fracasso da oposição no poder”(Farias 1994). Li e simpatizei com o sujeito. Ele parecia ser mesmo um político ao qual faltava “politicagem”, mas um grande visionário, que falava em democracia participativa na época da ditadura ainda, estimulava reuniões de associações de bairro num precursor do Orçamento Participativo, levava teatro do oprimido para dentro das escolas, brigava com o partido quando o partido brigava por cargos, etc.

E ele é de família de pecuaristas. Foi fazer faculdade de Arquitetura e Urbanismo na UFRGS e voltou cheio das ideias sobre planejamento urbano, querendo implantar tudo. Achei o máximo! E várias outras pessoas acharam o mesmo... Parece que até o Alain Touraine citou eles num escrito qualquer, conforme reza a lenda. E no livro da Beta é dito que a cidade virou *point* do turismo ideológico internacional de esquerda na década de 80. Ou seja, é a tia de Porto Alegre.

Enfim, chegamos à cidade antes da hora. Eu havia tentado ligar antes pra remarcar, mas sem sucesso. Ele devia estar na fazenda, onde o sinal não pegava. Agora, ele e a mulher (que já fora vereadora) se dedicavam a criação de trutas.

Fomos então, eu e o Perez, até a casa, tentar negociar o horário pessoalmente. A rua em si já era feia... E a casa parecia meio abandonada. Mato alto dominando o jardim, pintura descascando, aquelas teias de poeira em tudo que era canto, vidros sujos... Pô, o cara é ex-prefeito, ex-deputado, ex-senador e mora numa casa pior que a minha? É estranho. O Perez compartilhou do pensamento. E disse:

_ Não é a toa que deixou de ser político. O cara tem que ser muito desleixado pra deixar a casa ficar assim. Não é ele que tem um bigodão horroroso?

Bem, eu não fora informada sobre o bigode até então. Bati na porta, a dona Terezinha atendeu e logo fechou a porta. Nada de antecipações do horário da entrevista.

Voltamos mais tarde, depois de um tour de 2 horas em Lages. Dona Terezinha me serviu sorvete de flocos enquanto o marido não vinha.

Tudo que o Konder Reis não disse o Dirceu Carneiro falou. Em dobro. Aliás, não parava de falar. Só a pergunta sobre o momento mais significativa da carreira dele rendeu 40 minutos. Claro que foi sobre o que ele fizera em Lages. Não adiantou eu tentar mudar de assunto. Ele dizia sempre:

_ Deixa eu só concluir o raciocínio, a ideia.

E lá se iam mais 15 minutos.

Tinha hora em que ele falava tanto, mas tanto, que eu chegava a pensar: *Eu tenho que voltar para Florianópolis ainda, está ficando tarde e o Perez me esperando lá fora, coitado!* Foram duas horas até chegar à pergunta de porque ele havia desistido de disputar novas eleições. Mas valeu a pena.

_ Já fiz o que podia ter feito. A política foi um pedaço da minha vida, que foi fantástico, mas não queria que fosse o único. E você sabe o peso que é fazer uma lei? Ela vai valer pra todo mundo de uma só vez, e vai valer também pra quem ainda nem nasceu! É uma coisa muito pesada, de muita responsabilidade...

E falou sobre as leis que ajudou a criar: Código de Defesa do Consumidor, Doação de órgãos, Estatuto das Cidades, uso de energia nuclear, etc, etc, etc.

É, o rapaz aproveitou a estadia dele em Brasília. Falou de como foi quando ele e uns “amigos” decidiram sair do PMDB e fundar o PSDB. Falou sobre parlamentarismo, sobre o Maluf e o Colégio Eleitoral, sobre o PT no governo, sobre a amizade com o Darcy Ribeiro...

No meio disso, Dona Terezinha entrou na conversa, para dizer que, por ela, ele teria continuado, que teria muitas novas contribuições pra fazer, e isso, e aquilo...

Um ponto extra merece destaque: seu Dirceu Carneiro disse que não queria criar seus filhos em Brasília. Pelos mesmos motivos do Cezar Souza. E

também falou nome, idade e profissão de cada um dos rebentos. De novo, achei o máximo!

Depois de mais umas horas de estrada, o Perez me devolveu às minhas férias de verão em Florianópolis. Chegando na casa do meu pai, resumi isso tudo em 2 parágrafos, num e-mail pra minha orientadora.

Em 14/01/08, **Renata Florentino** <renataffsantos@yahoo.com.br> escreveu:

Olá Débora,

Estou em Santa Catarina passando as férias com a família daqui (que já trabalhou com marketing político), e consegui realizar três entrevistas com políticos que saíram da disputa eleitoral, o que me animou bastante a tentar outras entrevistas e não ficar só no trabalho estatístico.

Fiz as entrevistas com o **Antônio Carlos Konder Reis** (Democratas), que já foi governador do Estado e em 2002 saiu do seu mandato de deputado federal e disputou a Assembleia estadual sem sucesso, o **Dirceu Carneiro** (PSDB), que foi prefeito, deputado e senador e desistiu completamente de disputar qualquer eleição em 1994, quando acabou o mandato de senador (ele fora eleito como o mais votado antes) e o **César Souza** (Dem.), que é empresário da área de comunicação, campeão de votos também, desistiu em 1994 e colocou o filho no lugar.

Gostei do perfil desses políticos, pois podem ajudar a desvendar a trajetória de outros. O Konder Reis traz uma questão geracional, pois sua carreira começou ainda em 1946, foi relator da constituição de 1967 e governador nomeado (os tempos áureos dele certamente já passaram); o Dirceu Carneiro está no grupo dos desencantados mesmo, que acha que o que ele poderia ter feito ele já fez; e o César Souza traz um enfoque da política instrumental, bem utilitarista e franco sobre suas ambições pessoais, que são mais da área de negócios do que do campo político.

Estava pensando em priorizar algum outro estado em que eu tivesse alguma facilidade de encontrar esses "ex-políticos" e fazer mais algumas poucas entrevistas, já que em Brasília não ficou muita gente. E também ficaria muito caro sair viajando para todos os estados.

Assim que tiver mais notícias, volto a entrar em contato!

Abraços,

Renata